



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA**

Alexandre de Souza Amorim

**HOMENS (IN)VISÍVEIS:
A EXPERIÊNCIA DE TRANSHOMENS
BRASILEIROS NAS MÍDIAS VIRTUAIS**

**FLORIANÓPOLIS
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA**

Alexandre de Souza Amorim

**HOMENS (IN)VISÍVEIS:
A EXPERIÊNCIA DE TRANSHOMENS
BRASILEIROS NAS MÍDIAS VIRTUAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, na Área de Concentração Práticas Culturais e Processos de Subjetivação, Linha de Pesquisa Processos de Subjetivação, gênero e diversidades, Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Juracy

Filgueiras Toneli

Coorientador: Prof. Dr. Adriano Beiras

FLORIANÓPOLIS
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Amorim, Alexandre de Souza

HOMENS (IN)VISÍVEIS : A experiência de transhomens
brasileiros nas mídias virtuais / Alexandre de Souza Amorim
; orientadora, Maria Juracy Filgueiras Toneli ;
coorientador, Adriano Beiras. - Florianópolis, SC, 2016.
249 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Transhomens. 3. Transexualidade. 4.
Mídias Virtuais. 5. Masculinidades. I. Toneli, Maria Juracy
Filgueiras. II. Beiras, Adriano. III. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
IV. Título.

Folha de Assinaturas

AGRADECIMENTOS

E aqui vão os agradecimentos. Agradeço com todo carinho aquelas pessoas que, de alguma maneira, fizeram parte deste percurso e da construção de minha dissertação de mestrado, pois este trabalho seria impossível não fosse as suas contribuições. Caso você não me conheça, fique à vontade para pular essa parte.

É, sem dúvida, um exercício difícil lembrar as pessoas que passaram pela minha vida nos últimos anos e que, de alguma maneira, contribuíram para que eu pudesse chegar ao fim desse caminho.

Como toda delimitação implica em exclusão, corro o risco de esquecer ou não incluir o nome de alguém que deveria ter sido mencionado. Não ficarei contente com isso e provavelmente essa lembrança virá acompanhada de um “Como eu pude me esquecer dela/e!” Por isso, peço desculpas antecipadamente caso eu tenha esquecido de você pelos possíveis desleixos da minha memória. A vida é feita, em parte, pelas oportunidades que criamos e certamente não nos faltará chances para vivermos novos encontros e construir lembranças.

Não posso deixar de avisar que não sou muito bom em expressar meus sentimentos, então isso pode parecer estranho até mesmo para você.

Começo então os agradecimentos com o meu companheiro de vida, meu amigo e marido, **Renato Oliveira Elias**. Agradeço por todo seu apoio e companheirismo. Você é o melhor presente que a vida me deu, sempre ao meu lado me ajudando a lutar pelos meus sonhos e compartilhando comigo um amor regado por muito carinho e cumplicidade. Você é meu porto seguro, em seu abraço me protejo e aqueço, recarrego minhas energias. Obrigado por caminhar ao meu lado, por dividir o peso dos problemas, as lágrimas e os sorrisos e pela generosidade de dividir seu dia a dia e a sua vida comigo.

À minha orientadora, **Jura**, agradeço pelos ensinamentos, pelas broncas, pelos sorrisos e pelo tempo. Você é um daqueles bons encontros da vida que carregarei nas minhas lembranças para sempre. Obrigado pelas palavras sinceras, pela paciência, pelos conselhos, pelo apoio e pelo silêncio. Não foi uma jornada fácil para mim, por motivos que não cabe dizê-los aqui, mas com certeza este percurso teria sido muito mais difícil sem a tua parceria. Não tenho como expressar em palavras o quanto você foi importante nestes últimos anos, sobretudo por não ter desistido de mim quando eu já havia desistido. Expresso minha grande admiração e respeito por você como pessoa e profissional. Obrigado pelas orientações e por compartilhar comigo a sua sabedoria. Você me ajudou a me envolver com o processo de pesquisa com seriedade, responsabilidade e tesão e a mergulhar mais fundo no conhecimento. Você me ajudou a me tornar não só um profissional mais dedicado, mas também a me tornar uma pessoa melhor. Eu nunca esquecerei tudo o que fez por mim. Muito obrigado.

Ao meu coorientador, “chefinho” **Adriano**, agradeço pelos seus ensinamentos, bons conselhos e tempo. Obrigado pela orientação cuidadosa, pela leitura sempre atenta, pelas críticas e pelo diálogo sempre profícuo. Obrigado por tornar os momentos de orientação mais leves com seu sorriso e bom humor, por me fazer rir e aprender com as minhas dificuldades. Por seu exemplo inspirador. Por ampliar minha compreensão sobre o tema da pesquisa. Compartilhar o caminho e o resultado final dessa pesquisa com você foi um privilégio e uma honra. Sem seu profissionalismo, atenção e afeto essa dissertação possivelmente não teria essa forma.

Ao professor **Leandro Oltramari**, parceiro e “cuidador” durante meu estágio de docência, agradeço por me permitir, mais uma vez, aprender com ele. Obrigado pelas boas conversas, você é uma importante referência para mim. A **Isabela Machado da Silva**, minha outrora

supervisora de estágio em psicologia clínica e hoje amiga, obrigado pelas palavras – sempre precisas – de incentivo que me mostraram que eu poderia conquistar meu espaço no mundo acadêmico. Obrigado pelos cafés e pela companhia e por me amparar nas minhas crises existenciais. A professora **Marivete Gesser**, que ainda ao final da minha graduação como uma de minhas supervisoras de estágio em psicologia escolar, me inspirou de muitas maneiras – quase sempre sem saber – a seguir por esse caminho. Guardo por você uma grande estima e carinho que não poderiam deixar de ser expostos aqui. A **Simone Ávila**, que gentilmente respondeu ao meu e-mail no começo dessa jornada em busca de mais detalhes sobre sua experiência de pesquisa e sobre os transhomens. Obrigado pelos conselhos, pelos contatos e pelas referências que foram de fundamental importância na construção do meu projeto de pesquisa e, posteriormente, durante todo o meu trabalho.

Agradecimentos a minha mais nova e querida amiga **Mônica Angonese**, companheira da pós, por proporcionar tantas estimulantes conversas e por compartilhar algumas das apreensões mais coerentes e desoladoras sobre a vida acadêmica. Obrigado pelas risadas e conversas e por construir tão tranquilamente uma das amizades mais doces que já tive. **Ana Paula Machado** por ser querida e suportar meus arroubos de histeria. Compartilhar esse caminho com você foi muito bom e sou grato pelos bons momentos que passamos juntos. **Renata Lima** por ser constante e uma amiga para todas as horas, você é praticamente uma bateria de energia positiva inesgotável em forma de amiga. **Rafael Czarnobai** pela amizade e paciência em me ouvir reclamar e reclamar da vida. Com você tive algumas das melhores conversas na vida.

Giuseppe Nicoletti, amigo de infância e cidadão constante do meu mundo desde então. Obrigado pela amizade, por sua sagacidade em ouvir minhas péssimas

piadas e rir por ser essa, aparentemente, uma decisão sensata. Pelas horas de vídeo game e pelas conversas sem fim. Obrigado por sempre encontrar um tempo para colocar o papo em dia e por oferecer os melhores conselhos e suporte que um amigo pode dar. Obrigado **Hannelise Weingraber** por ter aceitado que eu viesse no “pacote” com o Giuseppe. Obrigado pelo carinho e por me acolher tão bem sempre. É sempre bom estar com vocês.

Agradeço aos amigos **Joel Vieira** e **Mateus Matraga** que, mesmo distantes fisicamente, tantas vezes perguntaram como estou, mesmo quando eu não sabia ao certo o que responder. Nossas longas conversas sobre as nossas vidas e sobre tantas outras coisas aleatórias foram um respiro nos meus dias de escrita, tornando meu caminho menos solitário.

Agradeço aos queridíssimos **Danton Brittes** e **Sandro Trindade** pela sempre agradável companhia. Obrigado por se fazerem presentes de tantas maneiras. Obrigado pelas conversas prazerosas, pelas risadas e pelos abraços revigorantes.

Agradeço também aos amigos **Gustavo Koerich**, meu técnico em informática particular que ajudou com todos os entraves que por vezes a tecnologia nos impõe. E **Luana Cabral**, que me ajudou com a tradução do resumo. E a ambos pelas boas energias e boas conversas de sempre.

Agradeço todos e todas **colegas de turma do mestrado** e aos **colegas do Núcleo Margens** pelas trocas de saberes e experiências. Muito obrigado também aos **professores e funcionários do PPGP** e aos **professores/as membros da banca** que gentilmente aceitaram dividir comigo o seu tempo e conhecimento.

E por fim, agradeço a cada um dos **tranhomens** que direta ou indiretamente, *on line* ou *off line*, compartilharam suas histórias comigo. Espero fazer jus à confiança, a tudo que ouvi e li e poder fazer desse trabalho um canal para levar adiante suas questões singulares.

Resumo

O presente trabalho buscou apresentar e compreender o aumento da utilização das mídias virtuais pelos transhomens. O tema central desta dissertação é a emergência dos transhomens em meio aos blogs, colocando em foco a escrita de si que eles produzem nesses espaços. São problematizados os discursos que veiculam nos blogs sobre as modificações corporais, relações sociais e familiares, violências, políticas públicas e sobre a complexidade dos processos de identificação e construção da masculinidade. Trata-se de uma escrita de inspiração netnográfica, que foi tecida durante a experimentação de pesquisa pelos espaços virtuais da blogosfera, que apresentam a internet como contexto possível para a exploração de informações sobre as vivências e os modos de vida dos transhomens. Neste sentido, este trabalho propõe pensar as condições de possibilidades da (re)invenção dos transhomens, assinalando o aumento dos espaços virtuais como lugares de (re)existência e (re)criação de si para aquelas que desejam tornar-se transhomens. Constatou-se que os transhomens por meio de sua pluralidade tencionam os limites das categorias e regulações que lhes são impostas. Também foi evidenciado que o compartilhamento e a solidariedade entre os pares por meio da troca de informação e experiências possibilitadas pelos blogs surgem como eventos fundamentais nos processos de materialização e humanização da experiência da transexualidade.

Palavras-chaves: Transhomens, Transexualidade, Mídias Virtuais, Internet, Masculinidades, Escritas de Si.

Abstract

The present study aimed to present and understand the increased use of virtual media by transmen. The central theme of this project is the emergence of transmen among the blogs by bringing into focus the self-writing that they produce on these spaces. Are problematized the discourses that promulgates the blogs on body modifications, social and family relationships, violence, public policies and on the complexity of identification's processes and construction of masculinity. It is a netnographic writing inspiration, which was woven at experimental research by the virtual space of the blogosphere, which have the Internet as a possible context for exploration of information on the experiences and the ways of transmen's lives. In this sense, this work proposes reflections on the possibilities conditions of the (re)invention of transmen, signaling the increase of virtual spaces as places of (re)existence and (re)creation of itself for those who wish to become transman. It was found that the transmen through its plurality expands the limits of categories and regulations imposed on them. It was also evidenced that sharing and solidarity among peer through the exchange of information and experiences made possible by blogging emerge as fundamental events in the materialization process and humanization of transsexuality's experience.

Keywords: Transman, Transsexuality, Virtual Media, Internet, Masculinities, Self-Writing.

SUMÁRIO

1. ENTRE COMEÇOS, EXPERIÊNCIAS E LOCALIZAÇÕES:	11
1.1 Meu corpo, minhas experiências:	11
1.2 Armário de vidro - O aumento do número de ambientes virtuais específico para a população transhomem:	14
2. DA IDADE MÉDIA PARA <i>IDADE MÍDIA</i>: OS BLOGS E O DISPOSITIVO DE CONFISSÃO:	20
3. ALGUMAS RECORRÊNCIAS: DE QUE CORPOS ESTAMOS FALANDO?	24
3.1 “Meu corpo” é meu, seu ou nosso? Sobre a Transexualidade e sobre os Transhomens:	29
3.2 Masculinidades e teclados - Sobre como dizer-se Transhomem em blogs:	46
4. MÍDIAS VIRTUAIS: NOVOS DESAFIOS, VELHAS QUESTÕES:	49
4.1 Contextos de emergência, condições de possibilidade e políticas:	58
4.2 A Netnografia como um caminho:	72
5. UM CAMPO, ALGUMAS EXPERIÊNCIAS E VÁRIOS DESDOBRAMENTOS:	80
5.1 A publicização de si e a construção da intimidade nos blogs:	83
A) Apresentação e história de vida:	83
B) Família e Sociedade:	87
C) Corpo e Comportamento:	92
D) Denúncias e reivindicações de direitos:	97
E) “Celebidades”:	102
F) Relacionamentos e Sexualidades:	105
5.2 A escrita de si nos blogs:	108
6. SE EU FOSSE CONCLUIR (CONSIDERAÇÕES FINAIS):	125
6.1 Da necessidade de contar a impossibilidade de dizer:	125

7. REFERÊNCIAS:	128
8. ANEXO 1: PARECER E PROPOSTA DE RESOLUÇÃO - PC/CFM/Nº 39/97, DE 10 SETEMBRO DE 1997:	139
9. ANEXO 2: RESOLUÇÃO CFM Nº 1.482, DE 19 DE SETEMBRO DE 1997:	140
10. ANEXO 3: RESOLUÇÃO CFM Nº 1.652, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2002:	149
11. ANEXO 4: PORTARIA MS/GM Nº 1.707, DE 18 DE AGOSTO DE 2008:	152
12. ANEXO 5: RESOLUÇÃO CFM Nº 1.955, DE 12 DE AGOSTO DE 2010:	154
13. ANEXO 6: PORTARIA MS/GM Nº 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013 :	154

1. ENTRE COMEÇOS, EXPERIÊNCIAS E LOCALIZAÇÕES

1.1 Meu corpo, minhas experiências

Quando escrevo “o corpo”, não vejo nada em particular. Escrever “o meu corpo” faz-me mergulhar numa experiência vivida, numa particularidade: vejo cicatrizes, desfigurações, descolorações, males, perdas, assim como coisas que me agradam.

Adrienne Rich

É muito difícil identificar o momento exato em minha trajetória acadêmica em que comecei a me interessar pelo universo trans. Acredito que foi uma construção silenciosa, uma experiência gradual, onde aos poucos fui sendo apresentado e podendo tangenciar esse universo extraordinariamente múltiplo, heterogêneo, diversificado e, ao mesmo tempo, único e dinâmico – o das transexualidades.

Esse processo faz parte de um caminho que venho percorrendo há alguns anos e composto por diferentes experiências. Vou tentar rememorar e expor brevemente algumas delas, pois considero que de algum modo se constituíram como alicerces importantes na edificação dessa dissertação.

Durante a terceira fase do curso de graduação em Psicologia, em 2010 passei a compor uma equipe multidisciplinar em um núcleo de pesquisas sobre identidades de gênero e sexualidade. Foi ali que tive o primeiro contato com um estudo a respeito de uma população trans, por meio da minha colega na época Simone Ávila que estava iniciando naquele ano sua pesquisa de doutorado sobre a produção de masculinidades

de transhomens¹ brasileiros, no PPGICH na UFSC. Eu ainda estava dando meus primeiros passos na minha trajetória acadêmica e pouco sabia sobre as atividades de uma pós-graduação. Tudo era muito novo e interessante para mim, eu ficava extasiado ao ouvi-la falar sobre sua pesquisa e quase que podia sentir como minha a sua paixão, seu comprometimento e sua implicação com o tema.

Em outubro de 2011 durante o II Trans Day NIGS², Simone apresentou-me a João W. Nery, 62 anos, autointitulado como o primeiro *transhomem brasileiro*. O escritor lançara neste evento seu livro “Viagem Solitária – memórias de um transexual 30 anos depois”, e eu tive a oportunidade de conseguir meu exemplar autografado. O livro compartilha de maneira generosa e corajosa a experiência singular do autor e foi uma leitura que me despertou muitas sensações.

Também em 2011 passei a compor a equipe do Núcleo Margens (Modos de vida, família e relações de gênero). O Margens é um núcleo de pesquisa do departamento de Psicologia da UFSC, criado no ano de 1996, coordenado pelas professoras Maria Juracy

¹ Estou considerando como equivalentes as categorias empíricas “transhomem”, “homem transexual”, “transexual masculino”, “homem trans” ou “FTM”. Para evitar o uso dessas múltiplas expressões, escolhi utilizar o termo “transhomem”, termo que é uma tradução literal dos termos em francês “transhomme” e do inglês “transman”; minha preferência é por ele ser um substantivo, ou seja, denomina o sujeito. Não tenho observado um consenso a respeito do conceito mais utilizado por essa população, como eles se intitulam ou gostariam de ser denominados.

² O Trans Day NIGS - Seminário Transfobia, Cidadania e Identidades TRANS - é organizado desde 2010 pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo o primeiro evento brasileiro pela despatologização das identidades trans no âmbito da Campanha Internacional Stop Trans Pathologization.

Filgueiras Toneli, Mara Coelho de Souza Lago e Mériti de Souza, ainda compõe o núcleo os professores Adriano Beiras e Marivete Gesser. Com a perspectiva de que subjetividades, corpos e modos de viver são necessariamente produzidos pela/na historicidade das relações de poder, o grupo reúne projetos de pesquisa e de extensão com temáticas diversas: parentalidade(s), masculinidade(s), organizações familiares, diferenças geracionais e étnicas, direitos sexuais e reprodutivos, sexualidades, violências de gênero, modos de vida nos cenários urbano e rural e direitos humanos. Integrando ensino, pesquisa e extensão, as ações do Grupo Margens vêm contando com atividades em instituições públicas da educação, saúde, segurança e assistência social, assim como organizações não governamentais (ONG) em Florianópolis (SC).

Uma das principais parcerias que o núcleo construiu foi com a ADEH³ (Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade), uma ONG que atua no sentido da garantia de direitos, da promoção de saúde e da discussão no campo dos Direitos Humanos e das políticas TLGB⁴ (Travestis, Transexuais, Lésbicas, Gays e Bissexuais). Fundada em Florianópolis-SC em 1993, a ONG percorreu uma longa trajetória de muitos trabalhos, sobretudo, na capital catarinense. Atualmente vem desenvolvendo projetos com a população TLGB, que incluem a distribuição de preservativos, acolhimento e acompanhamento de pessoas em situação de discriminação e violência de gênero, entre outras atividades.

³ Para mais informações é só entrar no site <http://siteadeh.wix.com/adeh>.

⁴ A inclusão do “T” na frente da sigla do movimento é uma escolha da ONG e deu-se por acreditarem que essa é uma, entre muitas outras formas de dar maior visibilidade às pessoas T’s (Transexuais, Travestis e Transgêneros). Ideia com a qual simpatizo e optei em aderir nesta dissertação.

A relação com a instituição foi se fortalecendo no dia a dia, por meio da constância de nossa presença, da construção do grupo aberto Segundas Trans-tornadas e a realização de trabalhos conjuntos. Em todos eles tive a oportunidade de me relacionar com mulheres Trans e Travestis que transitavam por esses espaços. Lá estava eu, um corpo entre outros corpos, por vezes me sentindo um pouco deslocado. Eu interpretava alguns olhares como certo estranhamento sobre a minha presença ali, visto que até então participavam das atividades conjuntas apenas colegas mulheres do nosso núcleo de pesquisa. No começo, eu que sou bastante tímido ficava encabulado em conversar com elas, meu corpo inquieto, minha boca ficava seca, meus olhos se desviavam e minhas mãos suavam. Isso não pareceu ser recíproco, pois logo elas foram pulando o muro da minha timidez e tornaram possível a construção de uma relação mais próxima.

As histórias contadas por aquelas mulheres e minhas vivências ao seu lado sempre me fizeram refletir sobre como o corpo torna-se algo a ser pensado como uma estrutura a ser negada e modificada, por ser subordinado a uma demanda normativa; uma ditadura que impõe como o corpo deve se materializar em consonância ao gênero ou a outros dispositivos regulatórios do discurso imperativo. Essas mulheres que habitam corpos que questionam as leis sociais, pois não são pensados por elas, compõem a outra face do que os sistemas de poder e saber já constituídos estabeleceram como “normal”, sendo que estes corpos “devem” ser alterados/reconstituídos para que se tornem “adequados”. Ao fazê-lo, acabam por legitimar as normas dominantes, deixando-nos a pensar se existem possibilidades de subvertê-las.

Estes discursos dominantes que produzem e subjagam os corpos, alicerçados em sua lógica moralista e higienista, se reproduzem de tantas outras maneiras quanto possível. Nesse sentido os corpos “construídos” pelas/pelos T’s (Transexuais, travestis e transgêneros)

seguem um padrão do que “pode”, do que será “aceito”, do que é o “certo”. Essa *produção em massa* de corpos semelhantes acentua a importância de problematizarmos a “construção” dos corpos e de pensar sobre como e para que finalidade os corpos são ou não são construídos. Faz-se necessário também questionar como os corpos que se materializam em desconformidade com a norma munem o "exterior" necessário, para os corpos que, ao materializar a norma, qualifiquem-se como corpos que pesam/importam e são considerados “legítimos” e “inteligíveis”. (BUTLER, 2010).

Embora diferentes corpos transitassem por aquele espaço, somente no segundo semestre de 2013 tivemos a presença constante de transhomens. Enunciei algumas das experiências que me interpelaram e trouxeram até aqui, para requestrar as sensações, os cheiros e os sabores que vivenciei e que me marcaram em minha caminhada, com o intuito também de por meio dessas pistas, localizar onde, como, quando e em que circunstâncias o meu corpo de pesquisador foi aproximando-se do universo trans. Todos esses diferentes contatos com esse universo me atravessaram e geraram em mim curiosidades, inquietações e desejos que, em menor ou maior grau, irão me acompanhar ao longo dessa pesquisa.

1.2 Armário de vidro - O aumento do número de ambientes virtuais específico para a população transhomem

A definição do humano é uma tentativa de fixar uma determinada estrutura de pontos nodais, de certos requisitos que definem o que se entende por propriamente humano. Esta tentativa é instável: Suas fronteiras são objetos de luta, seus conteúdos são modificados ao longo do tempo, o não-humano

*ameaça incessantemente
transbordá-lo.*

Gerard Coll-Planas

Desde seu surgimento em 1990, a Internet tem possibilitado cada vez mais o rompimento de muitas barreiras que dificultam o relacionamento humano, como as separações geográficas, diferenças religiosas, culturais, entre outras. Segundo Ana Cristina Garcia Dias e Yves de La Taille (2006), a Internet amplifica os meios possíveis de interações entre os indivíduos e facilita a construção dos relacionamentos sociais, uma vez que supera além das dificuldades já citadas, o isolamento social devido a estigmas e preconceitos, como também condições de saúde e outras especificidades individuais da vida de cada sujeito. O advento da Internet trouxe para a atenção das pessoas um grupo que até então permanecia em grande parte oculto: os Transhomens.

Quando no segundo semestre de 2013 os transhomens começaram a circular pela ONG, percebi que não era somente ali que eles estavam emergindo. Paralelamente percebi um crescente aumento de espaços nas mídias virtuais direcionados especificamente para essa população, tais como blogs, páginas e grupos no Facebook e canais do YouTube.

Minha curiosidade em saber o que estava acontecendo levou-me a fazer um levantamento desses espaços. Meu primeiro passo foi utilizar a ferramenta de busca⁵ do Google para encontrar os Blogs nacionais que falavam exclusivamente a respeito dos Transhomens. Para

⁵ Motor de pesquisa (português europeu) ou ferramenta de busca (português brasileiro) (em inglês: search engine) é um programa desenvolvido para procurar palavras-chave fornecidas pelo utilizador em documentos e bases de dados. No contexto da internet, uma ferramenta de busca de pesquisa permite procurar palavras-chave em documentos alojados na world wide web, como aqueles que se encontram armazenados em websites.

realizar essa pesquisa utilizei as seguintes palavras: Transhomem, Transexual Masculino, Transexualidade Masculina, Homem Trans, Homens Transgênero e FTM. Em seguida acessei o Facebook e o YouTube e, utilizando as mesmas palavras, fiz uma busca utilizando o campo de pesquisa contido nessas redes. Encontrei 12 Blogs, 14 espaços no Facebook (5 Páginas, 3 Perfis e 6 Grupos) e 12 Canais do You Tube. Segue uma breve descrição sobre esses ambientes virtuais e minhas percepções a respeito da sua utilização pelos transhomens conforme pude identificar:

1) Blogs: Criado na década de 1990, um blog é um *site* cuja estrutura permite a atualização rápida a partir de acréscimos dos chamados artigos, ou posts. Esses espaços virtuais são, em geral, organizados de forma independente pelo(s)/pela(s) autores/autoras, os/as quais utilizam este ambiente para abordar os mais diversos assuntos. Composto por uma diversidade de sistemas de criação e edição que possuem um grande número de ferramentas, os blogs possibilitam o compartilhamento de textos, imagens, vídeos e *links* para outras páginas da *Web*. Uma das principais utilizações dos blogs é o formato de diário online. Nesse contexto os transhomens geralmente têm mais espaço para colocar suas fotos e compartilhar minúcias de suas vidas com seus/suas leitores/as.

2) Canais do YouTube: O YouTube é um *site* que permite que seus usuários assistam e compartilhem vídeos em formato digital. Foi fundado em fevereiro de 2005 e é o mais popular *site* desse tipo, devido à possibilidade de hospedar quaisquer vídeos (exceto materiais protegidos por *copyright*⁶). É possível também fazer a inscrição

⁶ Copyright é um direito autoral, a propriedade literária, que concede ao autor de trabalhos originais direitos exclusivos de exploração de uma obra artística, literária ou científica, proibindo

gratuita e ter um canal próprio (popularmente conhecido como Canais do YouTube), por meio do qual o usuário pode hospedar uma grande variedade de produções pessoais. Alguns transhomens têm feito uso deste espaço para compartilharem desde suas experiências cotidianas a vídeos com “conselhos” para outros homens transexuais (principalmente a respeito do processo transexualizador).

3) Facebook: O Facebook é um *site* e serviço de rede social que foi lançado em 4 de fevereiro de 2004. Os usuários podem criar perfis pessoais que contêm fotos e listas de interesses, trocando mensagens privadas e públicas entre si e participantes de grupos de amigos. Além dos perfis pessoais, é possível criar páginas e grupos de discussão sobre temáticas diversas. Os grupos de discussão podem ser abertos (permite a participação de todos/as usuários/as interessados/as) ou fechados (para poder participar é necessário ser convidado/a). Atualmente no Brasil é a rede social mais popular e a interação com os demais usuários é um dos principais atrativos que também capturou alguns transhomens.

Não foi possível nesse levantamento verificar a data de criação de alguns desses espaços, devido à restrição ou à não disponibilidade dessa informação por alguns dos administradores e/ou autores dos espaços. Porém, é possível perceber que houve um aumento crescente da criação desses ambientes virtuais a partir de 2010. Curiosamente esse ano teve muito importância para essa população, pois foi marcado pela publicação da Resolução do CFM nº 1.955/2010 (Anexo 5), que reconheceu as cirurgias de mastectomia e histerectomia como procedimentos não experimentais, conquista importante para essa população. Nesse mesmo ano Xande

Santos, transhomem e ex-presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBTT de São Paulo, realizou sua cirurgia de histerectomia, divulgada na mídia, por exemplo, pela Revista Veja em Março de 2011⁷. Talvez ambos os fatos tenham sido alicerces importantes para que os transhomens começassem a trocar seu *armário pelo armário de vidro* das mídias virtuais.

Segundo o historiador George Chauncey (1994), as pessoas gays nos anos anteriores à 1ª Guerra Mundial não falavam de ‘sair para fora (coming out)’ do que nós chamamos atualmente ‘armário’, mas sair para o que eles chamavam sociedade homossexual ou o ‘mundo gay’. A saída na verdade correspondia a uma entrada na cultura gay, com seus bares, locais de confraternização, boates, dentre outros espaços de sociabilidade. Após a década de 1950, e como uma das muitas consequências da *revolta de Stonewall*⁸, o conceito foi expandido. Ao ‘sair’ questionava-se ‘de onde’ e, assim, surgiu o armário. Essa modificação conceitual é uma metáfora da expressão ‘o esqueleto no armário’. Ter esqueletos no armário sugere a existência de segredos bem profundos, algo que deve ser muito bem guardado e protegido. Quando sugiro que os transhomens podem apenas ter realizado uma troca de armário, proponho problematizarmos o fato de que os ambientes virtuais ainda podem preservar certo sigilo e manter em relativa segurança algumas informações que não desejam retirar do armário, ou seja, tornadas públicas de outra maneira.

⁷ Reportagem da Revista Veja intitulada “Cirurgia encerra drama de transexual – e da medicina” - Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/saude/no-sus-o-fim-de-uma-longa-e-dolorosa-espera>.

⁸ O bar Stonewall Inn em Nova Iorque era um dos poucos locais onde as pessoas LGBT podiam se socializar, beber, e dançar, ao final da década de 1960. A Revolta de Stonewall foi um conjunto de episódios de conflitos violentos entre a população LGBT e a polícia de Nova Iorque.

Frente a esse aumento expressivo na *visibilidade* de transhomens brasileiros em mídias virtuais, com a criação de espaços de socialização específicos para essa população, apresento alguns questionamentos: O que fez alguns transhomens saírem (trocarem) do (de) armário dispostos a exporem sua existência? Quais foram as condições que se abriram para que os transhomens se manifestassem?

Meu experimentar nesta pesquisa é focado somente nos blogs. Minha escolha em debruçar meus esforços especificamente sobre os Blogs se deve a duas razões: 1) Eles são o mais antigo ambiente de sociabilidade virtual entre os ambientes pesquisados (Blogs, Canais do You Tube e Facebook) e, devido à sua temporalidade, acumulam um maior número de material disponibilizado; 2) Pela diversidade dos Blogs encontrados entre si e pela diversidade de recursos que utilizam (imagem, textos, vídeos, etc).

Meu movimento como velejador, termo aludido por Guacira Lopes Louro (2008, p. 18) aos sujeitos que se aventuram nas insinuantes relações de gênero e sexualidade, dessa viagem, tem como ponto de partida e desembarque não um destino comum, um caminho traçado e tampouco um percurso previamente assegurado. Minha vontade, partilhada por outros estudos de inspiração pós-estruturalista é de viajar não a deriva, sem mãos firmes ao leme, mas no sentido de me deixar surpreender, buscando desenhar novos horizontes, produzir novos textos, novas composições teóricas. Conto com pistas de onde posso chegar, seguro que, durante toda a viagem poderão ser necessários desvios de percursos e, principalmente, provocações e desequilíbrios frente à inexistência de uma rota e de normas previamente estruturadas.

Não pretendo apresentar nesta pesquisa uma análise sobre a vida dos transhomens. Enfrentamos, perante a normatividade vigente em muitas sociedades, uma ditadura que sinaliza quais corpos e estilos de vida

são legitimamente “reconhecidos”, “aprovados” e “apoiados” pela sociedade que os institui como "normais" e "de valor". Recusa-se, assim, algumas corporalidades, práticas sexuais, formas de construir relacionamentos e modos de vida, tornando-as altamente vulneráveis a uma série de discriminações e violências. Segundo Judith Butler (2003a), trata-se, efetivamente, da produção de algumas vidas inteligíveis e de outras vidas não inteligíveis, de corpos que importam e de corpos que não importam, vidas e corpos que não são entendidas/os (no sentido ontológico) como vidas e corpos humanos, ainda que sejam de pessoas. Sendo assim, proponho por meio da montagem e remontagem da minhas experiências e afetações com os Blogs, pensar e problematizar essas legitimidades. Nesta direção procuro verificar a existência ou não de formas de resistência à heteronorma nesses espaços.

Destaco que esta pesquisa inspira-se na perspectiva pós-estruturalista e aproxima-se epistemologicamente das idéias de teóricos como Michel Foucault e Judith Butler para pensar problematizações específicas do sistema sexo-gênero. Ao assumir uma inspiração na perspectiva pós-estruturalista como referencial teórico-metodológico deste estudo, desejo deixar claro meu distanciamento de perspectivas teóricas totalizantes, que buscam identificar e compreender estruturas constituintes unas e comuns a todos os sujeitos. Utilizarei como complementação teórica para compor minha caixa de ferramentas, pesquisas e estudos sociológicos e antropológicos que tangenciam o universo trans e também autores que têm trabalhado com a interseccionalidade entre mídias e processo de subjetivação.

Adoto como estratégia para “fazer” essa pesquisa recursos inspirados na netnografia, embora não acorrente essa experiência no passo-a-passo do fazer netnográfico (KOZINETS, 2014). Todos os blogs encontrados foram

observados e para a coleta de informações utilizei a escrita (e outros recursos *on line*) de um diário virtual, desde o início e ao longo do trabalho. No diário, predominantemente foram anotados e arquivados trechos das postagens e comentários das temáticas mais recorrentes, além é claro das impressões do observador. Algumas escolhas difíceis referente aos rumos da discussão tiveram que ser tomadas e elas serão comentadas ao longo desta dissertação. Recorro à netnografia para ajudar a pensar as práticas sociais na Internet e os efeitos destas para os sujeitos e para sociedade. É entre a inspiração netnográfica e algumas das contribuições foucaultianas que deslizam minhas análises nessa pesquisa, circunstanciando “as formas das relações consigo, os procedimentos e às técnicas pelas quais [elas] são elaboradas, aos exercícios pelos quais o próprio sujeito se dá como objeto a conhecer e às práticas que permitem transformar seu próprio modo de ser” (FOUCAULT, 1984, p. 30).

2. DA IDADE MÉDIA PARA *IDADE MÍDIA*: OS BLOGS E O DISPOSITIVO DE CONFISSÃO

"Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar e refletir[...]"

Michel Foucault

A Internet, apesar de ter uma história relativamente curta, consolidou-se como um importante espaço de propagação de ideias e compartilhamento de informações. Os serviços propiciados pela rede originaram uma nova realidade: navegar na Internet tornou-se a mais moderna forma de obtenção e troca de informações, sobre praticamente qualquer assunto, já que um usuário tem acesso a uma imensa quantidade de dados, disseminados por toda a rede. Vivemos atualmente uma verdadeira “Idade Mídia” (MILL, 2006; MILL; FIDALGO, 2007; RUBIM, 2000), pois o acesso e o uso dela podem acontecer dentro da própria casa, na rua ou quase em qualquer lugar imaginável através de mídias virtuais conectadas que colocam o homem em contato, por exemplo, com espaços e pessoas localizadas no outro lado do mundo.

Os Blogs surgiram no final da década de 1990, como um espaço de interação virtual revolucionário. Criado por John Barger, editor do site Robot Wisdom, em 1997, o *weblog* (uma junção das palavras *web*, que significa página na Internet, e *log*, registro – ship log = diário de bordo) foi posteriormente reduzido para *blog*. Um *blog* é uma página da web onde um *weblogger*, também chamado de *blogger* (blogueiro), faz registros (tal qual um diário de bordo) com os mais diferentes

propósitos e que, devido à conexão em rede dos computadores, podem ser acessados por qualquer pessoa que estiver conectada à rede (LEMOS, 2002).

Os *posts*, o recurso mais utilizado nos blogs, são textos que podem ser modificados, editados, atualizados, apagados, quando e como o autor (a/es/as) quiser. Os posts também podem incluir um *link* (de hiperlink) que é uma ligação direta com outra página ou documento na web ou ainda para outros Blogs. Em geral, encontramos nos blogs uma lista de links das páginas preferidas ou de outros blogs lidos/visitados pelo seu autor (a/es/as). Essa estratégia facilita a comunicação e a “identificação” do autor (a/es/as) e seus leitores, por meio do compartilhamento de gostos, valores e objetivos comuns. Cria-se assim, um grupo que faz e/ou recebe comentários constantes em seus blogs ou que apenas visita-o com relativa frequência “seguindo” o autor (a/es/as).

Para que os/as leitores/as possam acompanhar os Blogs lendo suas publicações de uma maneira linear é comum encontrar a data e a hora abaixo ou acima dos posts, comumente em uma ordem cronologicamente inversa, ou seja, as publicações visíveis ao abrir o Blog são as mais recentes publicadas pelo autor (a/es/as). Outro recurso importante presente em muitos Blogs é a caixa de diálogos, um espaço que permite que os leitores possam enviar mensagens e/ou comentários para o autor (a/es/as). Toda essa diversidade e possibilidade de interação talvez tenha sido o que tornou os Blogs tão populares (NICOLACI-DA-COSTA; DI LUCCIO, 2010).

Em 2008 foi produzido um documentário brasileiro intitulado “Blogumentário” que, por meio de uma análise crítica objetivava desmistificar a ideia de que os blogs mudaram expressivamente a comunicação na internet. Alguns de seus autores argumentavam que produzir conteúdo sempre foi característico da natureza humana e, portanto, não haveria nada de revolucionário nos blogs. O fato é que antes dos blogs, era preciso ter um

grande poder financeiro para divulgar a sua produção de conteúdo para uma audiência significativa. Os blogs fizeram uma “revolução” quando destacaram-se como ferramentas úteis na democratização da produção e do acesso a informação, conteúdo e entretenimento, mudando a comunicação como um todo.

Rapidamente os blogs tornaram-se populares e o tamanho da *blogosfera* hoje ainda é impressionante, mesmo com a diminuição do seu uso após a chegada de novos ambientes virtuais como Facebook, Twitter, Instagram e outros. Dados apresentados em 2008 pelo site Technorati⁹, que cataloga e faz buscas em blogs no mundo inteiro, mostram que 75 mil blogs são criados por dia, ou seja, em média um novo blog é criado a cada segundo. Em 2009, o site *Construindo a Cibercultura* divulgou¹⁰ que o Blogger completava 10 anos e o Google, dono do serviço desde 2003, apresentou alguns dados sobre seu uso. Segundo Rick Klaus¹¹, diretor executivo do Blogger.com, o Brasil naquele momento era o segundo em número de blogs, perdendo apenas para os Estados Unidos e que, por minuto, 270 mil palavras eram postadas no Blogger.com.

Dados importantes sobre o uso da internet no Brasil também são constantemente atualizados. Em 2014, o site *Olhar Digital*¹² publicou dados que mostram que, nos próximos anos, o Brasil deve ultrapassar o Japão e se tornar o 4º país com o maior número de usuários de

⁹ Fonte: Revista Época Ed. 428 -
<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG74959-6014-428,00.html>

¹⁰ Fonte:
<https://construindoacibercultura.wordpress.com/2009/07/16/evolucao-da-internet-e-crescimento-dos-blogs/>

¹¹ Notícia publicada em junho de 2009, pelo site ‘b4w’, disponível em: <http://b4w.com.br/news/brasil-e-o-2-em-numero-de-blogs/>.

¹² Fonte: <http://olhardigital.uol.com.br/noticia/brasil-deve-se-tornar-4-pais-com-mais-internautas/45370>

internet, com 107,7 milhões. Hoje o Brasil desponta em quinto lugar entre os 20 países com maior número de pessoas conectadas na rede mundial de computadores, atrás apenas do Japão, da Índia, dos Estados Unidos e da China. Segundo o IBOPE Media¹³ o consumo da internet cresceu 50% nos últimos 10 anos entre os jovens brasileiros. A mesma pesquisa aponta que os principais motivos que levam os novos usuários a acessar a web são a busca pela informação (77%) e o entretenimento (67%).

Talvez uma das razões que atraíam novos bloggers a cada segundo seja a associação com os diários de bordo referidos no berço de sua criação. Afinal, no começo os blogs eram, sobretudo, usados como um espaço para escrever sobre si, o que podemos compreender como “uma adaptação virtual de um refúgio que o indivíduo já havia criado anteriormente para aumentar o seu espaço privado: o diário íntimo” (SCHITTINE, 2004, p. 60).

Aos poucos surgiram blogs que se dedicaram a outros gêneros de escrita além do idealizado originalmente como um diário, como os blogs jornalísticos ou os blogs de crônicas por exemplo. Porém ainda são predominantes os blogs de registros que assumem de imediato uma configuração de *escrita da intimidade* (SCHITTINE, 2004). Os blogs ainda preservam o sentido do “meu espaço virtual”, como se fosse uma extensão dos espaços e objetos particulares do sujeito tal qual meu quarto, minha cama, meu celular, meu livro, meu computador, meu espaço virtual, meu blog.

No início da última década também surgiu o *primo pobre*¹⁴ dos Blogs: O *Fotolog*. Esse “novo” modo de

¹³

Fonte:

<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Consumo-da-internet-pelos-jovens-brasileiros-cresce-50-em-dez-anos-aponta-IBOPE-Media.aspx>

¹⁴ Referência ao popular personagem “Primo Pobre” do programa Balança Mas Não Cai. Programa humorístico brasileiro criado por Max Nunes e Paulo Gracindo na Rádio Nacional do Rio de Janeiro na década de 1950 onde permaneceu

registro permitia anexar fotos à página pessoal. A popularização crescente do consumo de câmeras digitais fez com que os Fotologs durante um breve tempo fossem o “meu espaço virtual” de algumas pessoas. No entanto, os blogs englobavam essa “nova” função dos Fologs e eles sumiram tão rapidamente como surgiram. Podemos considerar também que o Instagram¹⁵ absorveu um pouco dessa função.

A escrita de si em diário teve seu auge nos séculos XVIII e XIX e, naquela época era restritamente confidencial. A escrita nos blogs e sua tentativa de retomada desse hábito cortam os laços com o sigilo, visto que a atual é excessivamente exposta. Assim como sua antecessora, seus registros podem ser diários ou não, mas agora podem ser modificados a qualquer instante, podem ser complementados com imagens ou vídeos. O hábito passado era aparentemente registrado sem a intenção de ser compartilhado e alguns diários possuíam até cadeados. Nos blogs, porém, o objetivo é justamente o oposto, é compartilhar seus pensamentos, suas experiências, seus protestos, ainda que oculto sob uma identidade fictícia. Há um desejo de comunicar envolto por uma espera de retorno, espera-se o eco dos comentários de quem os lê, de sorte que “os blogs inovam com relação ao diário tradicional na forma de recepção de mensagens, através de

até 1967. O programa migrou para a TV Globo em 1968. Em um de seus quadros humorísticos, “O Primo Pobre e o Primo Rico”, o Primo Pobre era azarado e sempre estava com dificuldades e buscava constantemente a ajuda do Primo Rico que nunca o ajudava de fato.

¹⁵ O Instagram é, em síntese, um aplicativo de compartilhamento gratuito de fotos e vídeos. Foi produzido para a plataforma iOS, mas seu sucesso levou seus criadores a desenvolverem o suporte para dispositivos Android. O já famoso aplicativo permite que as pessoas tirem fotos, apliquem filtros e compartilhem com os amigos, que comentam e curtem o conteúdo como em uma rede social.

caixa de comentários, bem como nos intermináveis links para outras páginas” (LOBO, 2007, p. 23).

Imediatamente após sua criação há uma “singularização” do blog na tentativa de expressar, através de sua “aparência”, características próprias e únicas de seu autor (a/es/as), refletindo a imagem que o ele (a/es/as) tem sobre si ou a imagem que deseja imprimir. Essa singularização também tem como objetivo marcar aquele espaço como “seu”. Para dar conta disso, outras estratégias são adotadas como o uso da primeira pessoa, assinatura em todos os posts ou o uso de cores, imagens e fotos (LEMOS, 2002).

A escrita sofreu muitas alterações com o surgimento da Internet e adotou uma linguagem característica que é compartilhada pelos seus usuários. Há uma forma singular de escrita que foi se disseminando e popularizando pelas diferentes mídias virtuais tais como os Blogs, Messenger-MSN (Extinto), Orkut (Extinto), MySpace, Twitter, Facebook e WhatsApp. Palavras foram abreviadas (ou criadas) para atender o imediatismo e a exigência de uma comunicação mais rápida, por exemplo: “vc”, “tb”, “naum” e “bjs”, que respectivamente seriam as palavras “Você”, “Também”, “Não” e “Beijos”. Quando as palavras são escritas com letras maiúsculas o objetivo é expressar irritabilidade ou chamada de atenção. Há muitas formas de escritas que representam risadas (Hahaha – Rrsrs – Hehehe – Hauhauhau – Entre outros) e os emoticons, as carinhas que de maneira simbólica tentam reproduzir determinadas emoções (☹, ☺). A repetição de letras imita a forma exaltada de falar (Adoroooooooo, Beijoooooooo) e a repetição de pontos de interrogação ou exclamação buscam dar ênfase na incerteza/dúvida ou na convicção da afirmação (???? ou !!!!).

A socióloga Luiza Lobo (2007) destaca que uma das vantagens oferecidas pelo espaço virtual é uma *fuga da realidade*, uma possibilidade de esquecer as obrigações e frustrações que sustentam a realidade. Para a autora, um

dos encantos dos espaços virtuais, é a busca pela comunicação, pela troca, pela possibilidade de sair do isolamento dos diários de papel e mergulhar em um espaço onde prevalecem a confraternização e a reciprocidade. Espaço em que haveria menos conflitos de classes e interesses, menos busca pelo poder.

Ao analisar a escrita de mulheres em Blogs, Lobo (2007) sinaliza a possibilidade de uma escrita livre nos dias atuais em comparação com a escrita reprimida dos diários do século passado. A voz feminina que antes era tolhida, após muitas lutas e conquistas, se vê favorecida no século XXI com o surgimento desse espaço outro de escrita: a internet. Os diários migram para os blogs e outros espaços virtuais. Nas palavras da autora “O habitat humano não é mais composto pelas quatro paredes da casa, como no início da literatura de autoria feminina, mas se transforma no vasto mundo, reinventado como mundo paralelo” (LOBO, 2007, p. 11). Em seus blogs, oculto por um pseudônimo ou não, as mulheres poderiam exteriorizar o que calavam, dizer o que antes não podia ser dito, criar personagens, caminhar entre o relato imaginário e o relato confessional. Para a socióloga:

Essa retomada do elo da intimidade perdida permite inventar um discurso novo, próprio e independente da barreira dos estereótipos e comandos sociais. A necessidade de reagir contra o antigo, o patriarcal, levou muitas mulheres, nos seus blogs, à autoconfissão e ao resgate da memória pessoal, o que também reflete a memória política de seu tempo, criando uma nova história das mentalidades. A tela que brilha não leva só a uma catarse pessoal, mas também a um processo de

compreensão do mundo através de uma rede infinita de escrita (LOBO, 2007, p. 67).

Quando em seu trabalho Lobo aponta os blogs como instrumentos que permitiram às mulheres dizer ou ser aquilo que gostariam, ela nos ajuda a pensar sobre a importância dessa possibilidade de criar uma nova identidade na/por meio da internet. A que demanda atende essa necessidade de criar um personagem, ser outra pessoa, possuir outra identidade? Ao que tudo indica, essa estratégia é compartilhada pelos Transhomens em uma aparente tentativa de se proteger da esfera social e poder comunicar “livremente”. Mas não só isso, paradoxalmente os pseudônimos autorizam “serem eles mesmos”, pois “só na sociedade virtual pode-se ser sincera” (LOBO, 2007, p. 71).

A relação entre os/as leitores/ras do blog e seu autor (a/res/ras) em geral ocorre apenas na esfera virtual, sem que haja a necessidade, possibilidade ou vontade de convívio físico. Muitos preservam o anonimato por ajudar na manutenção desse distanciamento, fazendo com que o/a blogueiro/a, apesar de sua exposição ao público, não precise conviver com essas pessoas. Para Denise Schittine (2004) essa situação de poder ter seus escritos lidos sem precisar necessariamente desenvolver relações face a face, incentiva as pessoas a escreverem. A autora explica que há um retorno, pois há um “público interessado em consumir a intimidade alheia e, de certa forma, em descobrir o quanto ela se aproxima de sua própria intimidade” (SCHITTINE, 2004, p. 14).

Ao se perguntar sobre a existência de uma essência exibicionista do blogueiro e sua escrita sobre si, Schittine (2004) conclui que há um pensamento do blogueiro fundamentado em um individualismo quase narcísico a respeito do outro como *platéia de sua vida*.

Essa interação virtual com o outro seria apenas um pretexto para falar de si, buscando no outro, um espelho. No entanto, nem os diários e nem os blogs são espelhos que refletem a imagem dos/as autores/as. Na escrita íntima, há silêncios, ficções, esquecimentos e pequenas mentiras, que alteram o reflexo, que as tornam enriquecidas aos olhos de quem a escreveu (LOBO, 2007).

Quase que por um efeito dominó os sujeitos hoje parecem se fechar cada vez mais em um mundo individualizado e próprio, talvez por se sentirem roubados de seus espaços, visto que é preciso dividir mesas nos refeitórios, compartilhar mesas no trabalho, a rotina cada vez os consome mais e quase não lhe restam sequer espaço no tempo para pensar ou falar de si. Somado a isso temos o fato de que vivemos em uma sociedade que cultua o corpo, a vaidade, a competição e relacionamentos superficiais, que reforçam o individualismo. Em um esforço para não serem sugados por esse remoinho, há sujeitos que na busca por mais espaço, por espaço próprio, encontram nas mídias virtuais um lugar para falar de si.

As mudanças nas formas de entretenimento também colaboraram para o isolamento dos sujeitos. No passado, não tão distante, as pessoas costumavam se reunir para conversar por horas, em família ouvir o rádio e assistir televisão era compartilhado e reuniam a todos na sala de estar. Hoje é comum entre as famílias de camadas médias que todos tenham televisões em seus quartos, as músicas são escutadas individualmente em seus aparelhos de celular (com os quais também dedicam horas a jogos, fotos e acessando informações) e todos têm um computador pessoal. Ou seja, um ambiente totalmente promotor de uma sociedade do *eu*, ou melhor, do *meu*.

Lobo aponta que do ponto de vista da comunicação virtual não há um isolamento:

Blogar é uma atividade prazerosa,
mas que pode parecer um tanto

solitária quando é praticada nas horas tardias da noite, diante da telinha do computador, não mais da televisão. Contudo, este isolamento só se verifica em relação à família, pois, do ponto de vista da comunicação virtual, as jovens estão atentas com muitas outras vozes, de amigos e fãs, no Brasil e, por vezes, no exterior (LOBO, 2007, p. 35).

É possível pensar os blogs em uma relação com o que Michel Foucault (2002) chama de dispositivo de confissão, pois agregam ao seu conjunto discursivo, tanto aquilo que fala, como o que cala, tanto o que mostra, como o que escapa. A respeito do conceito de dispositivo Foucault aponta:

[...] um conjunto que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 2002, p. 244).

Um dispositivo que é uma rede e que se faz em rede, cuja construção não é ao acaso. Quanto aos blogs há muito por dizer da construção e dos usos que se fazem deles no espaço virtual. Um dizer que articula os múltiplos sentidos que fundamentam e edifica as condições de

possibilidade e o emaranhado de forças existente nessa experiência.

Esses diários íntimos virtuais, por meio de seu jogo de palavras escancaram as linhas tênues da relação entre público e privado. A escrita dos blogs facilitou o uso das histórias do cotidiano e das narrativas pessoais para produzir, em meio às práticas sociais, um discurso de exibição da intimidade. Enquanto nos diários manuscritos havia uma busca de si por meio da confissão dos seus mais profundos segredos e desejos, mas com um afastamento do olhar alheio, nos blogs temos outro funcionamento discursivo, almeja-se o olhar do outro, é um fazer que precisa ser visto, uma confissão que precisa ser lida.

Foucault aponta a confissão como “uma das técnicas de si, um dos modos pelos quais o indivíduo pode estabelecer uma relação consigo mesmo e produzir uma série de operações sobre seu corpo, seus pensamentos e sua conduta” (FOUCAULT, 1981/1994, p. 785). Desde a Idade Média a confissão é um dispositivo de produção de verdade nas sociedades ocidentais, porém se antes era somente um componente da tradição cristã. Hoje, na *Idade Média*, o dispositivo da confissão está presente em outras instâncias como os blogs, configurando um elemento fundamental do modo como o sujeito da civilização ocidental produz um discurso de verdade sobre si.

Nas sociedades orientais, tradicionalmente a verdade é alcançada pela transferência didática de um mestre a seu discípulo. No Ocidente, por outro lado, a confissão torna-se o instrumento que possibilita o acesso a verdade, que costuma ser revelada de baixo para cima – do confessor ao ouvinte. É esse ouvinte que detém o poder sobre o discurso confessado, mas é no sujeito que o pronuncia que os efeitos são percebidos: “enunciar/ a confissão traz modificações intrínsecas naquele que a enuncia inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete lhe a salvação”. (FOUCAULT, 2001, p. 61).

Nas instâncias jurídicas, por exemplo, a confissão é de fundamental importância para a manutenção da ordem, de modo que métodos de interrogação e inquérito foram desenvolvidos para acessá-la. Hoje a confissão está presente em diferentes lugares, para diversos ouvintes e utilizando múltiplos meios, “na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, nas esferas mais cotidianas e nos ritos mais solenes” (FOUCAULT, 2001, 59).

Agora não apenas os pecados, mas tudo se tornou objeto de confissão, confessam-se os pensamentos, os rituais cotidianos, os sonhos, os desejos, o passado, os medos. De tão naturalizada na dinâmica das relações sociais, tornou-se uma obrigação, reconhecida e autorizada como indispensável à revelação da verdade, sem nos permitir perceber sua construção e naturalização como o resultado de forças e poderes que nos coagem.

Nesse contexto, os blogs têm sido durante muitos anos um dos instrumentos de confissão, de produção de verdades. Por meio da obrigatoriedade da confissão espera-se alcançar uma enunciação verdadeira da singularidade dos sujeitos. Apesar de todas as transformações que sofreu ao longo da história desde sua gênese como ritual cristão, a confissão não perdeu sua essência: ferramenta produtora de um discurso verdadeiro.

3. ALGUMAS RECORRÊNCIAS: DE QUE CORPOS ESTAMOS FALANDO?

3.1 “Meu corpo” é meu, seu ou nosso? Sobre a Transexualidade e sobre os Transhomens

“[...] não é suficiente afirmar que os sujeitos humanos são construídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos "humano", o inumano, o humanamente impensável. Esses locais excluídos vêm a limitar o "humano" com seu exterior constitutivo, e a assombrar aquelas fronteiras com a persistente possibilidade de sua perturbação e rearticulação.”
Judith Butler

Algumas entre as diversas formas corporais parecem já não incomodar ou ocupar um lugar de estranhamento em nossa sociedade. Outrora no ocidente as marcas e os ritos corporais eram pensados como algo característicos de povos "primitivos" e/ou "exóticos". Não demoraram, no entanto, a servir de inspiração para movimentos de vanguarda, originando a *body art*, a qual teve grande influencia nos movimentos de "contracultura" dos anos 1960, principalmente nas estéticas *hippies* e *punk*. Com a comunicação em rede e a velocidade de informação tecnológica, essas estéticas e construções corporais relacionadas a esses movimentos sociais se internacionalizaram. A internet atuou como facilitadora abrindo canais de comunicações diversos, antes inimagináveis, produzindo efeitos como a migração das

pessoas envolvidas em tais práticas para os grandes centros urbanos, onde puderam comercializar e consumir produtos e serviços destinados ao corpo e suas modificações.

Os corpos hoje assumem diferentes contornos, estéticas, adotam acessórios, extensões, afastando-se, cada vez mais, de sua "configuração original". Marcas corporais, o *body building*, as *body modifications*, as cirurgias estéticas e até mesmo a transexualidade são exemplos das diversas formas corporais que se tornaram mais comuns nos contextos urbanos ocidentais onde as novas tecnologias comunicacionais/globalizadas são mais disponíveis. O corpo torna-se lugar de experimentações de si. Resignificar seu corpo permite aos sujeitos modificarem seu sentimento em relação a si, adotarem novos modos de vida e essas "novas" maneiras de ser e estar no mundo possuem algo em comum: a maleabilidade do corpo (SOLEY-BELTRAN, 2009).

Determinados hormônios estimulam, inibem ou modificam, de algum modo, processos fisiológicos específicos ou ajudam a aumentar a massa muscular; os regimes alimentares ajudam a manter as "curvas"; as cirurgias plásticas ou estéticas transformam o corpo e o sexo; os psicotrópicos "modelam" o humor; os piercings e as tatuagens inscrevem e escrevem no corpo uma identificação; e muitas *body modifications* vão além do imaginável na transformação corporal a serviço do desejo de sujeitos que reivindicam o direito de transformar e remanejar seu corpo à sua vontade, por vezes criando formas inéditas.

Gostaria de refletir, em meio a esse contexto de tantas possibilidades, sobre o tema da transexualidade. Ao fazer uso dos recursos tecnológicos contemporâneos, as pessoas trans colocam em evidência a redesignação do corpo sexuado, numa tentativa de tomar em suas mãos seu direito de decidir e não mais submeter-se ao "destino anatômico". Para Gerard Coll-Planas (2010) a demanda por cirurgias plásticas, do uso do nome social, da cirurgia

de transgenitalização e do tratamento hormonioterápico, tem importantes efeitos práticos: "Poder trocar a documentação, fazer uso de hormônios controladamente, operarem-se... Também implica assumir um discurso que confere um sentido à experiência vivida, desculpabiliza e oferece a promessa de deixar de sofrer" (p. 240).

Há inúmeros discursos sobre a transexualidade e entre eles o discurso biomédico ainda continua sendo o mais predominante. Segundo Simone Ávila (2014), a transexualidade faz parte da literatura psiquiátrica desde o século XIX, seguindo a mesma lógica da psiquiatrização da homossexualidade como uma patologia. Desde então, vários estudiosos tentaram explicar as causas orgânicas ou psicológicas da transexualidade.

O endocrinologista alemão Harry Benjamin, na década de 1940, foi o primeiro médico que estudou pessoas transexuais, porém ainda não havia uma terminologia específica para esta condição. Os próprios pacientes descreviam a si próprios, sem nenhum respaldo bibliográfico e é interessante perceber que suas descrições deste "fenômeno" ainda se assemelham em alguns aspectos às atuais: reconhecimento precoce, tentativas de se vestir como o sexo oposto secretamente, culpa, tentativas sem sucesso de mudar seus desejos e sentimentos e tentativas de "modificações" episódicas ou contínuas. O conceito "transexual" teve sua gênese em um artigo do sexólogo David Cauldwell, publicado em 1949, no qual ele faz referência a um pedido de "transmutação" de mulher para homem como um caso de *Transexualis psychopathia* (ATHAYDE, 2001; ÁVILA; GROSSI, 2011; BENTO, 2006).

Ainda que a conceituação oficial tenha surgido posteriormente, a psicopatologização da transexualidade teve sua gênese com os estudos e escritos do médico Harry Benjamin, que fundamentou as bases de diagnóstico que pudessem determinar se as pessoas que chegavam às clínicas ou hospitais em busca da Cirurgia de

Redesignação Sexual (ou Cirurgia de Transgenitalização) de fato poderiam ser consideradas como “verdadeiros transexuais”. O mesmo médico defendia que o procedimento cirúrgico era a única alternativa terapêutica aceitável para essas pessoas.

A transexualidade no início do século XX, portanto, já se encontrava demarcada entre as sexualidades anormais, carregando consigo o estigma do patológico. Segundo Berenice Bento (2004), com esse título ela passou a compor a lista diagnóstica da psiquiatria moderna, descrita oficialmente pela primeira vez no Manual Estatístico e Diagnóstico de Doenças Mentais (DSM I), publicado em 1952. Assim, a transexualidade passou a ser acompanhada por sucessivas atualizações psiquiátricas classificatórias. Em 2002, na versão do manual diagnóstico DSM IV, ela foi removida do grupo que abrangia os chamados desvios sexuais e foi inserida em uma categoria específica, intitulada Transtorno de Identidade de Gênero (TIG), que instituiu que entre os principais critérios que compõe a transexualidade encontravam-se o sentimento permanente de pertencer ao sexo oposto e a demanda pela cirurgia de transgenitalização.

Em novembro de 2012, a American Psychiatric Association (APA) revisou e fez algumas modificações para o novo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - DSM-5). Assim como ocorreu com a homossexualidade em 1973, a transexualidade deixou de ser classificada como uma desordem ou transtorno mental.

Se em seu antecessor, o DSM-IV como mencionado anteriormente, a transexualidade estava incluída e compreendida como “Transtorno de Identidade de Gênero”, agora o DSM-V usa o termo “Disforia de Gênero” para os casos em que há “incoerência” entre o gênero e o sexo biológico. É importante destacar que, em 1973, a transexualidade já era compreendida como uma “disforia de gênero”. O termo disforia significa sensação

ou estado de mal-estar, ansiedade e depressão, indisposição geral. Logo, a “disforia de gênero” (que presume a existência de dois sexos e dois gêneros únicos e uma adequação ‘correta’ entre eles homem/masculino e mulher/feminino) pode ser definida, de maneira sintética e incompleta, como a não concordância entre o sexo biológico e o gênero com o qual o sujeito deseja ser reconhecido, o que conseqüentemente seria a razão de um desconforto permanente.

Ainda que de alguma maneira essa nova classificação possa significar a retirada do estigma de ser carimbado como um/uma portador/portadora de um transtorno mental, a APA não despatologizou a transexualidade, apenas a realocou dentro do Manual. A categoria “disforia de gênero” continua abrangendo a população trans e sinalizando-as como pessoas que sofrem por terem uma “inadequação” quanto à identidade de gênero.

Na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, versão 10 (CID 10), a transexualidade permanece sendo considerada um “transtorno de identidade de gênero”. No CID 10, a transexualidade figura o F64.0, fazendo parte dos transtornos de identidade sexual com a tipologia de “transexualismo”. No Brasil, o diagnóstico fundamentado pelo CID 10 é determinante para a garantia de direitos como a terapia hormonal, psicoterapia e a cirurgia de transgenitalização (processo transexualizador). O processo de diagnóstico realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é longo e é comum encontrar relatos de pessoas trans que estão há anos em filas e/ou em tratamentos intermináveis.

A obra de Foucault (2005, 1986, 1985), sobre a história da sexualidade, auxilia a entender os caminhos que tornaram possível esses acontecimentos. Foucault sinaliza que ao contrário do que se pode pensar, a sociedade do século XIX não concebeu escancaradamente um discurso

moral de punição e repreensão do sexo, e sim depositou seus esforços em produzir discursos sobre as sexualidades.

A medicina, a biologia, a sexologia e a pedagogia eram as principais representantes das "ciências sexuais" e foram eficazes em produzir múltiplas intervenções sobre os corpos sexuados transformando-as em verdades inquestionáveis sobre o sexo e a sexualidade das pessoas. Se anteriormente as questões do sexo figuravam exclusivamente nos discursos de repressão e proibição associados a uma verdade moral-religiosa culpabilizadora que instituíra o pecado, agora essas questões ocupam um lugar de grande destaque em registros científicos minuciosos sobre o que é normal e patológico. Assim, Foucault (1985) aponta que o sexo é inserido no campo da patologia e torna-se alicerce de classificações explicativas de comportamentos sexuais considerados desviantes:

Tais comportamentos polimorfos foram, realmente, extraídos do corpo dos homens, dos seus prazeres; ou melhor, foram consolidados neles; mediante múltiplos dispositivos de poder, foram solicitados, instalados, isolados, intensificados, incorporados. (FOUCAULT, 1985, p. 55).

As ciências sexuais apontaram um corpo como a representação da verdade essencial da sexualidade: o corpo heterossexual. Com ele acompanha uma longa série de condutas normalizadoras dos corpos, de sorte que todos os corpos que transgridem as regras vigentes da sexualidade, cujas principais são relacionamentos exclusivamente monogâmicos e heterossexuais de preferência sob o teto do sagrado matrimônio, são espontaneamente relegados (ou negadas) à margem social.

É a partir do século XVIII, com a confissão que já

era muito usada nos séculos anteriores e o exame como tecnologias de si, que as ciências modernas passam a utilizar as intervenções sobre as pessoas como técnicas terapêuticas, mas também como instrumentos fundamentais nas produções de verdades sobre o sexo e a sexualidade, como afirma Foucault (1985):

A confissão ganhará sentido e se tornará necessária entre as intervenções médicas: exigida pelo médico, indispensável ao diagnóstico e eficaz, por si mesma, na cura. A verdade cura quando dita a tempo, quando dita a quem é devido e por quem é, ao mesmo tempo, seu detentor e responsável. (FOUCAULT, 1985, p. 77)

Para as pessoas transexuais inseridas nesse contexto, a confissão exigida é algo inconfessável, constrangedora, impensável, pois o que têm a dizer infringe essa norma imperativa do sexo/sexualidade natural e normal. Sendo assim podemos pensar a transexualidade como uma construção histórica, uma invenção que em meados do século XX foi se fixando na/pela norma psiquiátrica como uma patologia.

As ciências sexuais colaboraram efetivamente na construção da transexualidade como “fenômeno” único, determinando suas características e os procedimentos clínicos, terapêuticos e práticas interventivas a ele correspondentes. A transexualidade compõe agora uma norma repleta de enunciações, práticas, experiências, relações de poder, instituições e pesquisas científicas que lhe colocam em um lugar único. Voltando ao conceito de dispositivo de Foucault (2002), ele o apresenta através de três possibilidades:

[...] em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como uma reinterpretação dessa prática, dando acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre esses elementos discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto uma função estratégica dominante (FOUCAULT, 2002, p. 244).

Os dispositivos, segundo Maria de Fátima Lima Santos e Márcia Áran (2011), são estruturados e

estruturantes de composições arquitetônicas (prisões, escolas, hospitais, igrejas, entre outros), leis, regulamentos, normas, teorias científicas, éticas, estéticas, entre outras formas de controle e resistências cuja heterogeneidade é caracterizada pela capacidade de unir pontos, de estabelecer conexões, de formar redes, configurando uma racionalidade a um determinado campo seja ele material e/ou discursivo. Assim, em determinados momentos históricos, os dispositivos são produzidos e se articulam para desempenhar estrategicamente seu objetivo de produzir e sustentar verdades. Isso ocorreu com o sexo e a sexualidade a partir dos séculos XVIII e XIX e, em seguida, segundo as autoras, com a transexualidade logo nas décadas iniciais do século XX.

Foucault problematiza o dispositivo da sexualidade no livro *História da Sexualidade I – A vontade de saber* (1985); ele retira a sexualidade de onde ela foi posta, seu lugar e sua condição natural, para discutir como uma rede de saberes e poderes engendraram um dispositivo histórico que passou a domar, dominar e governar os corpos das pessoas, tornando-os lugares privilegiados de controle, resistências e produtores de verdades. Nas palavras do autor:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação de conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1985, p. 100).

O autor ao analisar o dispositivo da aliança baseado no matrimônio e no parentesco, sinaliza que o dispositivo da sexualidade encontrava-se nessas relações caracterizado pela confissão, pela proliferação do falar sobre, pela incitação e pela produção do controle do corpo e da sexualidade. Instalava-se na sociedade aos poucos esse dispositivo que capturava as pessoas, seus corpos e sexualidade e as prendia em uma teia emaranhada de saberes e poderes.

As práticas mais frequentes de controle consistem na medicalização e biologização das condutas que desobedecem a norma, e a construção de imaginários estigmatizadores. O corpo está no centro destas estratégias, agem sobre ele quando o aprisionam ou medicam, quando o aceitam ou rejeitam e quando depositam nele “um estigma” sobre comportamentos indesejados para serem carregados. Imaginá-lo estável ao longo do tempo, ligado pela biologia a condutas previsíveis e normalizadoras, tais como a “coerência” entre sexo e gênero, a heterossexualidade ou a permanência das práticas sexuais, não é uma descrição de suas características, mas envolve uma estratégia de controle social. A ideia de estabilidade e imutabilidade de comportamentos é utilizada para rotular e “normalizar” os processos fluidos dando-lhes uma aparência de permanência. A nossa rica diversidade de ser e/ou escolher é, então, reduzida a alguns modelos, dos quais o mais rigidamente construído é o gênero, em uma sociedade de heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2008; RICH, 1987).

Destarte, podemos entender que a construção da transexualidade foi possível por meio do contexto de medicalização do corpo individual e social que se estabeleceu fortemente a partir dos séculos XVIII e XIX. Há também que se destacar a fundamental importância das categorias de sexo e o gênero, pois elas são indissociáveis para o entendimento da transexualidade. Nesse sentido, os

estudos desenvolvidos por Judith Butler (2003a) nos ajudam a compreender essa relação. A autora analisa a barreira da dicotomia do gênero, assegurando que esta é produto de uma forma específica de poder, que circunscreve o gênero em uma norma fundamentada na oposição “natural” entre masculino e feminino. Essa biologização e naturalização da diferença de gênero têm possibilitado histórica, e epistemologicamente, a naturalização da inferioridade da mulher em comparação ao homem (BUTLER, 2003a; RICH, 1980; SCOTT, 1995).

Os pares conceituais dicotômicos fixaram-se nas teorias sociais e na cultura como verdades explicativas da realidade sociocultural. Masculino/feminino, normal/patológico, natureza/cultura, são apenas alguns exemplos. Butler debruça seus questionamentos e análise sobre uma das dicotomias mais clássicas dos estudos de gênero: *sexo – gênero*, o primeiro associado à natureza, dado biológico e o segundo entendido como um atributo cultural de um sexo específico. A autora sugere uma releitura das categorias de sexo e gênero em que:

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada ao seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento, a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente

corpos femininos (BUTLER, 2003a, p. 24).

Butler (2003a) engendra por meio da desnaturalização dos discursos uma problematização dos processos constitutivos do corpo. Ela não só aponta e nos convida a examinar paradoxos e dubiedades como a indissociabilidade entre sexo e gênero, mas também problematiza sua intrínseca relação com a heterossexualidade, questões que de tão naturalizados fundamentaram parte da teoria feminista:

Consequentemente, uma pessoa é o seu gênero na medida em que não é o outro gênero, formulação que pressupõe e impõe a restrição de gênero dentro desse par binário. [...] A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual (BUTLER, 2003a, p. 45).

Logo essa linearidade proposta pelas concepções clássicas de sexo e de gênero impõe à transexualidade uma condição de impensada, “não-natural”, portanto, patológica. Todos esses pares categóricos masculino/feminino, normal/patológico atendem à demanda de produzir uma verdade essencial, única e inegável sobre as pessoas. Entretanto têm constituído também arenas de debates que analisam e questionam os alicerces fundadores de sexo, gênero e desejo percebendo que suas construções fazem parte de uma rede de poder e

de estratégias políticas de governabilidade dos corpos, que se apresentam socialmente de diversas e difusas formas (BENTO, 2006).

No contexto cultural brasileiro, a transexualidade é algo que ainda precisa ser escrito, uma vez que há diferentes discursos e práticas em torno dela que coexistem e disputam entre si a “verdade” sobre a transexualidade. Como exemplos, posso citar o discurso médico, o discurso da(s) mídia(s), o discurso dos movimentos sociais (principalmente do movimento TLGB) e o discurso das pessoas transexuais. Essa dificuldade parece ser compartilhada por outros países como a Espanha como relata José Antonio Nieto Piñeroba (2008, p. 347): “É muito complicado contabilizar a população transexual. Por parte, por que não existe unanimidade sobre quem é ou quem pode ser considerado transexual, logo nos vemos centrados exclusivamente nas pessoas diagnosticadas”.

Pensar a transexualidade implica em problematizar a sexualidade, sobrepujando suas concepções biológicas, refletindo sobre as experiências da sexualidade nos âmbitos privado e público, tanto como prática individual, como prática social e política. Trata-se de um exercício que nos obriga a desconstruir aqueles binarismos rígidos presentes nas categorias de gênero tradicionais: homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual (BUTLER, 2006a; PRECIADO, 2004). Isso porque, de maneira incompleta e sintética poderíamos definir a transexualidade como a não concordância entre o sexo biológico e o gênero com o qual o sujeito deseja ser reconhecido.

Bento (2006) em consonância com os estudos de Butler, sugere que os esclarecimentos para a gênese da experiência transexual devem ser procurados nas tensões históricas e sociais que determinam os corpos sexuados e que têm, na heterossexualidade, a matriz que confere inteligibilidade aos gêneros. Gêneros inteligíveis são aqueles que mantêm uma decorrência heteronormativa

entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo, os quais são considerados mediadores da constituição identitária dos sujeitos. Este sistema normativo institui como patologia todas as identidades que se localizam nos espectros de descontinuidade e incoerência deste princípio. Neste sentido, "certos tipos de identidade de gênero parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformam às normas de inteligibilidade cultural" (BUTLER, 2003a, p. 39).

Há algum tempo, uma “nova” vertente dos estudos feministas vem ganhando força: o transfeminismo. Assinalo “nova” entre aspas por que nos Estados Unidos os estudos transfeministas já existem há pelo menos duas décadas e seu crescimento recebeu esforços tanto de teorias acadêmicas quanto de movimentos ativistas independentes. No Brasil, os movimentos e teorias que buscam, sobretudo, incluir as pessoas trans nas pautas feministas é relativamente mais recente. Segundo Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Alves (2012) o transfeminismo:

[...] reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer

outra identidade sexual possível
(JESUS; ALVEZ, 2012, p. 15).

Em seu famoso texto *Transfeminist Manifesto*, Emi Koyama (2003) destaca que o transfeminismo é uma tentativa de ampliar e avançar com feminismo como um todo, lutando pelos direitos das mulheres trans e não trans. Segundo o autor seria também um pedido às mulheres não trans para lutarem por mulheres trans. Não encontrei, por exemplo, contribuições de transhomens ou estudos sobre essa população às leituras transfeministas. Certamente os transhomens, devido às suas vivências singulares, têm muito a contribuir nos debates sobre a dicotomia ou binarismo? de gênero e sobre as relações de poder e controle sobre os corpos.

Alguns/algumas autores/autoras transfeministas propõem o uso do prefixo “cis” para instituir novas categorias analíticas como “ciscônero” e “ciscnorma”. O termo “cis” tem origem do latim e significa “do mesmo lado”. Sendo assim, o termo ciscônero é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado ao seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero. Nossas instituições e sociedade historicamente sempre negaram a existência das pessoas trans, reforçando assim a naturalização das identificações cis (JESUS, 2014; 2012). No cenário nacional, ainda há pouquíssima produção acadêmica que aborde tais conceitos de maneira mais minuciosamente.

Uma vez que as pessoas ciscôneras são vistas como a norma (ciscnorma), a medicina tende a patologizar toda e qualquer identificação de gênero que não corresponda a esse modelo pré-estabelecido. Dessa forma, como visto anteriormente, a história das transexualidades está intrinsecamente ligada à história da patologização dessas corporalidades tidas como desviantes. Reiteradamente, como assegura Márcia Arán (2006), o discurso médico pauta-se na heteronormatividade e no

binarismo de gênero desde o século XIX, para normatizar os comportamentos sexuais e as expressões da masculinidade e da feminilidade em parâmetros de saúde/normalidade ou de doença/anormalidade. Para Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012, p. 577), “Concordar que o gênero continue sendo diagnosticado, em vez de questionado, é permitir que os seres construídos como abjetos devessem continuar habitando as margens do Estado”.

No que tange as pessoas transexuais e sua relação com os procedimentos clínicos, o autor Gerard Coll-Planas afirma que “as pessoas transexuais entendem que a não correspondência entre sexo e gênero requer a modificação de seu corpo mediante hormonização e cirurgias, sendo uma das demonstrações de que o corpo há muito tempo deixou de ser um corpo *natural*” (COLL-PLANAS, 2010, p. 235). Talvez porque, como aponta Patricia Soley-Betran (2014, p. 401), “a maioria dos transexuais só querem se encaixar e ser aceitos e juntar-se com eles (sociedade)”, logo “para resolver o que se apresenta como uma desordem de determinados indivíduos, a medicalização oferece o tratamento da transexualidade como uma ‘cura’ para um padecimento que inicialmente há sido provocado em parte pela obrigatoriedade do cumprimento das normas” (BETRAN, 2014, p. 407). Para Flavia do Bonsucesso Teixeira (2012) os discursos sobre a transexualidade confirmam que os significados conferidos a determinadas intervenções é um campo de vigilância e disputa, alicerçado por verdades construídas e legitimadas que instituem quais corpos são válidos, autorizando e viabilizando tais procedimentos.

Revisitando a história das transexualidades no Brasil é possível encontrar alguns marcos no campo da medicina de fundamental importância para compreender e localizar o ponto de partida dessa pesquisa. O primeiro deles ocorreu em 1994, quando:

Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF), em sessão plenária realizada em 19 de maio de 1994, aprovou parecer do conselheiro Pedro Pablo Magalhães Chacel sobre consulta acerca da legalidade e eticidade da cirurgia transexual, decidindo que o médico ao praticar uma cirurgia transexual em tese não comete infração ao Código de Ética Médica, não lhe competindo, entretanto, fornecer ao paciente atestado de mudança de sexo, ao mesmo tempo em que o médico deve ser alertado que do ponto de vista criminal a lesão corporal é crime de ação pública, independente de uma denúncia, podendo ser instaurado processo de autoridade judicial. (Publicada no Jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, de janeiro de 1997).

Em 1997, o Conselho Federal de Medicina (CFM) aprovou a PC/CFM nº 39/97 (Anexo 1), que reconhece o transexualismo¹⁶ como uma condição de inaceitável convivência com o sexo genético e provocador de grave constrangimento, e, portanto, merecedor de enquadramento e tratamento adequados. No mesmo ano foi aprovada a Resolução CFM nº 1.482/97 (Anexo 2), que autorizava, a título experimental, a realização de cirurgias de transgenitalização dos tipos neocolpovulvoplastia¹⁷,

¹⁶ Usei aqui a mesma expressão utilizada nas resoluções do CFM, onde o sufixo *ismo* é referido para designar uma doença.

¹⁷ A neocolpovulvoplastia é a mudança da genitália masculina para feminina; consiste, basicamente, em duas etapas: na primeira o pênis é amputado e são retirados os testículos do paciente e, em seguida faz-se uma cavidade vaginal; a segunda

neofaloplastia¹⁸ e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo.

Ainda que legalizada apenas em 1997, no Brasil, a primeira cirurgia de redesignação sexual oficialmente conhecida foi realizada em 1971, em São Paulo, pelo médico Roberto Farina, que sofreu processo judicial, sob a alegação de ter cometido lesão corporal na paciente transexual submetida à cirurgia. Ao final, o médico foi absolvido porque a justiça concluiu que a cirurgia havia sido recomendada como o único remédio para aplacar o sofrimento da transexual operada. A Resolução CFM nº 1.482/97 retirou da clandestinidade as intervenções cirúrgicas do processo transexualizador, embora elas permanecessem restritas, no âmbito dos serviços públicos, aos hospitais universitários credenciados para tal finalidade, devido ao seu caráter experimental.

Em 2002, o CFM revisou a Resolução de 1997 e instituiu alguns procedimentos do processo de transexualização como não experimentais. É publicada então a Resolução CFM nº 1.652/02 (Anexo 3) que tem sido referência nacional para todas as ações endereçadas às pessoas transexuais, mesmo para os profissionais não vinculados ao Conselho Federal de Medicina.

Em 2008, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 1.707 (Anexo 4), que instituiu, no domínio do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, que incluía apenas os procedimentos de mudança de “sexo” para transmulheres. Essa portaria foi revogada recentemente, em novembro de 2013 quando o

etapa é marcada pela constituição plástica: com a pele do saco escrotal são formados os lábios vaginais.

¹⁸ A transformação do aparelho feminino para masculino se denomina neofaloplastia, que está autorizada somente a título experimental pela mencionada Resolução, tendo em vista as dificuldades técnicas ainda presentes para a obtenção de bom resultado tanto no aspecto estético e funcional destas.

Ministério da Saúde publicou a Portaria MS/GM nº 2.803, de 19-11-2013 (Anexo 5) que inclui o procedimento da transgenitalização para transhomens, que mantém seu caráter mais complexo e que, embora mantenha seu caráter experimental, já pode ser realizado em pessoas maiores de 18 anos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A nova portaria ainda institui que transexuais e travestis devem ter acesso gratuito à prótese de silicone para mama e à terapia hormonal.

É importante destacar que, antes da nova portaria ser publicada, em 2010 o CFM publicou a Resolução CFM nº 1.955/2010 (Anexo 6) que considera a mastectomia¹⁹ e a histerectomia²⁰ no caso dos transhomens como não sendo mais procedimentos experimentais e autorizando sua realização em qualquer hospital público e/ou privado que sigam as recomendações do Conselho. No entanto, a neofaloplastia²¹ permanece em caráter experimental, ainda em virtude das limitações funcionais do órgão construído cirurgicamente.

No que se refere aos avanços de procedimentos específicos para a população de transhomens é interessante perceber a ausência de uma atenção específica à metoidioplastia, também chamada de *meto* na literatura, e que tem aparecido como desejável na fala de alguns transhomens. Lebovic e Laub (1999) foram os primeiros a introduzirem os principais princípios da técnica e também a nomeá-la. Trata-se de uma alternativa à neofaloplastia

¹⁹ Mastectomia é o nome dado à cirurgia de remoção completa da mama.

²⁰ A histerectomia é uma operação cirúrgica que consiste na retirada do útero. A histerectomia pode ser total, quando se retira o corpo e o colo do útero, ou subtotal, quando só o corpo é retirado. Às vezes esta cirurgia é acompanhada da retirada dos ovários e trompas (histerectomia total com anexectomia bilateral ou histerectomia radical).

²¹ Intervenção cirúrgica destinada a reconstruir, parcial ou totalmente, o pênis.

que, por meio de um tratamento com hormônios masculinos, produz um efeito no tecido existente do clitóris alargando-o e dando-lhe a aparência da glândula do pênis, em alguns casos compõe-se um tecido erétil alongado equivalente ao do pênis. (BOWMAN; GOLDBERG, 2006; SUTCLIFFE et al., 2007). O clitóris é então liberado de seu tecido circundante, e um recorte de pele dos pequenos lábios é envolto em torno dele para criar um “pequeno pênis”, que é sensorial e transporta a urina para a extremidade distal utilizando uma uretra alongada semelhante a um “pênis natural”. Este procedimento é relatado por pesquisadores como um procedimento menos complexo do que a neofaloplastia, com menos complicações, e tem a vantagem de fornecer maior sensação erógena, ainda que muitas vezes não seja grande o suficiente para usar em uma penetração sexual ou poder permitir a micção em pé (BOWMAN; GOLDBERG, 2006; SUTCLIFFE et al., 2007).

O tamanho médio do novo pênis, segundo os autores Cameron Bowman e Joshua Goldberg (2006), fica em torno de 5,7 cm, com um intervalo possível de 4 a 10 centímetros. Os autores relatam também que a média de estadia nos hospitais é de até 11 dias após o procedimento e que entre as complicações estudadas encontram-se um caso de grave hematoma, dois casos de estreitamento/obstrução uretral, e três casos de fístula uretral (vazamento de urina em qualquer lugar ao longo do percurso da extensão uretral). Segundo eles, nos casos em que os pacientes escolhem não ter a uretra alongada, são em geral liberados no mesmo dia ou um dia após a realização da cirurgia. O estudo de Peter Alexander Sutcliffe et al. (2007), apresenta relatos da satisfação dos pacientes após o procedimento. Por que um procedimento realizado internacionalmente com significativos resultados positivos (que tem sido explorado por pesquisadores/as, os quais têm investido em produções científicas que apresentam relatos de satisfação, registros exitosos e com

afirmativas de se tratar de fato de um procedimento com menos complexidade e complicações) não teve ainda uma atenção singular por parte do nosso Conselho Federal de Medicina e/ou por pesquisadores/as das áreas da saúde? As cirurgias de redesignação sexual do corpo para “adequá-lo” ao gênero atendem a demanda de quem? Para quem ou para que de fato são desenvolvidos esses procedimentos se não para aliviar o sofrimento das pessoas?

É nesse contexto histórico, em meio aos diversos atravessamentos do discurso médico que localizo minha pesquisa. Não é meu objetivo negar essa historicidade, afinal:

[...] as ciências médicas e psi, ocupam um lugar privilegiado de saber e poder nas sociedades ocidentais contemporâneas, e muitas vezes são utilizadas como verdade única e última, sem visibilizar seu caráter histórico e político sobre a produção e regulação dos corpos; são estas produções e pareceres de profissionais “especialistas” que vão embasar e justificar determinações jurídicas, formulações de políticas públicas, além de legitimar ou deslegitimar demandas de pessoas transexuais e travestis (FREITAS, 2014, p. 13-14).

Porém é fundamental reiterar que as cirurgias e outros procedimentos médico-clínicos deixaram de ser condição determinante do que é ser um transhomem ou uma transmulher. Esse processo diz respeito a uma decisão pessoal, uma possibilidade que deve ser garantida pelo sistema de saúde integral, mas a “construção do gênero ou

os processos identificatórios são muito mais complexos do que a cirurgia” (ARÁN, 2010, p. 276).

Os recentes estudos de Rafaela Vasconcelos Freitas (2014) e Simone Ávila (2014) corroboram o fato de que em contraposição às tantas teorizações produzidas pela medicina, psicologia e as demais “ciências sexuais”, que fundamentam e amparam até hoje concepções rígidas e normativas das existências transexuais, surgiram estudos sobre as transexualidades em uma perspectiva que não as pensa como uma mera transição de uma composição fixa a outra, entre o masculino e o feminino. Trata-se de pensá-las “como vivências que estabelecem graduações entre estes pólos, borrando-os e trazendo consequências reais para os sujeitos que as tomam como parte da sua existência” (FREITAS, 2014, p. 13).

Proponho problematizar essa lógica que segrega corpos, dada como natural, utilizando esta pesquisa para debater a categoria transexualidade, discutindo o caráter normativo das identidades sexuais que buscam obstinadamente alinhar sexo, gênero, prática sexual e desejo. Essa pesquisa visa contribuir com os diálogos entre as áreas médicas, psiquiatria, áreas das ciências humanas, psicólogos, ativistas do movimento LGBT e a comunidade transexual que tem permitido outras compreensões sobre as transexualidades.

Escolhi discutir nesse estudo a emergência dos transhomens nas mídias virtuais porque percebi que, no momento, este é um acontecimento importante em meio à complexa diversidade que compõe esse cenário e porque é algo ao qual eu tenho algum acesso. O universo dos transhomens é composto por muitas dissidências e conformações e ainda são poucos os que se identificam como ‘transhomens’. Parte disso se deve à escassez de estudos, conforme apontam Simone Ávila e Miriam Pillar Grossi:

[...] são praticamente inexistentes no Brasil, estudos sobre transmasculinidade e que os transexuais masculinos, parecem ter menos visibilidade que as transexuais femininas, tendo em vista a ampla variedade de estudos sobre travestilidades femininas como os de Marcos Benedetti (2005), Don Kulick (1996, 1997, 1998), Roger Lancaster (1998) e Fernanda de Albuquerque e Maurizio Janelli (1995), e transexualidade feminina, como o estudo de Berenice Bento (2006) em comparação com a quase inexistência de similares sobre transexualidade masculina (ÁVILA; GROSSI, 2010, p. 1).

A transexualidade é, sobretudo, uma experiência identitária que não pode ser condensada por concepções reducionistas e universalizantes como tentam tecer os discursos médicos (ALMEIDA, 2012; ÁVILA, 2014; BENTO, 2006). Sendo assim, não considero nesta pesquisa que a população de transhomens restrinja-se somente e exclusivamente às pessoas que se submetem ao processo transexualizador. Ao longo dessa investigação, abro caminho para o contato com histórias para todos os que compõem a “aquarela de masculinidades” sugerida por Guilherme Almeida (2012), como as pessoas que se reconhecem como “homens” embora não recorram a nenhum tipo de procedimentos que alterem seu corpo e tenham uma genitália não correspondente a essa posição identitária.

Entretanto, ao trazer analiticamente a categoria “transhomem”, estou me referindo àquelas pessoas que, de acordo com Ávila (2014, p. 34) são “homens que nasceram com corpos biológicos femininos e que se identificam com

o gênero masculino e transformaram seus corpos em corpos reconhecidamente masculinos”. Pessoas que, de acordo com Almeida (2012, p. 516), fazem e/ou desejam modificações corporais através da hormonização por testosterona e de uma ou mais intervenções cirúrgicas, além de se valerem de muitos outros recursos sociais (roupas e calçados masculinos, faixas torácicas - a fim de dissimular o volume dos seios - e próteses penianas de uso público). É comum que busquem o reconhecimento jurídico do sexo e do nome masculinos e têm se tornado mais visível no cenário público brasileira, em função do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), que favorece o acesso a modificações corporais de alta complexidade. Tais indivíduos já se expressavam de forma diferenciada antes da existência do processo transexualizador, distinguindo-se de maneira mais ou menos sutil da identidade lésbica. Portanto, não foram desconsideradas, assim, outras possibilidades experienciais e discursivas da chamada transexualidade masculina para além do âmbito médico.

Um panorama sobre as dificuldades que se apresentam para quem quer produzir conhecimento sobre transhomem no Brasil é apresentado tanto por Simone Ávila (2014) quanto por Guilherme de Almeida (2012). Um deles diz respeito à pouca visibilidade dessa população. Grande parte da sociedade ainda não considera a possibilidade de “transição” do gênero feminino para o masculino e, logo, ignora a condição de existência dos transhomens. Almeida aponta que isso ocorre, sobretudo, pelo imperativo do olhar falocêntrico que ainda atribui aos comportamentos e significados do que se entende por masculino a presença do pênis:

Nesse sentido, é como se os comportamentos e os significados considerados masculinos emanassem necessariamente da

presença material original do pênis. Tais representações tornam-se evidentes quando muitas pessoas, na presença de homens trans – especialmente dos que dispõem de corpos peludos e musculosos e não fizeram faloplastia –, manifestam extrema perplexidade, como se esses contrariassem toda a lógica e é comum que em seguida utilizem expressões, tais como “como pode ser tão perfeito?” (ALMEIDA, 2012, p. 519).

Outra dificuldade que restringe os estudos sobre transhomens, segundo Almeida (2012), é a capacidade de *passing*. O termo *passing transgender* é bastante utilizado internacionalmente para definir a capacidade de uma pessoa de ser reconhecido/a como pertencente a um gênero não condizente com aquele auferido no seu nascimento. Podemos supor que essa habilidade pode ser mais potencializada nos transhomens devido justamente ao maior desconhecimento social da sua existência. No entanto, essa habilidade se deve também à construção de corpos reconhecidos socialmente como masculinos. A mastectomia e, principalmente, o uso prolongado da testosterona, possibilitam aos transhomens moldarem o seu corpo deixando-o fisicamente muito próximo das expectativas que a sociedade tem do que “deve parecer um homem”, fato que os ajuda a ficarem invisíveis.

Vou me referir a essa capacidade adquirida - invisibilidade - por (in)visibilidade, entendendo que ela é, na maioria das vezes, opcional, uma escolha conquistada a duras penas e que parece ser um lugar desejado, um refúgio da/na difícil batalha cotidiana por respeito à sua condição. Não sei se todos os transhomens desejam alcançar e ficar reclusos nesse refúgio. A minha experiência tanto na ONG quanto imerso nas redes sociais

é que estamos, há alguns anos, em um momento histórico em que alguns deles vêm transpondo os muros desse refúgio que lhes confere certa invisibilidade social e política, justamente para reivindicá-la. Mas concordo com Almeida (2012) e penso que “é possível que o desejo predominante seja de fato o de sumir na multidão, o ‘direito à indiferença’” (p. 519).

Pretendo, com este recorte, abrir novos caminhos para o diálogo e tornar visíveis algumas experiências dos transhomens, utilizando suas próprias narrativas sobre si e seu universo por meio das mídias virtuais. Penso, por exemplo, se eles têm exposto, pensado e discutido nesses espaços assuntos como corpo, gênero, sexualidades, construção e vivências da sua masculinidade, (in)visibilidade e demandas por políticas públicas para transhomens.

Não tenho a pretensão de com esse trabalho esgotar o assunto, pois há ainda muito para ser pensado, discutido, problematizado e colocado em pauta. Trata-se de constituir um compartilhamento de “achados e pensados”, progressivamente coletado e analisado, completamente permeável para que outras questões se coloquem, bem como outras formas de apresentá-las e colocá-las em discussão.

3.2 Masculinidades e teclados – Sobre como dizer-se Transhomem em blogs

“Quando tinha apenas um ano comecei com minha masculinidade a flor da pele, me entretia atirando pedras na rua. Aos dois anos escapava de minha casa, de uma forma muito particular, para ir jogar com os vizinhos, trepava um alambrado de 1,50m onde em seu final tinha 3 fios de arame farpado, que a metade do tempo me mantinha pendurado pelas roupas até minha mãe perceber que eu tinha ido

embora e ir me buscar.”
Yessica Cabrera

“Nada é absolutamente autêntico, no sentido de referenciar-se a um sentido específico e único. Ninguém é seu próprio ser isoladamente. Estamos todos habitados por muitos ‘outros’, que constituem o nosso mais profundo mistério – nossa mistura, essa sim, particular.”
João Silvério Trevisan

“A minha força não vem da testosterona, vem da alma masculina, da vontade que ela tem em mostrar-se fortaleza.”
Leitor(a) anônimo comentando em post do ‘Blog 09’

Foi a partir da década de 1960, principalmente devido às contribuições dos movimentos feministas e dos movimentos LGBT, que os estudos sobre os homens e as masculinidades começaram a surgir com ênfase. O tema das masculinidades auferiu bastante proeminência nas Ciências Sociais, sobretudo após as publicações de Raewyn Connell²² (1995) que colocaram em discussão a “masculinidade hegemônica”.

O conceito de masculinidade hegemônica tem mais de duas décadas e foi acolhido por alguns estudos de gênero que discutiam as masculinidades. No entanto o mesmo foi e ainda é alvo de muitas críticas e debates entre as teorias feministas e estudos de gênero sobre o tema de

²² Raewyn Connell, nascida Robert William Connell, iniciou seu processo de transição relativamente tarde em sua vida, uma vez que Connell já apresentava mais de 60 anos de idade. Nesse processo, Connell alterou seu nome, de "Robert William" para "Raewyn", e passou a publicar suas novas obras com essa assinatura, além de reeditar os livros antigos (usualmente assinados como R. W. Connell).

masculinidades, que ganharam outro teor com o pós-estruturalismo e a obra de Butler. Na sua conceituação, Connell (1995, p. 77) aponta a masculinidade hegemônica como um conjunto de práticas exercidas tanto por homens quanto mulheres que respondem ao problema da legitimação do patriarcado visto que no âmbito das relações de gênero vai se estabelecer como processo de dominação dos homens e de subordinação das mulheres. Connell também alerta para o caráter volátil da hegemonia, já que os padrões de masculinidades variam local e historicamente.

É incontestável a importância histórica do trabalho de Connell nos estudos das masculinidades, uma vez que seu conceito foi um grande avanço na medida em que reconheceu a existência de múltiplas masculinidades (marcando sua pluralidade com o “s”) e os atravessamentos existentes entre o gênero e outros marcadores de diferença tais como raça, etnicidade, classe. No entanto, a “masculinidade hegemônica” procurava sinalizar a existência, em todas as sociedades onde se encontra o que se chama de sistema sexo-gênero²³, de um modelo socialmente dominante acerca da masculinidade, promovendo a existência de uma série de “masculinidades marginalizadas”, tais como os transhomens. Esse modelo que se alicerçou principalmente no contraste com o feminino e com a homossexualidade, estabelece um padrão impossível de ser alcançado pela maioria dos homens,

²³ Para Gayle Rubin, o sistema sexo-gênero “é um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975, p. 159). A autora parte de uma separação entre natureza e cultura que, embora já bastante problematizada, ainda é importante para expor como essa relação é ancorada em uma suposição que tende a aparecer de modo mais velado: o pressuposto da naturalidade da heterossexualidade e o quanto esse é um importante regulador da vida societária.

mesmo para aqueles que carregam no corpo características fundamentais do modelo como ser brancos, heterossexuais, “machos”, sexualmente ativos e preferencialmente “bem dotados”.

Embora tenha influenciado muitos estudos sobre as masculinidades durante os anos de 1990 e 2000, o conceito de Connell foi bastante criticado e contestado por alguns pesquisadores (DEMETRIOU, 2001; HEARN, 2004, 1996; MARTIN, 1998). Algumas dessas críticas foram comentadas no prefácio da segunda edição do seu livro (2005) e a autora em co-autoria com James W. Messerschmidt fez uma revisão do conceito no artigo *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito* (2013).

Afinal, o que define o macho da espécie humana? Quais são os elementos constituintes desse gênero hegemônico? O que torna um homem de fato um homem? O real macho humano é aquele que não chora, cospe de lado, coça o saco e resolve tudo na “porrada”? Esses são alguns questionamentos feitos por João Silvério Trevisan (1998). Tais questões eram direcionadas aos homens cis, mas é notável como essas dúvidas também aplicam-se aos homens trans. As semelhanças na experiência de se “provar homens” são muitas, uma vez que os homens cis, assim como os transhomens, precisam performar a masculinidade para não serem excluídos de seu grupo social ou quando eles também precisam buscar ser identificados como “mais homem” por meio da modelação do corpo. Conforme constata Connell (1997) alguns homens (cis) também correm o risco de serem expulsos do círculo de legitimidade em um processo marcado por um rico vocabulário humilhante: fracote, mariquinhas, covarde, filhinho da mamãe, frango, entre muitos outros. Ainda segundo Trevisan (1998):

Se foi possível atravessar os tempos evitando tais perguntas,

elas agora se impõem forçosamente, a partir das profundas reformulações no âmbito das sociedades modernas – gostem ou não os homens. Hoje, o masculino sofre investidas e transformações de cunho universal. Seus mitos revelam-se fragilíssimos, vitimados pela própria “ilusão do masculino” que a sociedade patriarcal esmeradamente veio criando para a construção do “verdadeiro homem” (TREVISAN, 1998, p. 18).

Esses e outros questionamentos têm ecoado nas últimas décadas e provocado a desconstrução do que poderia se entender como “o verdadeiro homem”. Novas contribuições teóricas em gênero e sexualidade inspiradas pelas contribuições pós-estruturalistas e dos estudos *queer* têm proposto pensar as categorias homem e masculinidades de maneira mais interseccional e localizada (BOURCIER, 2008; HALBERSTAM, 2008; NORIEGA, 2008).

Guillermo Núñez Noriega (2008), por exemplo, inspirado por uma perspectiva teórica bourdieriana e também uma sensibilidade das perspectivas queer, apresenta um estudo detalhado sobre epistemologias e estudos de gênero sobre homens, onde define os principais temas desses estudos no México e compara-os com os realizados em outras partes da América Latina. Em um trabalho anterior, Noriega (2004) afirma que o termo “homem” é uma maneira de intervir na luta da representação da realidade social e legitimar um poder de representação. Segundo o autor, as lutas em nível de representação social são umas das formas que assume a luta política, pois através dessas representações se

organizam as distinções sociais, neste caso, as distinções entre os gêneros:

Este jogo de significados e as implicações de caráter na distinção patriarcal são descobertos quando olhamos para termos como "homenzinho", "menos homem", "mais homem", "menos macho" ou quando se excluí do termo "homem" aqueles que sendo biologicamente "macho" são lhes negados a identidade de "homem", em virtude do sua dissidência de sexo ou gênero (NORIEGA, 2004, p. 27).

Desde a perspectiva construtivista, “o homem” não é uma essência de algo, nem um significado transparente, é apenas uma maneira de entender algo, de construir a realidade, uma serie de significados atribuídos e definidos socialmente que marcam uma intrincada rede de significados tecida por relações de saber e poder. O termo “homem” se refere a uma convenção de sentidos, uma “ficção cultural” como disse Butler (2003a).

Logo, vamos pensar aqui a masculinidade como uma construção histórica e social possibilitada por uma arraigada rede simbólica. Considero a (co)existência de diversos modelos de masculinidades, aos quais são conferidos significados vinculados às relações entre diversos atravessamentos como raça, classe social, etnia. Em uma mesma sociedade podemos encontrar modelos de masculinidades mais ou menos “valorizados”, fato que é determinado pelos significados construídos e incorporados pela sociedade em questão.

Algumas corporalidades colocam em xeque qualquer conceito universalizante de masculinidade e, certamente, o corpo dos transhomens é uma delas. Esse

corpo, muitas vezes sem pênis (componente indispensável em muitos dos conceitos que definem o masculino), denuncia as faltas presentes nos conceitos de sexo e de gênero, questiona a existência de uma essencialidade masculina e comprova a existência da pluralidade do “ser homem”.

No Brasil, em seu livro *Transmasculinidades: A emergência de novas identidades políticas e sociais*, Simone Ávila define as identidades masculinas produzidas por transhomens como Transmasculinidades. O livro é produto de sua pesquisa de doutorado iniciada em 2010 e essa definição também aparece nas emergentes pesquisas sobre essa população (ALMEIDA, 2012; FREITAS, 2014; NERY; MARANHÃO FILHO, 2013). A autora problematiza e identifica a coexistência de diferentes transmasculinidades produzidas por transhomens brasileiros, por meio de uma etnografia online e offline, inclusive com a criação de um espaço virtual de interação com transhomens, uma página na internet intitulada “Sou transhomem... e daí?”.

Ávila dialoga com muitos teóricos da chamada *Teoria Queer*²⁴, principalmente com os estudos que

²⁴ A teoria *queer* surge a partir do final da década de 1980 por intermédio de pesquisadores e ativistas bastante diversificados, sobretudo, nos Estados Unidos. Uma das primeiras problemáticas a serem pensadas é a tradução do termo *queer* para a Língua Portuguesa. “Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”, diz Louro (2008, p. 38). O objetivo dos teóricos foi o de positivar esta conhecida forma pejorativa de insultar os homossexuais. Segundo Butler, apontada como uma das precursoras de teoria queer, o termo tem operado uma prática lingüística com o propósito de degradar os sujeitos aos quais se refere. “Queer adquire todo seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (BUTLER, 2002, p. 58). Por isso, a proposta é dar um novo significado ao termo, passando a entender *queer* como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente hegemônicas.

visibilizam e denunciam a patologização das experiências transexuais. Marie-Hélène Bourcier (2008) aponta a produção do corpo transhomem como constituinte de “um campo de batalha biopolítica evidente e incontestável [...] vidas produzidas por tecnologias materiais e discursivas, culturais e políticas e não simplesmente técnicas no sentido literal do termo” (p. 65). Em concordância com Bourcier (2008), Ávila (2015, 2014) sinaliza o conjunto de tecnologia de domesticação do corpo, desde técnicas farmacológicas ou cirúrgicas interventivas às técnicas audiovisuais que funcionam como canais de propagação e manutenção dos dispositivos discursivos de poder, como fixadoras e delimitadoras de nossas potencialidades, operando como prótese de subjetivação.

Pensar a masculinidade e o corpo dos transhomens como produto de tecnologias sofisticadas de poder é também pensar, como propõe Donna Haraway (2009) e Beatriz Preciado (2002), que não há corpos livres de investimentos discursivos. Todos, de algum modo, já nascemos “operados”. Nossos “corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue. E ninguém pode sobreviver sem, de alguma forma, ser carregado pelo discurso” (BUTLER apud PRINS; MEIJER, 2002, p. 163).

Os discursos são, talvez, a mais eficaz dessas tecnologias. Eles constroem os objetos de que falam, isto é, discursos são práticas, considerando que formam sujeitos. Os diversos discursos significam singulares configurações de subjetivação. Eles falam e nos fazem falar, compõem determinadas maneiras de compreender, pensar e viver o que é masculinidade, por exemplo. Deste modo, os discursos não são subjetivos, mas subjetivam, na medida em que a pessoa incorpora determinados enunciados, considerados legítimos e verdadeiros, modificando-se e identificando as prerrogativas desse discurso como suas.

Se a masculinidade é impressa na matéria (corpo) por meio das tecnologias que sua vivência provoca, se o sexo e o gênero são categorias historicamente construídas, os modos de performatizar e viver a masculinidade vão até onde permite a imaginação. Por isso, o conceito de masculinidade é desafiado pelos transhomens, pois eles são a prova de que o gênero pode ser construído. Frente a esses homens, o homem da masculinidade hegemônica mais uma vez se vê tendo que provar a sua condição de macho alpha. Ao se considerar ameaçado por aquilo que difere dele, aquele que acredita ser o verdadeiro homem “evidencia como está fragilmente organizado e se defende obcecado – apesar da impressão contrária de manter-se sempre atacando” (TREVISAN, 1998, p. 157).

A internet desponta como uma grande vitrine de exposição das múltiplas formas de masculinidades existentes e os Transhomens têm utilizado essa ferramenta para compartilhar suas experiências de transmasculinidades. Nos blogs o conjunto de informações criadas pelo (a/os/as) autor (a/res/ras) tais como nickname/apelido, títulos do blog, as figuras/imagens, vídeos, fotografias, as pequenas narrativas de si e os dados pessoais produzem um “currículo” do seu corpo e também são formas de imprimirem sua masculinidade.

Quando Louro (2003) defende uma perspectiva social, histórica e política constituinte daquilo que entendemos como os “modos de ser homem” e os “modos de ser mulher”, ela afirma que o gênero edificado sobre as características sexuais corpóreas, almeja expor o modo como as características desses modos de ser são compreendidas e representadas, e, conseqüentemente, supondo que são produzidas, descritas e prescritas dentro de determinada cultura. “O conceito passa a ser usado com um forte apelo relacional – já que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros” (LOURO, 2003, p. 22).

Ao utilizar neste trabalho os termos masculinidade

e transmasculinidade no plural, como “masculinidades” e “transmasculinidades”, pretendo reforçar a (co)existência de múltiplas masculinidades e que uma mesma pessoa pode performar simultaneamente a mais de um desses tipos de masculinidades. Logo, as experiências transmasculinas dos transhomens são “modos de ser homem” dentre tantos outros possíveis.

Os corpos precisam que a cultura inscreva neles categorias de inteligibilidade para que se tornem compreensíveis, e, entre essas categorias, encontra-se o gênero. Eles já nascem “operados” pelos significados da cultura na qual surgem, conforme descreve Butler (2010), são investidos de discursos que ao mesmo tempo em que os explicam também os habitam e se acomodam neles. A linguagem descreve, reconhece e nomeia os corpos, proferida por campos de saber que os tornam uma arena de disputa política, onde o vencedor ambiciona deter “a verdade sobre os corpos”. Sobre isso, Louro diz que “os processos e as práticas discursivas que fazem com que aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade e, como consequência, acabam por se converter em definidores dos sujeitos” (2008, p. 80), fazendo com que os corpos sejam causa e efeito, por exemplo, das masculinidades.

“Operados” pelos significados de masculinidades, os transhomens investem constantemente no processo de identificação com o que se convencionou como “modo de ser homem” em sua cultura naquele período histórico. Para tanto, as marcações simbólicas e os parâmetros culturais – ambos contingentes – funcionam como mediadores do seu processo de reconhecer-se como homem e para que seu corpo seja “ajustado” com os conceitos históricos de masculinidades. Ainda que exista resistência de alguns, os transhomens são intimados a se aproximar desse ideal normativo de “modos de ser homem” ou com a ideia que se tem de masculino daquela determinada cultura: sobrando-lhe as masculinidades possíveis.

Nos blogs a ideia de masculinidades aparece, algumas vezes, por meio de comparações, como prescritiva para alcançar a masculinidade, como exemplifica o trecho da postagem do ‘BLOG 05’ de 2010:

Observe os maneirismos e atitudes masculinas na rua, em casa, em qualquer lugar. Assimile o que pode ser bom para você, o que combina com você, sem forçar nada. Aja naturalmente, nada pode denunciar mais do que estereotípias carregadas.

Porém nem sempre é uma comparação positiva como faz o autor/autora do ‘BLOG 04’ em um texto publicado em 2010 sobre comparar-se aos seus amigos gays:

Eles são homens, nasceram assim. Eu sou homem, mas não nasci assim. Estar com eles, por algumas vezes, faz-me sentir um pouco inferior. Tenho a impressão de que não sou homem suficiente, e às vezes sinto que estou verdadeiramente sendo colocado em teste. Eles erram frequentemente o meu nome e a maneira de se referir a mim. Não há nenhum dado estatístico sobre isso, é claro, mas foi uma constatação a partir do dia-a-dia. Não quero julgá-los, mas percebo mesmo um certo ar de autoridade emanando deles, como se estivessem em algum lugar superior por se saberem XY.

A busca pelo “encaixe” perfeito ou o mais próximo possível ao ideário de masculinidade, também é descrito como uma obsessiva tarefa, como aparece no ‘BLOG 02’ em postagem no ano de 2010:

Nossa masculinidade é imposta de uma forma muito particular, ainda primária talvez, que vai desde o surgimento dos primeiros pêlos faciais, a voz grossa... readequar nossa aparência como um homem se torna quase uma fixação, eu penso nas sobrancelhas, nos cílios, nas mãos, nos pés, na textura da pele... acho que alguém vai olhar esses detalhes e dizer que sou diferente... às vezes me sinto como se fosse um criminoso se escondendo de alguém que reconhecesse sua foto nos “procurados”.

Conseguí constatar, tal qual sinaliza Ávila (2014), que nos blogs é possível identificar, sobretudo, um grande destaque dado às informações sobre as cirurgias de redesignação sexual, links que remetem a produtos como próteses penianas e coletes para esconder as mamas, assim como, relatos sobre a vivência de sua transexualidade. Como exemplo, cito a postagem *Dicas de como sobreviver como FTM* de 2010 no ‘BLOG 05’ que é descrito como um manual com “algumas dicas de como sobreviver, de passar, de fazer-se crer fisicamente o que somos internamente”. O blogueiro escreve sobre a técnica de *Binding*, o ato de colocar atadura, faixa ou bandagem, usada pelos transhomens para esconder os seios e a técnica de *Packing* que ajuda a simular a presença de um órgão sexual masculino. Em duas outras postagens realizadas no mesmo dia o autor fala sobre o tratamento hormonal e

sobre as cirurgias de mastectomia, metoidioplastia e neofaloplastia.

O corpo aparece a todo tempo como indispensável na produção de suas masculinidades. A construção do seu “modo de ser homem” é interpelada por algumas características físicas que aparecem ligadas ao corpo masculino quando se quer descrever um homem. Os termos adotados por alguns blogueiros para descrever uma figura masculina, ao serem lidos, imediatamente, fazem-me imaginar homens grandes, com músculos fortes, viris, remetendo a redes de significados ainda muito utilizadas que associam o perfil masculino a atividades relacionadas à força física, à coragem, ao trabalho e à competição, atributos da masculinidade hegemônica.

Em algumas narrativas de si fica evidente que há uma preocupação, de alguns blogueiros transhomens, em não serem confundidos com uma lésbica, estabelecendo como critério a heterossexualidade como condição para ser um "verdadeiro Transhomens":

*Homem transexual é homem.
Lésbica é outra coisa. Butch
também. Gosto de mulher, mas de
mulher que gosta de homem.
Mulher que queira ser cuidada,
protegida pelo seu companheiro.
Nascido homem, eu tenho culhão,
sou mais macho que muito homem.
(Leitor anônimo comentando em
postagem no ano de 2013 do
'BLOG 09')*

Esse trecho representa uma clara ideia compartilhada de que os transhomens, para se enquadrarem nos “modos de ser homem” precisam de alguma forma, reforçar sua transmasculinidade afirmando aquela que é a fundamental característica do homem da masculinidade hegemônica: a heterossexualidade

(CONNELL, 1997; GILMORE, 2008; KIMMEL, 2008; NORIEGA, 2004;). Mas “provações” como estas são algo que todos os homens precisam fazer. As masculinidades para os homens em geral, sejam eles cis ou trans, é instável, constantemente tendo que ser provada, afirmada, mantida, uma vez que qualquer “deslize” faz com que se saiam desta categoria (CONNELL, 1997; KIMMEL, 2008; NORIEGA, 2008, 2004; RAMÍREZ RODRÍGUEZ, 2009; VIGOYA, 2007). Ao que parece ao construírem-se com estas características, os homens exercem um poder sobre outras pessoas que socialmente são vistas como carentes dessas mesmas características, os que são *poseer*²⁵ (NORIEGA, 2005). Embora não exista uma única forma de conceber a masculinidade, a heterossexualidade aparece em algumas escritas nos blogs como indissociável da condição transhomem, assim como a ideia de uma essência masculina que fica mais evidente nesse trecho:

A minha força não vem da testosterona, vem da alma masculina, da vontade que ela tem em mostrar-se fortaleza. (Leitor anônimo comentando em postagem no ano de 2013 do blog ‘BLOG 09’)

Noriega (2005) reforça que na cultura ocidental deve existir uma concordância entre três categorias, a sexual (homem ou mulher), a de gênero (masculino ou

²⁵ Poseer é um termo pejorativo, usados frequentemente nas subculturas punk, metal, gótico, entre outros, para descrever "uma pessoa que finge ser algo que ela não é", copiando vestimentas, vocabulário e/ou maneirismos de um grupo ou subcultura, geralmente para conseguir aceitação dentro de um grupo ou por popularidade em meio a vários outros grupos, mas que não compartilha ou não entende os valores ou a filosofia da subcultura.

feminino) e a erótico-sexual (homens que se relacionam sexual e afetivamente com mulheres e vice-versa – exclusivamente), já que essa é a norma social. Em outras palavras, um homem deve ser “essencialmente” masculino e heterossexual.

Os homens cis e os transhomens de maneira semelhante precisam lidar com mecanismos de regulação e controle sobre a sua masculinidade, embora esses sejam muitas vezes quase que imperceptíveis aos olhos de muitas pessoas. Desde cedo, os meninos são imersos em uma intrincada rede de controle que a todo tempo exige que assumam uma postura que se aproxime do conceito de masculinidade predominante, valorizada, idealizada. Os transhomens parecem passar pelo mesmo processo ainda que um pouco mais tarde, mas não menos intenso. As subjetividades, daqueles que pretendem se tornar homens, são objeto de intensa regulamentação por meio de pressões sutis e diretas sobre eles para começarem o quanto antes a apresentar-se como homens, convencendo as pessoas que os rodeiam e eles mesmos de que não são mulheres e, muito menos, homossexuais (GUIZZO, 2005).

A masculinidade é, na verdade, um gênero estreitamente vigiado, segundo Trevisan (1998), e isso acontece porque “as verdades do mundo masculino” se edificaram sobre escoras externas, de modo que a falta de uma delas coloca em risco todo o edifício:

[...] a identidade masculina é hesitante justamente por ter se articulado, quase obsessivamente, sobre uma negação: “homem não é mulher”. Não ser passivo é provavelmente sua escora maior. Por isso a masculinidade se afirma, ao mesmo tempo que se defende, contra o feminino (TREVISAN, 1998, p. 157).

Com os trechos de escrita em blogs apresentados aqui, percebe-se que cada blogueiro procura palavras, termos, ideias ou características atribuídas às masculinidades, reguladas pelos sistemas sexo-gênero (RUBIN, 1975), para caracterizar a si e também os demais. São esses atributos, portanto, que fazem fluir diferentes (trans)masculinidades com pontos em comum ou que colocam em paralelo diversas maneiras de ser homem.

A escrita sobre masculinidades nos blogs demonstra que a construção e a negociação dos diferentes “modos de ser homem”, utilizada pelos transhomens hoje passam, necessariamente, pelo corpo. Esses espaços mostram-se como um recurso na produção, reprodução e manutenção de verdades sobre as masculinidades e as transmasculinidades. Um certo culto ao corpo e as transformações da aparência, sejam definitivas ou não, aparecem escritas e descritas como constituintes do estilo de vida de alguns transhomens. Com isso, as transmasculinidades nos blogs fundamentam-se a partir de um dado referencial de corpo masculino e de masculinidade claramente estabelecidos como obrigatórios. “A transição” para alinhar o corpo tem prescrita nos blogs uma série de mudanças que são entendidas como complementares ao seu modo de ser homem.

Esses processos de significação e relações de poder conformam os corpos ensinando, às vezes indiretamente, que há formas de ser e viver os corpos regulamentados socialmente. Há funções e comportamentos a ser desempenhados pelos corpos, instituídos por uma norma cultural anterior à materialidade dos mesmos. O que se espera deles é disseminado de maneira explícita ou implícita pelas mídias, tais como, jornais, televisão, revistas, sites ou blogs que as representam por meio de imagens, sons e/ou textos.

Os blogs apenas reforçam que é na e pela cultura da qual fazem parte que os corpos dos transhomens são

construídos, educados e significados. Não é apenas a anatomia, são também os acessórios, os comportamentos, a(s) linguagem(ns), as roupas que formam e significam seus corpos, que definem o que é ou não para si um homem (ou transhomem), o que pode ser ou não considerado como masculino²⁶.

²⁶ A questão do “falo”, do pênis como “prova de ser homem” (em termos corporais) não foi uma questão que apareceu muito nos blogs. É uma temática bastante abordada em alguns estudos sobre masculinidades (BOURDIEU, 1999; BADINTER, 1993; KIMMEL, 1998; OLIVEIRA, 2004; SCHPUN, 2004; VOJNIAC, 2003) e, portanto, pode ser mais minuciosamente explorada em pesquisas futuras.

4. MÍDIAS VIRTUAIS: NOVOS DESAFIOS, VELHAS QUESTÕES

4.1 Contextos de emergência, condições de possibilidade e políticas

“As máquinas do final do século XX tornaram completamente ambígua a diferença entre o natural e o artificial, entre a mente e o corpo, entre aquilo que se autocria e aquilo que é externamente criado, podendo-se dizer o mesmo de muitas outras distinções que se costumavam aplicar aos organismos e às máquinas. Nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós mesmos assustadoramente inertes”

Donna Haraway

Para compreender a composição do espaço utilizado pelos Transhomens - essa difusão imensurável dos blogs - é necessário introduzirmos conceitos acerca da Internet, da world wide web (WWW), ambiente virtual/ciberespaço e suas derivações. Os blogs mencionados nesse estudo são propriedades de pessoas que utilizam da Internet para publicar seus escritos (entre outras formas de comunicação), esta imensa rede de redes, que conecta milhões de computadores (e/ou outros instrumentos tecnológicos tais como tablets e celulares que possibilitam a conexão com a internet – nesse estudo abrangido sobre o *conceito guarda-chuva*²⁷ de mídias

²⁷ Conceito guarda-chuvas é um conceito ou expressão que designa, contém ou descreve uma vasta gama de objetos e tem vários significados.

virtuais²⁸) por todo o globo. Constitui um sistema tecnológico unificado através do qual quaisquer destes aparelhos possa comunicar-se com outro aparelho semelhante (desde que ambos estejam em acesso), possibilitando que as informações transitem por meio de uma variedade de linguagens, reconhecidas através de protocolos. Conforme Carlos A. Afonso (2000), a Internet:

[...] refere-se ao conjunto de redes interconectadas de computadores que empregam os protocolos de transporte de informações TCP/IP originalmente criados pelo projeto ARPANet²⁹ no final da década de 60. No início de 1996 a Internet continha cerca de 70 mil redes de computadores interconectadas em tempo real em dezenas de países (AFONSO, 2000, p. 30).

O surgimento da Internet representou um avanço importante no desenvolvimento da comunicação humana. Ao proporcionar novos espaços de leitura e escrita por meio de novas tecnologias digitais, ela iniciou inúmeras modificações na sociedade do final do século XX (de modo mais tímido) e do XXI (com maiores e mais visíveis

²⁸ Quando uso o termo mídia virtual refiro-me ao conjunto de meios de comunicação que necessita de recursos eletrônicos ou eletromecânicos para que o usuário final (audiência ou público) tenha acesso aos conteúdos disponibilizados na rede de internet – textos, vídeos, áudio, etc. A maior parte das novas mídias é digital, embora a mídia eletrônica também possa ter formato analógico. Não desconsidero que qualquer equipamento usado no processo de comunicação eletrônico (ex. televisão, rádio, telefone, computador pessoal, videogame) pode ser incluído na redoma das mídias virtuais.

²⁹ O nome é uma referência a Agência de Defesa Americana (DARPA), principal financiadora das pesquisas.

efeitos). Rapidamente a internet e seus serviços participaram e proporcionaram significativas transformações no tecido social dos cenários históricos, políticos, econômicos e culturais; não seria tanta ousadia se compararmos tais efeitos com as grandes mudanças da chamada “Revolução Industrial”, considerando suas diferenças singulares e suas condições de possibilidade.

No que concerne aos usuários/as, a possibilidade de interação e de exposição pública, embora também possa ser em certa medida privada, visto que a pessoa que utiliza a rede possa escolher muitas vezes manter-se anônima – o que permite a criação e experimentação de viver um personagem – geram condições que possibilitam uma ressignificação das barreiras relacionadas ao tempo e ao espaço vivenciados de maneira positiva por muitas pessoas, através da interatividade. Daniela Romão-Dias (2001) sugere que isso ocorre devido o compartilhamento do corpo com a linguagem abstrata de softwares, um processo complexo que utiliza cálculos e outras funções para transformar e desenvolver sinais emitidos do ecossistema (corpo e ambiente) para o tecnossistema (*hardware, software e interfaces*). Conforme Ana Maria Nicolaci-da-Costa (2005):

a escrita on-line é, de uma forma ou de outra, geralmente usada para falar de si (não importa se o que é dito corresponde à "realidade" ou se é uma construção de personagens) em programas interativos. Quando o usuário está interagindo com diferentes interlocutores, esse falar de si - que, de fato, é um teclar sobre si - leva-o a ter diferentes retornos sobre o que diz. O próprio ato de escrever sobre si, agora acrescido da visão do outro ou de outros, forçosamente torna conscientes para o usuário os aspectos

subjetivos sobre os quais ele e seus interlocutores discorrem (NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 79).

Deste modo figuras de subjetividade emergem em meio a esse ambiente virtual, e dissipam-se por entre tempo e espaço, num constante discurso de si. Surgem assim não apenas possibilidades de expandir as relações sociais pelo espaço e pelo tempo, como também aprofundar a interconexão mundial, nulificando a distância entre as pessoas e os lugares, conectando-as entre si, numa experiência que pode ser intensa e imediata. Esse acontecimento atinge um *status* de “presente constante” onde o que ocorre em um lugar pode estar ocorrendo em qualquer parte do globo, o que não significa que as pessoas não estejam mais verdadeiramente localizadas no tempo e no espaço. Significa que esse lugar não mais importa de maneira objetiva, pois não delimita mais a relação com o global.

Assim, o “local” é globalizado por meio das informações que se produzem e reproduzem e que se espalham rápida e imediatamente pelos instrumentos da Internet. Logo, torna-se possível pelo aceso *on-line*, consultar e conhecer; utilizando determinados instrumentos e suas diversas formas de busca instantânea, tudo aquilo que se imaginar usufruir e que porventura tenha sido acrescentado aos conteúdos da rede. As informações veiculam segundo a temporalidade específica das complexas redes de fibras ópticas e das ondas eletromagnéticas que compõem as tecnologias de acesso, mediadas pela sincronia e interconexão permitida pela Internet.

Todo esse intrincado complexo de *hardwares* e *softwares* é o que permite que componentes como o tempo e o espaço tornem-se flexíveis e potenciais aliados dos/as usuários/as. Embora estando separado por milhares de

quilômetros de distância, um determinado interlocutor, que esteja unido com outra pessoa por esta interconexão, pode exercer um contato em tempo real. Toda essa tecnologia permite que eles estejam “juntos sem estarem próximos”, encontrarem-se mesmo sem estar fisicamente no mesmo local do encontro.

Conforme esclarece Airton Luiz Jungblut (2004), todas essas formas de comunicação realizadas por meio do computador e que se concretizam mais espetacularmente na Internet são mediadas pelo tempo. De acordo com o tempo existem duas possibilidades: comunicação síncrona e comunicação assíncrona. A primeira é aquela que ocorre em tempo real, ou seja, os envolvidos na troca de mensagens têm acesso imediato às respostas e reações do outro, uma vez que estão, de alguma forma, compartilhando simultaneamente um canal de comunicação que instantaneamente realiza as trocas de mensagens. Na segunda possibilidade, as trocas de mensagens são intercaladas por algum período de tempo que desconfigura o caráter de instantaneidade da comunicação síncrona. Isso ocorre devido a um desacerto temporal entre emissão e recepção, ou seja, por não pressupor a presença simultânea dos interlocutores em cada um dos extremos do canal de comunicação.

Nos blogs descritos neste estudo é utilizada a forma de comunicação assíncrona, pois não se faz obrigatória a presença simultânea de autor/a e seus leitores no mesmo espaço de escrita e postagem das mensagens. Muitas vezes as mensagens só serão publicadas muito posteriormente ao momento em que foram escritas. É só a partir do momento em que o blogueiro/a liberar o acesso e permitir a inserção de comentários em suas “postagens” que a comunicação se tornará possível. Ou seja, são diálogos que se dão ao longo do tempo, de forma não instantânea, havendo um tempo indeterminado entre a inserção de um comentário e a eventual resposta ao

mesmo. Novas tecnologias estão em desenvolvimento para torná-los competentes de forma sincrônica.

Os blogs estão disponíveis na *world wide web*, também conhecido através das contrações gramaticais “web” ou “WWW”, que em tradução livre quer dizer algo como “teia de alcance Mundial”. É importante esclarecer que a internet e a world wide web não são sinônimos, embora freqüentemente suas definições sejam utilizadas como tal. Segundo Wilson Dizard Jr. (2000) a WWW é um espaço que permite a troca de informações multimídia (texto, som, gráficos, vídeo e similares) através da estrutura da internet. É uma das formas de utilização da Rede, assim como o e-mail (correio eletrônico) e outras ferramentas virtuais.

A World Wide Web foi desenvolvida no início da década de 1990 pelo cientista inglês Tim Berners-Lee nos laboratórios do CERN (Conselho Europeu para Pesquisa Nuclear), na Suíça. Sua criação objetivava suprir a necessidade de compartilhar dados entre os membros dos diversos projetos de pesquisa em percurso no CERN. Ela foi concebida como um instrumento de troca de informações melhorado em relação às interfaces “somente-texto” até então utilizadas, baseada no conceito de “hipertexto”. Segundo Joon Ho Kim (2004) a primeira menção à estrutura e ao conceito de hipertextual foi realizada pelo matemático e físico americano Vannevar Bush (1890-1974), em um artigo de 1945 chamado “*As we may think*”. Embora tenha sido antevisto por Vannevar Bush em 1945, o termo hipertexto só foi cunhado em 1963, pelo americano Ted Nelson (1937-), para se referir à consulta de documentos de forma não-linear em um sistema informatizado. Na Web, cada documento (seja ele texto, imagem ou som) pode conter vínculos (links) que direcionam a outros documentos, que por sua vez podem conduzir a outros e assim por diante.

Auxiliado pela estrutura do hipertexto Tim Berners-Lee criou uma linguagem de programação

(chamada HTML, ou HyperText Markup Language) que permitia aos usuários – utilizando um mouse e um software chamado “browser” (navegador), desenvolvido especialmente com esta finalidade – não terem o compromisso de seguir a linearidade entre “começo, meio e fim”. Permitia traçar a seu caminho de maneira singular, “navegando” através dos documentos interligados, acessando uma grande variedade de informações de modo não-linear, transitando de um documento (fosse ele texto, imagem ou som) a outro por meio da ligações entre eles, mesmo que estivessem em tecnologias remotas. A primeira demonstração pública da WWW foi realizada em dezembro de 1990 (DIZARD JR., 2000; KIM, 2004).

Ao perceber o potencial do que havia criado, a maneira simples e eficiente de trocar e acessar dados por meio do computador e de redes diversas, Berners-Lee auxiliou na popularização da sua invenção. “Logo os primeiros browsers foram desenvolvidos para sistemas operacionais mais comuns (Windows e Apple Macintosh), a WWW foi imediatamente adotada pela comunidade da internet, sendo responsável – juntamente com a disseminação dos computadores pessoais – pelo grande crescimento da internet verificado na década de 1990, com um aumento de 50% a cada ano em média” (DIZARD JR., 2000, p. 24).

Até o final do século XX, os “cidadãos comuns” não detinham nenhum alcance sobre a divulgação pública de informações. Para que alguém pudesse deter tal controle era necessário dispor ou obter grandes recursos financeiros (indispensáveis para o acesso às tecnologias de reprodução e difusão, como emissoras de rádio ou televisão). Sendo assim, apenas a elite, um restrito grupo de pessoas que detinham o controle dos veículos de massa gozavam desse benefício. Outro problema é que o fato de antes existirem poucas fontes de disseminação facilitava o controle sobre as informações.

A internet provocou mudanças nesse cenário, sua rede tornou acessíveis informações, sem

exigir que seus usuários realizassem grandes investimentos, tão pouco que fossem detentores de meios de produção ou distribuição de informação. Assim, “aqueles que anteriormente tinham que se fazer representar por meios de comunicação de massa, começam agora a se representar por si mesmos” (WESTON, 1997, p. 199). Porém seus efeitos têm se mostrado uma faca de dois gumes, visto que a internet é constantemente percebida como um espaço neutro em que todos os dizeres são possíveis, já que o relativo anonimato seria a garantia da preservação da identidade jurídica da pessoa que veicula a mensagem. Neste sentido fica difícil censurar as informações considerando que elas partem de múltiplas fontes.

Nos blogs utilizados por Transhomens percebemos que tanto sua construção quanto sua leitura se dá na forma de hipertexto. Conforme sinalizado por Giselle Mânica (2007) nos blogs predomina a utilização de “hipertexto exploratório”, ou seja, mesmo mantendo a autoria original, é encorajado e permitido que os/as leitores/as exponham suas ideias e opiniões, ocasionadas pela leitura, de maneira a compor o ambiente virtual do blog, em companhia dos discursos do autor. Esses compartimentos ficam disponíveis à leitura de novos usuários/as do blog, o que leva, por meio dos comentários, a produção de novos textos, novas mensagens. Essa prática é chamada de co-autoria do hipertexto, e não significa, porém, que os leitores tenham capacidade de escrever conjuntamente ou alterar o conteúdo dos discursos distribuídos on-line.

A Internet, o World Wide Web e seus respectivos hipertextos compõem a estrutura de base e fixação, do que conhecemos como “ambiente virtual” ou “ciberespaço” (entre outras variações do mesmo conceito) que é resultado destas formas específicas de comunicação digital. A origem do conceito “ciberespaço” é descrita por Kim (2004):

Em seu livro de não ficção, *The Hacker Crackdown - Law and Disorder on the Electronic Frontier*, Bruce Sterling comenta que o termo cyberspace surgiu em 1982 na literatura cyberpunk (Sterling, 1992, p. XI). Naquele ano, William Gibson lançou *Neuromancer*, considerado um clássico da literatura cyberpunk, que além do termo cyberspace, também introduziu o termo matrix para se referir ao ciberespaço como uma rede global de simulação (KIM, 2004, p. 212).

William Gibson (1984) em *Neuromancer* define o ciberespaço como “uma alucinação consensual vivida diariamente por bilhões [...] Uma representação gráfica dos dados abstraídos dos bancos de dados de cada computador no sistema humano. Complexidade inimaginável. Linhas de luz enfileiradas no não-espaço da mente, agregados e constelações de dados. Como luzes da cidade, retrocedendo...” (p. 51). Na tentativa de melhor compreender que “lugar” seria esse Kim (2004) apresenta um trecho traduzido do livro Sterling:

[...] o “ciberespaço” não é uma fantasia de ficção científica, mas um “lugar” onde temos experiências genuínas e que existe há mais de um século. [...] o território em questão, a fronteira eletrônica, tem cerca de 130 anos. Ciberespaço é o “lugar” onde a conversação telefônica parece ocorrer. Não dentro do seu telefone real, o dispositivo de plástico sobre

sua mesa. [...] [Mas] O espaço entre os telefones. O lugar indefinido fora daqui, onde dois de vocês, dois seres humanos, realmente se encontram e se comunicam. [...] Apesar de não ser exatamente "real", o "ciberespaço" é um lugar genuíno. Coisas acontecem lá e têm conseqüências muito genuínas. [...] Este obscuro submundo elétrico tornou-se uma vasta e florescente paisagem eletrônica. Desde os anos 60, o mundo do telefone tem se cruzado com os computadores e a televisão, e [...] isso tem uma estranha espécie de fisicalidade agora. Faz sentido hoje falar do ciberespaço como um lugar em si próprio. [...] Porque as pessoas vivem nele agora. Não apenas um punhado de pessoas [...] mas milhares de pessoas, pessoas tipicamente normais. [...] Ciberespaço é hoje uma "Rede", uma "Matriz", internacional no escopo e crescendo rapidamente e constantemente. (STERLING, 1992, p. 11-12, apud KIM, 2004, p. 213).

Novas tecnologias e ferramentas são constantemente criadas e/ou melhoradas para aumentar e facilitar a atuação das pessoas no ciberespaço. Esse terreno fértil por sua vez produz efeitos diários nas expressões culturais e históricas, é palco de múltiplos sentimentos como satisfação, curiosidade e estranhamento. Entre tantos efeitos, as mídias virtuais possibilitaram o surgimento das comunidades virtuais, compostas por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de

relações, que compartilham valores e objetivos comuns. Esses espaços inauguram uma nova era no campo das relações interpessoais e, logo, uma comoção e diversas reações foram sendo manifestadas a respeito da intensidade desses novos modos de agir, de se relacionar e de fazer uso do tempo. Mesmo tendo uma relevância atribuída às construções sociais efetivadas no ciberespaço, colocando-o como indissociável da presente e futura memória da humanidade, discussões questionam a fidedignidade e a veracidade das relações que se tecem no mesmo. Alguns destes questionamentos são bastante negativos, relacionando-se ao uso das mídias virtuais e um receio de dependência e desumanização das pessoas (MÂNICA, 2007; NICOLACI-DA-COSTA, 2006; 2002).

As acusações são graves³⁰. Apontam, por exemplo, que a internet vicia, gera relacionamentos frágeis e passageiros, produz solidão e depressão, afasta os jovens (seus maiores usuários) do convívio familiar, gera separações conjugais e, acima de tudo, substitui a realidade “real” por uma realidade “virtual” ilusória. A impressão que fica é que parece uma busca para analisar a validade e o “estatuto de verdade” ocupado por tal, sobretudo por conta dos jogos semânticos executados entre a virtualidade e a realidade que são intrinsecamente constituintes do mesmo, uma vez que os discursos de uma publicação e/ou de uma conversa que ocorre em meios virtuais produz efeitos concretos na vida cotidiana das pessoas.

As críticas que anteriormente eram direcionadas aos meios de comunicação de massa agora são apontadas a uma possível “exagerada” vivência e experiência das pessoas em meio ao ciberespaço. No entanto, mesmo com algumas críticas e reações negativas o fato é que as mídias virtuais passaram a ocupar uma grande parte da vida humana. Desde seu surgimento esses espaços tornaram-se um novo modo de vida:

³⁰ Para uma revisão crítica, ver Nicolaci-Da-Costa (2002).

Lia-se *on-line*. Escrevia-se *on-line*.
Informava-se *on-line*. Recebia-se
informação *on-line*. Ensinava-se
on-line. Aprendia-se *on-line*.
Visitavam-se museus *on-line*.
Amizades eram travadas e
mantidas *on-line*. Amava-se *on-*
line. Odiava-se *on-line*. Discutia-se
on-line. Brigava-se *on-line*. Era-se
solidário *on-line*. Tudo que podia
ser feito era feito *on-line*.
(NICOLACI-DA-COSTA, 2006, p.
29).

Em virtude disso a internet que antes era pensada quase que exclusivamente como fonte de dados, passa a ser considerada como um potencial espaço de aproximação de grupos e/ou pessoas, em outras palavras, como um importante campo de pesquisa. Foi nesse campo que pude me aproximar e conhecer algumas demandas e experiências de transhomens de todo o país.

Essa aproximação me permitiu, por exemplo, ter contato com algumas expressões comuns usada entre eles, encontrar grupos, blogs e páginas da web feitas por/para transhomens e também perceber o quanto esses espaços compõem um cenário importante atualmente na vida de alguns deles. São espaços de regulação e idealização tanto da experiência da transexualidade, como das masculinidades onde circulam alguns ideais de masculinidade e afirmação de si. Embora a minha experiência nesses espaços tenha sido única, esses espaços já foram evidenciados e explorados por outros pesquisadores (ALMEIDA, 2012; ÁVILA, 2015; FREITAS, 2014; NERY; MARANHÃO FILHO, 2013), os quais figuraram como importantes fontes de referências, informação e interlocução para a realização deste estudo.

Em sua obra “*O uso dos prazeres*”, Foucault argumentou que é a partir da divisão socialmente estabelecida entre o verdadeiro e o falso que os indivíduos diferenciam entre o certo e o errado, o normal e o patológico e, assim, conferem sentido e valor a seus atos e pensamentos e se esforçam para agir sobre si mesmos, isto é, tornam-se sujeitos (FOUCAULT, 1986, p. 9-12). Os saberes sobre o sujeito, que são considerados como relevantes para a produção de subjetividade, separam o verdadeiro do falso; estes saberes, por sua vez, têm como condição de possibilidade um conjunto de práticas de poder. A partir do instante em que uma verdade sobre os indivíduos está disponível, ela passa a nortear novos modos de um indivíduo ser pensado (novas formas de cuidar, vigiar e julgar) e de se pensar. Sendo assim, não há dúvidas de que essa nova realidade (mídias virtuais) nos impele a pensar em novas configurações da produção de subjetividade e problematizar esse espaço como produto/produzidor de novos poderes/saberes.

Tornou-se uma necessidade pensar os efeitos produzidos pelo uso da internet. Algumas pesquisas apontam, por exemplo, que seu excesso pode trazer consequências negativas de ordem psicológica, como os distúrbios do sono, e também de ordem física, como o conjunto de doenças e/ ou lesões causadas por esforço repetitivo – LER (NICOLACI-DA-COSTA, 2006; ROSSI, 2004). Uma nova maneira de pensar – mais ágil, integrada e relativizada – é apontada por alguns pesquisadores como fruto da diversidade de acesso a informação, formas de interagir e do poder estar em contato com qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo possibilitados pela internet (ALBUQUERQUE, 1998; NICOLACI-DA-COSTA, 1998; 2006).

Os relacionamentos interpessoais, como já mencionados, ganharam outras possibilidades de existir, passando a produzir efeitos a serem pesquisados. Desde o surgimento da internet, os seus usuários têm descoberto

novas formas de se relacionar com o outro e até mesmo consigo. A construção e manutenção dos relacionamentos *on-line* entraram na ordem do dia. Outro efeito que deve ser investigado é a interpelação da escrita na Internet, que apesar de atravessar quase todos os espaços virtuais como salas de bate-papo, blogs e redes sociais, tem seus efeitos pouco conhecidos e reconhecidos, mas que certamente não são menos interessantes para se pensar a constituição de um sujeito inteligível e (in)visível (ROMÃO-DIAS, 2001).

Conhecer a história das mídias virtuais deve ser apenas o primeiro passo, pois “precisamos começar a reconhecer seu papel na experiência de nossos sujeitos tanto em termos sociais quanto subjetivos” (MISKOLCI, 2011, p. 12). Estudar essa nova realidade, ainda em constante desenvolvimento, impõe muitos desafios que certamente exigem, antes de qualquer outra coisa, um esforço na busca por fontes teóricas e metodológicas interdisciplinares complementares que consigam dar conta da diversidade que compõe esse campo.

No entanto, é importante destacar que a internet, sobretudo nos últimos anos, tem sido reconhecida como lugar e instrumento importante na busca de informações e socialização de grupos específicos, como a comunidade TLGB. Entre tantas possibilidades eles a utilizam para interagir entre si; trocar informações sobre locais e estabelecimentos que tem uma boa receptividade ao grupo; denunciar violências; envolver-se com militância política; entre outros.

Sobre a experiência singular dos transhomens, Freitas (2014) esclarece que a internet tem ocupado um lugar importante nas vivências de muitos homens e meninos (trans), tornando-se para eles um espaço de articulação de saberes e pessoas muito significativa. Preenche lacunas muitas vezes esvaziadas pelas consequências de assumir uma nova forma de ser e estar no mundo densamente estigmatizada. Os inúmeros recursos da internet permitem encontrar novos círculos de

sociabilidade que serão fundamentais no caminho de se realocar socialmente. Trona-se importante também por fornecer informações não disponibilizadas no sistema de saúde e em outros espaços, instrumentalizando FtMs nas conversas com familiares (sobre o que é esta experiência), com médicos e profissionais da saúde (sobre quais e como serão feitos os procedimentos e intervenções), e com quaisquer outros órgãos ou entidades, como uma forma de proteger seus direitos.

Entre os fenômenos originados nas/por meio das mídias virtuais está à possibilidade de “um acolhimento mínimo, mas promissor, de pessoas relegadas a contextos discriminatórios e de expressões individuais de diferenças que a sociedade construída verticalmente tendia a recusar ou relegar à invisibilidade” (MISKOLCI, 2011, p. 20-21). Para Conrado Moreira Mendes (2008, p. 4) os “grupos minoritários também possuem um espaço aberto para se comunicar, sendo a internet um local de sociabilização, criação e fortalecimento de identidades culturais”.

Entre a população TLGB os transhomens têm chamado a atenção pelo crescimento expressivo nos últimos anos, de espaços específicos para a sociabilidade virtual dessa população. Segundo Ávila (2014, p. 46) “o uso de mídias digitais por transhomens é uma forma de interação social, de compartilhamento de experiências, de possibilidades de maior visibilidade e constituição subjetiva”.

Embora seja possível verificarmos, tal qual como apontam Larissa Pelúcio e Mariana Cervi (2013), que o “real” e “virtual” são mais complementares que termos excludentes, ainda assim, é preciso reconhecer, que há peculiaridades próprias das sociabilidades pela e na internet. Pessoas que se identificam por seus modos de vidas deslegitimados, fortalecem-se com essa identificação, unem-se e utilizam os instrumentos da internet para tensionar a realidade. As vozes e as

exposições subjetivas que se propagam pela rede *www* podem não proporcionar relações no mundo físico imediato, mas não são apenas imaginárias, elas produzem efeitos concretos. Por exemplo, ao receber um e-mail, se for do seu interesse, uma pessoa dedica tempo e disposição para lê-lo e respondê-lo.

Mesmo que uma pessoa crie um personagem para navegar na Internet, alguém que seja totalmente fictício e completamente diferente de como ela realmente seja, ela dedica momentos planejando, criando, um exercício que pode ser considerado imaginário, mas que não deixa de ter sua concretude que através de acessos incalculáveis e imprevisíveis proporcionados pela rede, atuará na realidade de demais sujeitos. Estes, por sua vez, se identificarão ou não com os seus relatos, e, em virtude dos mesmos, poderão dar início a um trajeto de reais mudanças em sua vida. Luís Filipe Oliveira Santos (2009) aponta o ciberespaço como um importante lugar que reúne condições para poder considerar-se um palco de suporte social e emocional, sendo que:

[...] desmaterialização e o anonimato tornados possíveis pelo ambiente online permitem aos seus utilizadores a reinvenção e, em casos específicos, a aceitação de si, mediante uma maior liberdade relacionada com a expressão de identidades particularmente encobertas e estigmatizadas em diferentes palcos off-line (família, local de trabalho, colegas, amigos, intimidade). (SANTOS, 2009, p. 111)

Transhomens de diferentes faixas etárias, classes sociais, raças e toda uma gama de características que assinalam sua diversidade intragrupo, utilizam os blogs e

outras mídias virtuais para “se descobrir, se construir, se afirmar e se revelar publicamente em algum nível” (FREITAS, 2014, p. 55). Atualmente quando se utiliza os buscadores da internet para pesquisar por expressões que remetem ao universo dos transhomens, o mais comum é que se deparar com vídeos autobiográficos que em geral apresentam depoimentos sobre as mudanças alcançadas com o tratamento hormonal e/ou cirurgias; muitas fotos pessoais focalizando partes específicas do próprio corpo que comprovariam as mudanças como foto do tórax e do rosto mostrando o surgimento da barba; informações sobre “celebridades” transhomens (tais como astros de filme pornô ou modelos); sites internacionais de venda de acessórios (como *binders*³¹ e próteses penianas); informações sobre cirurgias específicas (como a mastectomia ou neofaloplastia) e, às vezes, listas de clínicas, hospitais e/ou médicos que acolhem suas demandas; além de sites e blogs de transhomens ou para transhomens.

Um dos efeitos que se pode evidenciar em suas narrativas nos blogs é a importância do ciberespaço como um lugar que permite uma crescente afirmação de sua masculinidade, por meio dos registros graduais deste percurso. O que os transhomens decidem tornar público no ambiente virtual ao utilizar os recursos das mídias virtuais e suas redes sociais, edifica uma imagem de si que se relaciona diretamente com a figura de masculinidade que eles pretendem sustentar fora dali, e como cada um dessas pessoas se relacionará com a transexualidade após o reconhecimento social de sua identificação masculina.

Outro efeito importante na vida dos transhomens possibilitado pela inserção no mundo *on-line*, corroborando com Ávila (2015) e Freitas (2014), foi a criação de organizações civis exclusivas de/para homens

³¹ *Binder* é qualquer peça de roupa ou de tecido que possa ser utilizada para minimizar ou alterar a aparência dos seios.

transexuais. Até 2012, no Brasil, a militância trans nacional se configurava majoritariamente como um espaço de atuação de travestis, mulheres transexuais e raros grupos mistos. Hoje existem pelo menos duas entidades, a ABHT³² e o IBRAHT³³ com atuações significativas nos espaços online. A Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), foi fundada em São Paulo, em 30 de junho de 2012, no Centro de Referência da Diversidade (CRD) e constituiu um verdadeiro marco para a organização política do movimento de Transhomens no país, considerando que anteriormente a militância trans consolidada era composta majoritariamente por travestis e mulheres transexuais. Toda a organização e articulação do evento que marcou sua fundação aconteceram principalmente via internet. Conforme destacado por Freitas (2014), em pouco tempo estes grupos ganharam grande valor na conquista de direitos exclusivos para os transhomens no Brasil:

[...] fazendo incidência política na reformulação de políticas públicas, participando efetivamente das negociações com o Estado, na denúncia de violências a que este segmento é submetido, além de se configurarem como suporte e orientação para outros sujeitos que se identificaram com a esta categoria. (FREITAS, p. 56-57).

É fundamental ressaltar que em contexto de uso didático-acadêmico é imprescindível assinalarmos algumas precauções no tangente ao uso das mídias virtuais como campo de pesquisa, visto que em muitos espaços virtuais e principalmente nos blogs as informações são muito mais “conversações” do que informações, ou seja, são narrativas

³² ABHT – Associação Brasileira de Homens Trans.

³³ IBRAT – Instituto Brasileiro de Transmasculinidade.

interpeladas por outros interlocutores. Além disso, o anonimato ainda é um escudo utilizado por muitos usuários/as, o que nos impele a uma análise cautelosa de seus conteúdos. Esse campo demarca também um recorte econômico e de classe, uma vez que o acesso as mídias virtuais só é possível para aqueles que podem de alguma maneira ter contato com as tecnologias necessárias. Frente a essas e outras precauções, as pesquisas realizadas com análises de plataformas da internet têm produzido interessantes reflexões, pluralizando métodos de investigação e análise e gerando novos questionamentos para a área das ciências humanas e sociais em tempos de tecnologia.

Durante o tempo em que permaneci imerso nos blogs acompanhando as postagens, os comentários dos leitores/as atuais ou que constam nos arquivos desses espaços, consegui constatar muitas ocorrências. Blogueiros/as e seguidores/as utilizam esse espaço como um instrumento importante na busca, na produção e na reprodução de informações sobre as experiências da transexualidade masculina. Veiculam e procuram por informações sobre a utilização dos hormônios, técnicas para esconder os seios, “sugestões” comportamentais (como agir em situações de violência, como “passar despercebido”, entre outros). Há também um grande número de compartilhamentos de informações sobre leis, produções científicas e divulgação de sites nacionais e internacionais específicos. A internet como veículo possibilita, também por meio dos blogs e outras mídias virtuais, a sociabilidade de transhomens de diferentes partes do nosso país e de todo o mundo, os quais compartilham e debatem situações vivenciadas, dúvidas e angústias.

Os transhomens utilizam o ciberespaço, por exemplo, para publicizar relatos pessoais ou histórias de outros transhomens que detalham singularidades ou similaridades de suas experiências transexuais. É

recorrente o compartilhamento de narrativas sobre as dificuldades encontradas em suas trajetórias, sobre o peso de viver à sombra do diagnóstico da transexualidade e as limitações de uma vida invisibilizada (por opção ou imposição). A rede de apoio virtual, assinalada por Richard Miskolci (2011) entra em cena rapidamente quando em uma das postagens ou comentários alguém “pede por socorro”. De maneira quase que instantânea e solidária os outros usuários/as deixam mensagens de apoio, incentivo e recomendações. Concordo com Freitas (2014) quando aponta que essas redes sociais virtuais:

[...] são importantes não apenas pela troca de informações e contato com outros pares, mas porque no Brasil facilitaram a formalização e articulação política trans, específica para FtMs. Estas ferramentas virtuais possibilitam aos usuários transexuais um acesso a visibilidade pública e política, e a oportunidade de questionar e reconstruir as representações correntes nas mídias e no imaginário social sobre estas experiências, inclusive como sujeitos passivos e doentes. (FREITAS, 2014, p. 55).

No entanto não devemos esquecer que os ambientes virtuais (os blogs, as páginas, as comunidades e os sites de relacionamento) criados por/para algum grupo específico (seja os transhomens ou quaisquer outras categorias identitárias) também são lugares onde circulam perspectivas idealizadoras que muitas vezes não são condizentes com as vivências de todas as pessoas que de alguma maneira compõem aquele grupo. São espaços em que impera uma tentativa de afirmação de si por meio dos

compartilhamentos de experiências da construção do corpo e comportamento, que atende a uma busca pessoal e/ou coletiva de identificação que, por consequência, tornam-se lugares de regulação e idealização das suas experiências da transexualidade e também de masculinidades.

Estes fenômenos e efeitos suscitam em mim questionamentos que nada mais são que a minha porta de entrada para problematizar as tensões presentes nas mídias virtuais: O que as mídias virtuais criam, preservam e/ou naturalizam? Por que é aparentemente mais fácil e, portanto, visível a existência daqueles/as que têm no corpo a sentença de serem considerados abjetos? Como podemos pensar a materialização dos corpos a partir dessa nova realidade? O que esse suposto espaço neutro, que ao mesmo tempo em que não é de ninguém é de todos, autoriza/permite/legitima? Esse espaço possibilita acessar de algum modo o *status* ou os benefícios do corpo inteligível? O que torna possível o que se vê nesses espaços?

A problematização da emergência dos transhomens nas mídias virtuais é potente para (re)pensarmos os modelos hegemônicos e disciplinadores dos corpos e das subjetividades. Essas práticas são o ponto de partida para realizarmos uma crítica social e política aos modelos normativos e clarificarmos outros modos/possibilidades de ser/existir/estar no mundo.

4.2 Netnografia como um caminho

*E é inútil procurar encurtar
caminho e querer começar já
sabendo que a voz diz pouco, já
começando por ser despesoal.*

*Pois existe a trajetória, e a
trajetória não é apenas um modo
de ir. A trajetória somos nós*

*mesmos. Em matéria de viver,
nunca se pode chegar antes. A via-
crucis não é um descaminho, é a
passagem única, não se chega
senão através dela e com ela.*

Clarice Lispector

A difusão da Internet, ocorrida em meados da década de 1990, foi turbulenta porque introduziu possibilidades antes impensáveis no cenário da intercomunicação humana. Desde então, movidos pela curiosidade de experimentar algo completamente novo, milhões de pessoas ao redor do mundo passaram a despendar horas à frente de um computador, frequentando os chamados ambientes virtuais. As novas maneiras de se relacionar com o outro, possibilitadas pelos ambientes virtuais, originaram uma série de novos fenômenos culturais e psicológicos e, uma década depois, os resultados de inúmeras pesquisas internacionais e nacionais³⁴ vêm mostrar que esses ambientes tornaram-se espaços, análogos aos espaços “reais”, nos quais se desenrola o drama sempre real dos relacionamentos pessoais (NICOLACI-DA-COSTA, 2005).

Para o estudo desses novos fenômenos, alguns pesquisadores têm utilizado uma série de termos – como “etnografia digital”, “etnografia da internet”, “etnografia da rede”, “etnografia on-line”, “etnografia na internet”, “ciberetnografia”, “webnografia”, “netnografia” – que foram criados, a partir principalmente dos anos 1990, para tentar dar conta de “adaptar” o método etnográfico para os estudos nos/dos ambientes virtuais (FRAGOSO et al., 2011; FREITAS et al., 2005; HINE, 2000; KOZINETS, 2014; MONTARNO; ROCHA, 2005; POLIVANOV, 2013; SALES, 2012; TURKLE, 1995). Os ambientes

³⁴ Para citar algumas: Pelúcio; Cervi (2013); Sales (2010); Miskolci (2009); Nicolaci-da-Costa (2006, 2005), Sá (2005), Kozinets (2002).

virtuais como objeto, local e instrumento de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento, são de certa maneira ainda recentes, e, ao mesmo tempo que originam muitas potencialidades, trazem consigo vários desafios e limites. ‘Novas’ e específicas questões éticas se apresentam, sinalizando que “há muito ainda a ser pensado, discutido, estudado e problematizado nesse âmbito” (FÉLIX, 2012, p.135).

Há duas questões principais que pautam boa parte das discussões: pode-se considerar o ciberespaço efetivamente um lugar? E, conseqüentemente, pode-se falar mesmo em etnografia quando se trata de ambientes virtuais, nos quais há sempre a mediação tecnológica entre o pesquisador e o pesquisado?

Por um lado, temos muitos antropólogos e cientistas sociais mais “ortodoxos” que entendem que uma etnografia “de fato” não poderia se dar no ciberespaço, uma vez que para eles o deslocamento, o estranhamento e o ‘ir a campo’ tão determinantes no desenvolvimento do olhar interpretativo pareciam ter se dissipado frente a uma possível dissolução espaço-temporal advinda das tecnologias de comunicação e informação (FRAGOSO et al., 2011).

Em contra partida, do outro lado, há muitos autores que defendem que o método da etnografia seja fundamental para realizar as pesquisas no ciberespaço. Para Christine Hine (2000, p. 8), a “etnografia pode (...) ser usada para desenvolver um sentido rico dos significados da tecnologia e das culturas que a possibilitam e são possibilitadas por ela”. Podemos também compreender a netnografia como um produto, uma consequência dos primeiros trabalhos sobre as interações sociais na internet que tinham um forte viés etnográfico (POLIVANOV, 2013).

Robert V. Kozinets (2002) define a netnografia como “uma nova metodologia de pesquisa qualitativa que adapta técnicas da pesquisa etnográfica para o estudo de

culturas e comunidades emergindo através das comunicações mediadas por computador” (p. 2). No contexto brasileiro Shirlei Rezende Sales (2012) define a netnografia como uma metodologia utilizada em pesquisas aplicadas ao universo ciberespacial para a análise da cibercultura. Essa metodologia consiste na “observação dos sujeitos em seu processo de construção de percepções e comportamentos na relação social em rede” (SALES, 2012, p.118).

Enquanto um método de pesquisa derivado da etnografia, a netnografia utiliza os conceitos da etnografia de forma (re-)significada. Essa adaptação metodológica consiste na observação no ciberespaço, por entender que este é diferente do espaço físico, visto que no ciberespaço “as relações são estabelecidas sem um espaço físico delimitado, são desterritorializadas” (SALES; PARAÍSO, 2010, p. 227).

O que alguns autores apontam como principal diferenciador esse método de pesquisa utilizado em ambientes virtuais daqueles que utilizam a etnografia ‘tradicional’ (*off-line*) são as terminologias específicas (as quais tentam dar conta dessa “adaptação”) e suas implicações. Hine (2000) afirma que:

Uma vez que pensemos o ciberespaço como um lugar onde as pessoas fazem coisas, nós podemos começar a estudar exatamente o que é que elas fazem e porque, nos seus termos, elas o fazem. No entanto, assim como com todas as metodologias, mover a etnografia para um ambiente online tem envolvido algumas reexaminações do que a metodologia implica. (HINE, 2000, p. 21).

É a diferença do “campo” que exige e impõe adaptações. O campo virtual desafia as categorias de “tempo” e “espaço”. Além disso, deve-se considerar que as relações e ações das pessoas envolvidas, que podem estar localizadas em diversos países e regiões geográficas, são mediadas pelo computador (KOZINETS, 2014).

Logo as reexaminações sinalizadas por Hine (2000) estão relacionadas diretamente com importantes etapas do fazer etnográfico, que vão desde a entrada do pesquisador no campo e as interações com as pessoas envolvidas no processo, até os instrumentos de coleta de dados. Corroborando com a autora, Kozinets (2002) assinala os três aspectos que diferenciam a netnografia da abordagem etnográfica: 1) o *entré*e do pesquisador na comunidade ou cultura *on-line*; 2) a obtenção e análise dos dados, afetando as ideias de inscrição no campo de pesquisa (“*inscription*”) e anotações de campo (“*fieldnotes*”), e, 3) as questões éticas da pesquisa feita em ambientes online, nos quais os limites entre quais dados os informantes consentem em disponibilizar para o pesquisador são mais dificilmente demarcados. Porém, para o autor, as características principais, as bases da etnografia são preservadas quando a internet e os ambientes virtuais são utilizados como lugar de pesquisa: a imersão em um caso particular, a referência a uma localidade específica e a observação.

Como dito anteriormente, a netnografia como caminho de pesquisa tem apresentado algumas vantagens e desvantagens já sinalizadas por alguns pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento (FREITAS et al., 2004; MENDES, 2008; NICOLACI-DA-COSTA, 1998). Entre as vantagens sobre as demais pesquisas qualitativas, Henrique Freitas et al. (2004) asseguram que a pesquisa *on-line* possibilita que os pesquisadores tenham a seu dispor recursos que, em um procedimento habitual de pesquisa, não seriam possíveis e que dispensam a necessidade de que outras formas de coleta sejam feitas

além da espaço das mídias virtuais. Sales (2012) destaca como uma de suas grandes vantagens que a netnografia conta com as informações já virem transcritas.

Tanto o/a pesquisador/a quanto o/a respondente têm à disposição recursos diversos, podendo ser visuais, sonoros, escritos, que podem incentivar e possibilitar sua participação de maneiras diferentes. Outra vantagem para o/a pesquisador/ra é a facilidade com que tudo isso é feito e, a favor do/da respondente, a liberdade de participar quando lhe for mais conveniente. As informações podem ser armazenadas em uma base de dados em um servidor remoto, as quais podem ser acessadas a qualquer momento, protegidas por senha ou não. Essas vantagens somam-se ao fato de que a análise pode ser realizada “não só por uma pessoa, não só em um lugar, tendo ou não um software específico para isso” (MENDES, 2008, p. 3).

Apesar das muitas vantagens destacadas, algumas desvantagens/dificuldades da pesquisa on-line também podem ser destacadas: (falta de) habilidade dos/as respondentes em usar a internet; necessidade de se ter um/a moderador/a de grupos capacitado/a para tal; dificuldades para fazer contatos com alguns/mas respondentes (que não disponibilizam meios para realização de contatos diretos); dificuldade de explicitar a necessidade de relevância da pesquisa para a vida dos/as respondentes e da sociedade, para que a cooperação seja solidificada; manutenção do contato eletrônico com os/as participantes até o final da pesquisa. Outra desvantagem apontada por alguns autores é o fato da netnografia se ater principalmente à linguagem textual, o que redundando na perda da leitura dos gestos e expressões. (MANN; STEWART apud MENDES, 2008; MONTARDO; ROCHA, 2005; SALES, 2012).

O anonimato possibilitado pela internet é pauta em muitas discussões a respeito de como realizar trabalhos netnográficos nas mídias virtuais, sobretudo questionando

a atuação do pesquisador, seus graus de inserção e implicações éticas, questões essas que sempre foram caras à etnografia. No tocante ao anonimato dos participantes este pode ser considerado vantajoso já que permite que narrativas individuais sobre violências, corrupção e outros assuntos sejam viabilizados, minimizando os possíveis riscos tanto para o/a respondente quanto para o/a pesquisador/ra. Por meio das ‘comunidades’ tem-se um acesso facilitado para identificar de maneira eficiente pessoas que partilham dos mesmos interesses ou grupos sociais. (MENDES, 2008).

Quando se trata da participação do pesquisador/a, segundo Suely Fragozo et al. (2011) há essencialmente *duas formas extremas* do pesquisar na rede em termos de seu grau de inserção: o silencioso (*lurker*) e o *insider*. Entre os dois tipos de participação do pesquisador há diferentes acentuadas. Pode-se ter uma netnografia com uma intensa participação até outra completamente não participante, meramente observacional (FREITAS et al., 2004; KOZINETS, 2002; POLIVANOV, 2013).

O primeiro “tipo” é uma prática denominada *lurking*³⁵, que em inglês significa “ficar à espreita” (BRAGA, 2006). Nesta o pesquisador apenas observa determinado grupo social, objetivando interferir o mínimo possível em suas práticas cotidianas (é consensual o entendimento de que uma não interferência de forma absoluta não é possível, considerando que sua presença, mesmo que não proclamada, afetará o objeto de estudo). Para Beatriz Polivanov (2013):

Tal prática seria característica do ciberespaço e através dela o ator não se manifesta, apenas

³⁵ De acordo com o dicionário *Michaelis Dicionário de Expressões Idiomáticas: inglês – português* (NASH; FERREIRA, 2008, p. 237), significa estar em um local sem ser visto, a espreita, escondido

dedicando-se à observação do comportamento dos outros. Em outras situações que não apenas a da pesquisa, tal comportamento pode se mostrar bastante útil como, por exemplo, quando um ator é novo em determinado ambiente e pretende apreender suas dinâmicas de funcionamento, valores e regras sociais antes de se manifestar. (POLIVANOV, 2013, p. 5).

Mantendo-se “invisível” o/a pesquisador/a pode coletar um grande número de material sem se preocupar com possíveis interferências do/no grupo, uma vez que o fato de se revelar pode provocar efeitos em seus comportamentos, enviando a rotina do mesmo, o que pode acontecer da mesma maneira com outras técnicas etnográficas que contam com a presença física. “É o anonimato do pesquisador que o permite espreitar o ambiente de comunicações online conduzindo uma verdadeira observação não obstrutiva” (DHOLAKIA; ZHANG, 2004, p.4).

A questão desse método não obstrutivo suscita dúvidas quanto à questão ética, para a antropóloga Andréia de Souza Martins (2013), uma vez que a ética de pesquisa pode ser uma das mais importantes diferenças entre a etnografia e a netnografia. Segunda a autora, os principais problemas éticos na netnografia dizem respeito à discussão que questiona se os espaços virtuais devem ser considerados públicos ou privados e, portanto, ao consentimento acerca da utilização das informações desses espaços. Questiona-se o uso de informações pessoais que, em alguns casos, não são fornecidas para e em sigilo aos/as pesquisadores/as, diferente da etnografia tradicional. Para Martins (2013, p. 25) “os informantes que originalmente criaram os dados que serão analisados não pretendiam,

necessariamente, utilizá-los como material para pesquisa”. Porém, os recursos teóricos e metodológicos que fundamentam a netnografia vêm sendo aprimorados, e hoje se encontram instruções sobre a citação de usuários/as e autores/as, como citá-los/as, o que considerar como representação ética netnográfica, quando requerer autorização e quando a autorização não é necessária (KOZINETS, 2002). No caso das Mídias Virtuais abertas ao público:

[...] a responsabilidade sobre o que está lá exposto é repassada diretamente para os próprios usuários. Desta forma, se a análise tomar lugar em uma Rede Social qualquer, o pesquisador está resguardados pela política da própria rede. No caso de grupos fechados e sites particulares, a permissão para publicar opiniões deve sempre ser concedida, principalmente aquelas obtidas em entrevistas privadas. (MARTINS, 2013, p. 25).

Esse entendimento de que apenas as informações publicadas em grupos fechados e sites particulares, que necessitam da autorização de seus criadores e/ou administrados para que outras pessoas possam circular nos espaços, exigem autorização dos mesmos para que possam ser utilizadas em fins de pesquisa é compartilhado por autores como Kozinets (2014) e Hine (2000). Sendo assim, a técnica *lurking* fica restrita aos ambientes virtuais cuja circulação não exige autorização prévia, como os blogs, que, portanto, são considerados espaços públicos não necessitando de autorização para o uso das informações encontradas. Adriana Braga (2006) ainda destaca que a

prática do pesquisador lurker poderia ser considerada efetivamente como participativa:

Então, lurking é participação? Sim, é participação, mas de um tipo especial (...) por reconhecer que, em termos de presença/ausência, a informação acerca da presença do/a observador/a no setting não está disponível às/aos demais participantes, embora a presença de lurkers possa ser inferida. (BRAGA, 2006, p. 5)

Polivanov (2013) sugere que o pesquisador observador (*lurker*) se quiser pode escolher identificar-se e informar aos participantes sobre a realização de sua pesquisa sem, no entanto, se manifestar dentro do grupo, tal como fez, por exemplo, Simone Pereira de Sá (2005). É uma escolha que depende, principalmente, das questões e objetivos que alicerçam cada pesquisa.

É preciso considerar, também, que os ambientes virtuais podem ser muito instáveis. Um/a blogueiro/a pode, por exemplo, abandonar seu blog por anos e voltar em outro tempo ou simplesmente nunca mais voltar e quando o ambiente virtual é a única maneira de contatar o autor isso impede que o pesquisador/a o faça. Pode acontecer, ainda, que o blogueiro/a daquele espaço disponibilize uma forma de contato que não utilize com frequência ou realmente não utilize, por exemplo, um e-mail que ele criou especificamente para esse fim, mas que por diversos motivos decidiu não mais utilizá-lo. A demora ou a ausência de respostas, mesmo que o blogueiro/a tenha recebido a solicitação do pesquisador/a, podem prejudicar significativamente o desenvolvimento do estudo, uma vez que há prazos rígidos de entrega dos resultados. Enfim, esses são apenas alguns exemplos das instabilidades

comunicativas do campo, entre tantos outros que podem impor ao pesquisador/a aderir à prática de *lurker*.

O outro “tipo” de prática que pode ser adotada pelo pesquisador é completamente oposto ao *lurker*, chamada de *insider*³⁶. Neste caso o pesquisador/a está inserido de maneira exposta no ambiente virtual ou tem ligações próximas com o objeto de estudo. O/A pesquisador/a dificilmente não apenas observa o grupo, ele interage de diversas maneiras. Há uma proximidade entre o pesquisador e os sujeitos observados (AMARAL et al., 2008; FRAGOSO et al., 2011; KOZINETS, 2014). Um dos problemas práticos apontados por Adriana Amaral et al. (2008) sobre o “pesquisador *insider*” é o fato de que os participantes de sua pesquisa podem tentar direcioná-lo, apresentando relatos confusos ou não condizentes de suas reais experiências. Para Kozinets (2014) os maiores desafios dessa prática são: a dificuldade em conseguir manter um olhar crítico e com o necessário distanciamento do que se pretende examinar; a possível falta de rigor metodológico e imparcialidade ao fazer o relato e descrição do campo e/ou objeto e o cuidado ao divulgar determinados relatos; e experiências que possam afetar o relacionamento do pesquisador com seus participantes. Considerados esses desafios, o modo *insider* da netnografia pode ser um instrumento bastante útil para determinadas pesquisas³⁷.

³⁶ De acordo com o dicionário Michaelis Dicionário de Expressões Idiomáticas: inglês – português (NASH; FERREIRA, 2008, p. 177), significa confidente, indivíduo reconhecido ou aceito como membro de um grupo, categoria ou organização.

³⁷ Bastante semelhante às práticas *lurking* e *inside*, Morton (2001) também propõe apenas duas técnicas possíveis para se conduzir a netnografia: o distante e o envolvido. Em síntese, a primeira – distante (*distanced research*) – considera a observação das interações sociais virtuais pelo pesquisador como não participante. O pesquisador coleta nos ambientes virtuais dados como textos, imagens e vídeos, sem “interferir” no ambiente. Já

A apropriação da linguagem virtual é um ponto fundamental na utilização da netnografia. Para compreender o ciberespaço é necessário compartilhar os códigos lingüísticos utilizados. Uma vez que “a linguagem utilizada no ciberespaço contém características peculiares, o internetês, o qual congrega um grupo de pessoas que, de posse desse saber, consegue agir no ciberespaço” (SALES, 2012, p.119). É como se a criação de uma linguagem própria, o “internetês” fosse uma estratégia para distinção das/dos internautas. O conjunto de códigos e regras informais que orientam o comportamento “apropriado” na utilização das mídias virtuais irá balizar o uso da linguagem virtual.

Para além de uma distinção de grupo, a linguagem atende a necessidade de garantir certa privacidade das conversas e informações, uma vez que, como estão na rede, podem ficar excessivamente expostas. A linguagem também atende a demanda por agilizar a comunicação. Há ainda outra função importante: como a comunicação é virtual, foi indispensável criar alguns ícones que tentam traduzir expressões e sentimentos como risos, amor, ciúmes, vergonha, irritação, desconfiança, além dos chamados *emoticons*, que são desenhos – alguns com animação – os quais, além de expressar sentimentos, divertem e enfeitam (SALES, 2012).

É interessante perceber, porém, que o internetês não está restrito apenas ao ciberespaço, ele se propagou nos últimos anos e já “transita em diferentes meios, se infiltra, circula em diversificados discursos, está presente no currículo escolar e pode ser visto em diversos artefatos culturais, como no cinema, nos jornais e nas histórias em quadrinhos³⁸” (SALES, 2012, p 119). A linguagem

no segundo tipo – envolvido (*discursive or communicative research*) o pesquisador tem uma atuação efetiva no ambiente virtual.

³⁸ Como exemplos, cito o filme “Os Estagiários/The Internship” (2013), comédia em torno do mundo da tecnologia, em que os

utilizada nas mídias virtuais é uma de suas mais significativas marcas. Para realizar a netnografia é necessário conhecer o desenvolvimento dessa linguagem híbrida que possui elementos gramáticos próprios, pois muitas vezes ela segue padrões quase incompreensíveis para aqueles que não fazem parte do meio, podendo chegar à dimensão do incompreensível e comprometer todo o estudo (KOZINETS, 2014; MONTARDO; PASSERINO, 2006).

Sobre a autenticidade das informações, é preciso aceitar a precariedade do que é dito nas mídias virtuais. Se, por um lado, os discursos produzidos no ciberespaço podem conter elementos da vida *off-line*, por outro também são repletos de fantasias, ficções e elementos criados por seus autores que, por diversas razões, não retratam suas experiências cotidianas no vivido *off-line*. Logo, ao utilizar a netnografia como instrumento não o faço com a pretensão de encontrar uma origem para determinado discurso. Muito menos minha intenção é identificar quem o produz, ao contrário, “trata-se de analisar por que aquilo é dito, daquela forma, em determinado tempo e contexto,

vendedores quarentões Billy (Vince Vaughn) e Nick (Owen Wilson) são demitidos de uma empresa de venda porta a porta de relógios de luxo, e se vêem obrigados a procurar novas alternativas de trabalho. Ambos resolvem desafiar suas carreiras atuando como estagiários em uma das empresas mais modernas e tecnológicas do planeta, o Google. Billy possui excelentes habilidades interpessoais porém sem nenhum conhecimento da linguagem virtual, logo sua nova chance no mercado de trabalho exige que se aproprie do “internetês. Outro exemplo está no Gibi do Cebolinha nº 221 (2004), criado pelo cartunista Maurício de Souza, a edição já apresenta na capa expressões do internetês: “BLZ?” e “:)!””. A primeira história dessa edição tem como título: “Cebolinha em Internetês!”. A aventura narra o estranhamento e desconhecimento do personagem acerca desse vocabulário específico. Ao longo da história, com a ajuda de seu amigo Cascão, ele vai aprendendo a se comunicar utilizando a nova linguagem.

interrogando sobre as ‘condições de existência’ do discurso” (SALES, 2012, p.125).

Sendo assim, não interessa buscar a veracidade ou autenticidade exata do que consta nas mídias virtuais. Não importa também ficar interrogando se o que está sendo divulgado é falso ou verdadeiro. Não convém ficar a caça de *fakes*³⁹ para desqualificá-los, denegri-los, delatá-los ou descartá-los. Afinal, na perspectiva pós-moderna, verdade e ficção, o eu e o/a outro/a “se diluem em um grande oceano sem barreiras, nem distinções” (HINE, 2000, p.16).

Além do domínio da linguagem específica, a pesquisa com a netnografia demanda certo grau de saber tecnológico e a habilidade em operar na interface ser humano-computador, “requer ainda o saber acerca da utilização das ferramentas disponíveis, dos caminhos mais eficientes, dos atalhos que agilizam a interação com o computador, dos recursos que possibilitam o maior acesso às informações” (SALES, 2012, p. 123). Porém, todo esse processo de adaptação e imersão no ciberespaço tende a potencializar um dos princípios netnográficos apontados por Hine (2000): a necessidade de se exercitar o estranhamento diante dessas práticas (ciber)culturais vividas e compartilhadas, para que se possa questionar os sentidos produzidos no ciberespaço.

Considerando tudo que foi explicitado anteriormente, elegi a netnografia como um caminho estratégico para me auxiliar neste estudo. Abaixo esboço meu percurso investigativo (nem sempre linear), uma vez que, embora suas etapas se desenvolveram hora de forma sequencial, em alguns momentos ocorreram de maneira simultânea.

³⁹ *Fakes* são os perfis fictícios, corresponde a aquele/a usuário/a que expõe o mínimo possível de si ou cria um perfil que não corresponda “verdadeiramente” a si.

Como procedimento inicial, para alcançar a aproximação ao campo de pesquisa e aos sujeitos, foi realizado um acompanhamento não participante. Adotei a técnica netnográfica *lurking* para o acompanhamento periódico de 10 blogs de/sobre homens transexuais. Esses primeiros passos da minha pesquisa configuraram uma etapa exploratória com o uso de anotações diárias de campo como pistas metodológicas. Entre maio de 2014 até agosto de 2015 as postagens dos blogs (os que ainda permaneciam ativos – cinco deles – e também os outros cinco, para verificar se o/a autor/a havia voltado a postar) foram acompanhadas semanalmente.

A partir daí foram mapeadas as ferramentas e o conteúdo dos blogs, bem como seus recursos e suas possibilidades de uso para depreender seu funcionamento. Afinal, a netnografia proporciona “observar detalhadamente as formas em que se experimenta o uso de uma tecnologia” (HINE, 2004). Ainda nos primeiros meses desta pesquisa, durante o período de observação “silenciosa” dos blogs, eu os visitava pelo menos duas vezes na semana e salvava as postagens com assuntos interessantes ou que tinham grande interação com os leitores, como as postagens que discutiam procedimentos médicos ou relatos pessoais sobre as vivências das modificações físicas e comportamentais pelo uso dos hormônios ou outras técnicas. Paralelamente eu registrei, em um arquivo pessoal, os principais temas recorrentes nas postagens. Nos próprios blogs elas às vezes eram agrupadas em categorias como “cirurgias”, “celebridades”, “comportamentos”, “relatos”. Esse procedimento foi de fundamental importância, pois, “estando às informações disponíveis na rede, tem-se a sensação primeira de que ela estará ali gravada, eternamente disponível, levando a se pensar, equivocadamente, que é dispensável o processo de registro” (SALES, 2012, p.123-124). O registro é constitutivo tanto da etnografia como da netnografia, e, sobretudo na segunda, deve-se cuidar, pois do mesmo

modo que as informações são publicadas na rede, algumas delas podem ser deletadas sem nenhum aviso prévio, exaltando assim a necessidade de salvar e arquivar as informações obtidas. Nos próximos blocos desta dissertação os principais registros serão apresentados e discutidos, mantendo o anonimato dos autores de todas as postagens citadas. Sendo assim, os doze blogs pesquisados foram numerados de 1 a 12, de modo que, todos os trechos que se referem ao BLOG 01 dizem respeito ao mesmo blog e o mesmo vale para os demais (BLOG 02, BLOG 03...). Alguns meses depois, já familiarizado com os blogs selecionados, foquei-me na observação das escritas de si feitas pelos/as blogueiros/as. Os resultados serão apresentados em seguida.

5. UM CAMPO, ALGUMAS EXPERIÊNCIAS E VÁRIOS DESDOBRAMENTOS

5.1 A publicização de si e a construção da intimidade nos blogs

*“O novo não está no que
é dito, mas no
acontecimento à sua
volta”*

Michel Foucault

Conforme dito anteriormente, os transhomens parecem ter encontrado nas mais diversas mídias virtuais um refúgio, um lugar para se socializar, para compartilhar suas dúvidas e certezas, dividir as suas experiências e para se autodescobrirem. Em mídias virtuais tais como blogs, canais do YouTube ou no facebook (em seus perfis, páginas ou grupos discussão), a troca das diversas experiências com aqueles que compartilham da existência trans ou apenas o mesmo interesse pelo universo particular dos transhomens parece representar um Oasis em meio à invisibilidade cotidiana. Conforme sinaliza Freitas (2014, p. 65), esses espaços possibilitam que suas vivências múltiplas, entrelaçadas por diferentes marcadores sociais, sejam exploradas e possam ser testadas e experienciadas.

Semanalmente eu acessava os blogs, sempre que possível diariamente com um período de imersão de aproximadamente duas horas. Devido à grande quantidade de informação eu senti a necessidade de utilizar um diário de campo. Meu diário de campo foi completamente *on-line*. Em minhas leituras e “passeios” pelos blogs eu realizava um *print*⁴⁰ nas postagens que porventura pudesse

⁴⁰ O *print screen* é uma tecla comum nos teclados que serve para capturar a imagem da tela do seu computador. A tecla costuma ser identificada no teclado por "Prt Sc". Para enviar essa imagem

querer revisitar e/ou utilizar para compor a dissertação futuramente. Ao mesmo tempo essa captura de informações servia como uma cópia de segurança caso o blog fosse desativado, a postagem apagada ou qualquer outra situação que incumbisse na perda daquela informação. Esses recortes eram guardados em pastas no meu computador, separados por temáticas e acompanhados por anotações minhas escritas e salvas em blocos de notas. A categorização que apresento a seguir é uma tentativa de organização das informações, uma vez que nos próprios blogs os assuntos recorrentes são agrupados por palavras-chaves ao final das postagens para facilitar a apresentação das temáticas mais expostas e discutidas por eles. É uma categorização que privilegia e agrupa aquilo que mais se repete, temáticas e posicionamentos que aparecem com certa frequência nos diferentes blogs e diferentes postagens. Esses ambientes embora já explorados por outros investigadores (ALMEIDA, 2012; ÁVILA, 2015; FREITAS, 2014; NERY; MARANHÃO FILHO, 2013) são abastados em informações sobre essa população, logo, seja para corroborar ou apresentar novos achados, apresentarei a categorização que fiz juntamente com minhas impressões em uma tentativa de nos aproximar e compreender um pouco da experiência dos transhomens nos blogs.

A) Apresentação e história de vida

Como os transhomens apresentam-se nos blogs? Embora não seja uma inverdade dizer que os blogs são utilizados principalmente como diários íntimos online, essa não é sua única utilização. A blogosfera é bastante

capturada, você deve utilizar algum programa que suporte imagens, por exemplo, o *Paint* que já vem instalado no Windows.

heterogênea e entre tantas possibilidades podemos encontrar, por exemplo, blogs organizacionais, educacionais ou ainda dedicados ao compartilhamento de informações específicas de um ídolo. No entanto, encontrei na maioria dos blogs pesquisados características autobiográficas, mesmo naqueles em que o foco é mais informativo ou político. É bastante evidente o interesse dos transhomens em escrever sobre si e sobre suas experiências particulares. Nesse processo eles escolhem palavras para descreverem a si e suas emoções, sobre a sua percepção do lugar que ocupam na sociedade, o que parece ter um efeito de ajuda para essas pessoas, uma vez que o blog possibilita organizar de forma coerente sua história e entender suas próprias experiências, atuando paralelamente como um espaço de aprendizagem, socialização e compartilhamento.

A escrita de si nos blogs parece funcionar como um pedido para comunicar o que se apresenta como incomunicável. Como se os transhomens estivessem à procura de um espaço para existir; e ali encontram "um ponto de ancoragem". A seguir estão dois trechos para exemplificar o que foi encontrado:

"...não escolhi me sentir menino mesmo tendo nascido num corpo de menina, não escolhi a minha vida toda querer refletir no espelho uma imagem masculina que habitava na minha mente. Essa, foi uma decisão e uma seleção da natureza, por um motivo que infelizmente não sei dizer qual..."
(*'BLOG 02' em cabeçalho de apresentação*).

"Imagine acordar e não ser mais o 'João'. Que desespero seria estar vivendo em um corpo que não é

seu. Pois eu acordo todo dia sabendo que aquele corpo não é o meu. Pra ser o Marcelo, preciso dizer que sou o Marcelo; você nasceu e já era o 'João'. Eu tive que viver muito tempo até fazer nascer o Marcelo. Aliás, eu nem pude nascer, não tive essa oportunidade. Eu tive que me construir. Tive que pegar os pedaços de tudo aquilo que me torna quem eu sou e me fazer Marcelo. Bom, talvez eu sempre tenha sido Marcelo, mas não ser reconhecido como tal, esse é o problema. Eu até já sei o que sou, mas parece que todo dia tenho que nascer de novo e ficar confirmando quem sou eu. É um processo de afirmação diário, uma construção lenta do meu verdadeiro eu. Mas cada dia me encontro mais, cada dia sou um pouco mais do Marcelo Caetano" ('BLOG 04' em postagem no ano de 2010).

Esses relatos descritivos quase sempre aparecem expostos em postagens iniciais de criação do blog ou em outro momento em resposta à pergunta subentendida - quem sou eu? - atuando como uma auto-análise e contribuindo para o conhecimento de si. Esses trechos acompanham postagens mais extensas onde o/a blogueiro/a narra como “descobriu-se” trans, sua história de vida com alguns detalhes e quais foram seus primeiros passos na vida trans.

Um fato interessante é que suas histórias são contadas a partir do momento em que se perceberam como homens ou a partir do momento em que iniciaram as mudanças com o tratamento hormonal e/ou cirurgias. O

período anterior não é mencionado ou quando o fazem é contado de maneira muito breve. Conforme evidenciado por Freitas (2014):

Os períodos anteriores à identificação como homens, muitas vezes são descritos como tempos de reclusão, ansiedade, revolta e até depressão, consequências diretas de muitas cobranças para apresentar um comportamento e uma imagem mais coerentes com um corpo designado como feminino. (FREITAS, 2014, p. 67).

Essas apresentações acompanhadas de fragmentos contados da sua história de vida parecem ter como uma de suas finalidades “se afirmar” como homem. Há um significativo esforço hora explícito, hora implícito de desvincular-se das características entendidas como femininas. Isso pode ser observado, por exemplo, em postagens que buscam esclarecer que transhomens não são mulheres, em um esforço aparentemente permanente e exaustivo.

"Um homem trans, ou FTM, ou transhomem não é uma lésbica, não é uma mulher e não tem nenhuma característica feminina. Nós somos homens como os outros homens, não importa se ainda não tiramos os seios. Sou homem por dentro desde o dia que nasci e a coisa que mais me dói é ainda ser confundido com uma mulher ou ser chamado de lésbica, sapatão, masculinizada..." ('BLOG 11' em postagem no ano de 2010).

O caráter “educativo” aparece em diversas postagens, como a postagem “Tudo sobre Transexualidade”, de 2010, do ‘BLOG 05’, onde o blogueiro/a apresenta uma longa explicação e diferenciação da transexualidade de outras categorias identitárias como a intersexualidade, a travestilidade e a homossexualidade. Verifica-se também um esforço para desfazer a “confusão” entre ser lésbica e ser transhomem, como na postagem “Tão lésbica que parece homem”, realizada em 2013, no ‘BLOG 08’. Uma “confusão” antiga que foi meticulosamente produzida pelos discursos normalizadores. Eles também apresentam definições sobre a categoria transhomens:

"Para quem não sabe, homens trans são pessoas que foram designadas mulheres ao nascer, mas que se identificam com o gênero masculino e que se definem homens. Muitos passam por cirurgias como a mastectomia masculinizadora ou a faloplastia, mas não são os procedimentos cirúrgicos que definem quem é homem trans. É a autodefinição" ('BLOG 12' em postagem no ano de 2015).

Ainda em meio à apresentação de si encontramos uma curiosidade: a maioria deles relata ter buscado por informações sobre sua condição na internet, dando ênfase no quanto esta foi importante no seu processo de reconhecimento:

"Olá. Eu sou um brasileiro que está morando no Reino Unido. Eu

sou transexual female-to-male (FTM, homem transexual) e iniciei o tratamento hormonal há cerca de três anos atrás. No Reino Unido, eu tive acesso a várias informações sobre transexualismo e as diversas formas de tratamento existentes. Criei este website para divulgar mais informações sobre transexualismo no Brasil. Para mim a internet foi o principal recurso que ajudou a me descobrir, por isso acho importante dividir o que aprendi aqui. " ('BLOG 10' em postagem de apresentação no ano de 2013).

A internet, para alguns deles, foi o primeiro espaço onde puderam experimentar ser “verdadeiramente” como são, expressar como se sentem, dizer o que pensam, apresentar-se à sua maneira. O enlace com os blogs é uma forma de comunicação, sobretudo com seus pares, encontrada pelo transhomem, no momento de passagem e de construção de si mesmo, em que ele estaria buscando dar conta de questões sobre sua própria existência.

B) Família e Sociedade

Podemos encontrar nos blogs postagens inteiras dedicadas a suas famílias. Os relatos que encontrei abordam principalmente o – quase sempre – difícil processo de compartilhar com os familiares mais próximos e com a família ampliada a sua condição transexual. Descrevem em etapas o processo de maturação do desejo de compartilhar o seu “segredo”, bem como o medo da rejeição e das consequências dessa revelação. Nas entrelinhas, quando não está escrito claramente, é possível

perceber a esperança que antecede a revelação, quase como um grito de socorro à espera de encontrar naqueles entes mais queridos o apoio e o suporte para superar suas dúvidas e dificuldades:

"Sempre achei que tinha nascido num corpo errado, mas não sabia o nome. Gostava de carrinho, de ser o pai nas brincadeiras de casinha, ficava sem camisa e sempre dizia, quando rolava alguma dúvida, que o meu nome é Alan. Teve até uma vez que a gente foi para a praia e que eu falei para minha irmã e primos me tratarem como Alan, e foi assim durante a viagem inteira. Mas quando fui entendendo o que estava acontecendo, me senti sozinho, sem ninguém na minha família que visse o que estava acontecendo comigo" (Comentário anônimo em postagem do 'BLOG 01' no ano de 2012).

No entanto, o apoio familiar é apontado como algo incomum. Uma parte desses relatos aponta que a confusão básica que se faz entre orientação sexual e identidade de gênero ainda persiste, e alguns pais seguem achando que sua filha é homossexual:

"Confesso a vocês que namorei meninos, tudo por causa de meu pai, que não admitia jamais o caso de eu ser "sapatão" era assim que eu era chamado por minha família e as pessoas de fora. Confesso de coração aberto que me arrependo muito de ter tido contato e me relacionado com homens, isso é

algo que me deixa destruído por dentro. Queria muito ter enfrentado meu pai, ter tido a coragem de nunca ter me submetido a suas ameaças, e nunca na vida ter dado um bjo sequer em um homem. A covardia faz de uma pessoa no futuro carregar com sigio mesma o fracasso e o arrependimento." ('BLOG 05' em postagem no ano de 2010).

Em diversos casos, a família seja por falta de entendimento e informação, por convicções religiosas ou por qualquer outro motivo aparece como protagonista por realizar uma série de violências, as quais são contadas com muito pesar nos blogs:

"Vivendo com minha família, não posso assumir minha identidade masculina e fico preso numa roupa que não é minha. Não sei nem o que dizer, quando o real problema é que eu nem sei o que ser. Aliás, eu sei o que ser, só não sei como. Não posso ser no meu dia-a-dia, pois nele estou com a minha família e eles simplesmente não admitem minha transexualidade. Então, como ser Marcelo em outros espaços?? Ainda não descobri." ('BLOG 04' em postagem no ano de 2010).

"não imagina o quanto minha família sofreria com o que pra mim seria um desaprisionamento. Tudo era tão bom que eu não conseguia fazer conexão alguma com dor ou sofrimento, mas além deles vierão

também os preconceitos, os julgamentos, a rejeição, o afastamento... e eu comecei a perceber que haveria de pagar um preço" ('BLOG 02' em postagem no ano de 2010).

São relatos bastante íntimos sobre diversas situações de opressão e agressão intrafamiliar. Contam, por exemplo, que os pais se recusam a andar com eles nas ruas ou a chamá-los pelo nome escolhido, além das ameaças de violência física. Em suas reflexões e tentativas de entender o porquê isso acontece, alguns marcam as crenças religiosas dos pais como uma das principais causas.

Alguns efeitos podem ser observados em depoimentos que declaram sentimentos de culpa, por terem “nascido diferente” e sentimentos de vergonha do próprio corpo, da sua maneira de ser e dos seus desejos e vontades. Apesar de haver relatos afirmando que apenas com o distanciamento da família poderiam ser quem “verdadeiramente” são e investir no processo de transição, outros apontam necessitar do apoio familiar para se engajarem nesse processo. O desejo de modificar o corpo e/ou a aparência entra em conflito com o medo da rejeição e rompimento dos laços familiares, sobretudo, com os pais e irmãos, tornando esta uma decisão ainda mais difícil.

"[...] ultimamente venho me sentido muito mal. Pois sinto que não progredi em nada --, vários outros amigos meus [ftm's] já fizeram até cirurgia e eu no momento só luto praq meus professores aceitem eu escrever meu nome social nas provas ... pois aqui onde moro não tem nada que me ajude a isso ou seja, dependo da boa vontade dos meus

professores, isso é uma merda ><.Mas também não tenho emprego, só estudo, dependendo e muito dos meus pais ,...ah meus pais eles são uma história complicada também... a única pessoa que tenta me entender é minha irmã ,mas no momento ela está morando em outro estado. Ainda tem os meus amigos... e amigas que vem com essas: "a somos meninas" em incluindo" ('BLOG 03' em postagem no ano de 2012).

A escola, ambiente onde eles têm o primeiro contato social sem a proteção da família, quando citada, aparece de maneira muito breve e deixa a impressão de ser lembrada como um período “difícil”, “confuso” e “doloroso”, conforme ilustrou o trecho acima. As piadas dos colegas, o uso do nome feminino na hora da chamada, entre outras coisas, aparecem como uma lembrança sofrida, uma fase que querem esquecer, deixar para trás. Questões como a utilização dos banheiros e as brincadeiras divididas dicotomicamente entre os gêneros eram sempre um “problema” diário a ser enfrentado:

"No primeiro dia de aula, fui parar na fila dos meninos. Eu não entendia por que meu lugar era junto às meninas. A escola, aliás, foi o principal palco do descompasso com o corpo nos primeiros anos. Nas aulas de educação física, a menina queria compor o time de futebol – exclusividade masculina. Era difícil até mesmo ir ao banheiro: a qual eu deveria ir?... O drama do

personagem bipartido cresceu à medida que seu corpo se desenvolvia. A partir da adolescência, com as mudanças próprias da fase, tudo se complicou." ('BLOG 01' em postagem no ano de 2011 que narrava um pouco da história de Xande, o primeiro transhomem do país a realizar cirurgias de mudança de sexo custeada pelo Sistema Único de Saúde).

Quase todo convívio social que “exige tornar público” aquilo que ainda é ou era restrito a um grupo de pessoas é lembrado como uma batalha difícil. Por volta do início da vida adulta, outro problema parece ser compartilhado pelos transhomens: a dificuldade de se colocar no mercado de trabalho. Os trechos a seguir exemplificam um pouco o porquê dessa dificuldade:

"[...] pensei a sair distribuindo (via online) currículos. O que deveria ser a coisa mais normal do mundo, maaaaaas por ser transgênero isso não é. O que fazer? Que nome botar? É falsidade ideológica colocar o nome social? Eu estou lutando pelos meus direito ao colocar o nome social, o que poderia ter de errado nisso? Quero já entrar lá como homem, nada de nome feminino. Recebi um voto a favor e um contra. Eu entendo, ou tento, os dois. Mas o que de fato é o certo? E o certo perante a lei? Eu fiquei martirizando muito isso na cabeça. Eu queria muito colocar Guilherme, é um grande passo pra mim fazer isso com essa parte da

*minha identidade, dar a ela de fato uma forma no mundo real, e não só na minha cabeça, ou com meus amigos. Consultei alguém de fato experiência em leis, que me disse que sim, isso é falsidade ideológica, perante o fato de não existir nenhum Guilherme Daguir no mundo com RG e CPF, e que isso poderia vir a me causar muitos problemas. Fiquei bem chateado, sério, eu mal uso Guilherme, e agora ia ser realmente algo "social" que eu iria poder usar. Mas pensei, pesquisei e tomei uma decisão, bem comum a minha concepção de justiça. Enviei sim, currículos com nome de Guilherme, e f*da-se, se convocado, aparecerei lá como tal. E claro com relação a documentos é que de fato terei de explicar, mas vou fazer não só porque sou trans, mas porque sou eu, e pela minha honra psicológica haha, eu lutarei ao menos. Mesmo sabendo que isso vai ser meio complicado, na profissão de designer geralmente as pessoas são compreensivas" ('BLOG 11' em postagem no ano de 2013).*

"Preciso apresentar-me com roupas formais. É a minha vez de ser entrevistado. Eles chamam um nome de mulher e, então, apareço eu, bem vestido e penteado, mas de terno e gravata. Quais seriam as minhas chances reais de conseguir a vaga? Sejamos sinceros: quase nulas! Entristeço-me, mas parece

ser a verdade." ('BLOG 04' em postagem no ano de 2011).

As situações acima buscam elucidar o quão difícil pode ser conseguir um emprego quando se tem uma aparência masculina e um nome feminino na sua carteira de identidade. O uso do nome social⁴¹ é apontado como um problema não só na escola e no mercado trabalho, mas também em outra série de situações cotidianas como ir ao médico, abrir uma conta bancária ou apresentar-se em qualquer estabelecimento que peça seu RG para liberar a sua entrada. Nessas situações eles, constrangedoramente, precisam contar a sua vida inteira para a atendente. Essas experiências discriminatórias também foram evidenciadas por Almeida (2012):

Em suas narrativas, há frequentes experiências de discriminação compostas de marcos, como a rejeição do lugar outorgado pelo binarismo de gênero (baseado na leitura inicial de sua genitália) e por experiências sociais variadas de sexismo e homofobia em decorrência dessa rejeição (ainda na infância e prolongando-se na idade adulta). Essas experiências e marcos culminam na decisão de, em algum momento da vida, reclamar a identidade masculina. Tal decisão é associada não só à possibilidade de obtenção de conforto psíquico, mas de respeito e reconhecimento social. (ALMEIDA, 2012, p. 517).

⁴¹ Nome pelo qual a pessoa deseja ser reconhecida e chamada.

As postagens que contam sobre as situações de preconceitos e violências vivenciadas em geral são postagens acompanhadas por um grande número de comentários dos leitores:

"O homem disse que eu deveria usar o banheiro feminino porque tenho "boceta". Eu disse que ia usar o banheiro que eu quisesse e entrei. Assim que atravessei a porta senti algo me puxando pela camisa. Ele olhou pra mim e disse que eu não iria usar a "porra do banheiro " porque eu sou "sapatão". Tentei me afastar, ele tentou me acertar. Outros caras que estavam na fila tentaram tirar o homem de cima de mim, minha camiseta rasgou, justamente no peito, deixando-o a faixa que uso para comprimir os seios à mostra" (Transhomem relata confusão e agressão ao ir ao banheiro masculino em clube em entrevista ao 'BLOG 12' no ano de 2015).

Nos comentários podemos encontrar, sobretudo, mensagens de apoio e solidariedade. É comum os leitores encorajarem o/a blogueiro/a, ou no caso do trecho acima, a procurar por ajuda e alguns compartilham suas vivências semelhantes contando como fizeram para superar aquela experiência. Esse apoio dos pares parece ser muito bem vindo e importante, uma vez que, não raras às vezes, o/a blogueiro/a responde atenciosamente a cada um dos comentários.

C) Corpo e Comportamento

Um grande número de postagens é dedicado às intervenções no corpo, como tratamentos hormonais e cirurgias, e também sobre as mudanças no comportamento, como a maneira de se vestir. As informações sobre as cirurgias de mastectomia e histerectomia, por exemplo, são certamente uma das temáticas mais frequentes nesses espaços, embora as intervenções cirúrgicas não sejam um desejo compartilhado por todos.

Os discursos (re)produzidos nos blogs, principalmente quando acompanham essas postagens, deixam bastante evidente a influência do discurso biomédico ao utilizar termos como “transtorno de identidades de gênero”, “disforia de gênero”, “nascimento em um corpo errado” ou “sexo biológico” para falar de si, sobre as suas experiências ou sobre a transexualidade. Como mostra o trecho abaixo:

"[...] sinto que seja necessário explicar o que é ser transexual. Acredito que existam todos os tipos de pessoas no mundo e que por diferentes motivos, históricos ou aparente necessidades as pessoas escolhem caminhos em suas vidas, devo dizer que ser transexual pode sim ser uma escolha, mas ter o que alguns chamam de disforia de gênero ou crise de identidade de gênero, não é uma escolha." ('BLOG 02' em postagem no ano de 2010).

Em algumas dessas postagens são colocados conceitos e informações explicativas sobre o que seria transexualidade, transtorno de identidade de gênero e/ou disforia de gênero. No entanto elas aparecem na maior parte das vezes desacompanhadas de uma discussão ou reflexão sobre os efeitos do diagnóstico ou sobre a

despatologização, por exemplo. Quando as críticas surgem, elas aparecem timidamente, por exemplo como no trecho a seguir, sinalizada pelo uso das aspas:

"Os problemas emocionais que os transexuais apresentam são muito mais decorrentes da transfobia que sofrem do que da transexualidade em si. Não temos nenhuma autonomia para decidirmos o que queremos ser. Temos que representar, para acertarmos o "diagnóstico" que o terapeuta imagina ser um transtornado de gênero. E, apesar de ver a "cura" nas cirurgias, só nos oferecem quatro sedes do SUS no Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia). Acumulam-se filas enormes, sem dar assistência total, como financiar hormônios, próteses e eletrólises. Funcionam com equipes incompletas e também não atendem às travestis, obrigando-as ao mortífero silicone industrial." ('BLOG 06' em postagem no ano de 2012).

Hoje as cirurgias não são mais uma condição fundamental que designa quem é ou não um transhomem, visto que a "construção do gênero ou os processos identificatórios são muito mais complexos do que a cirurgia" (ÁRAN, 2010, p. 276). Mesmo assim informações sobre estas são amplamente divulgadas. A mastectomia aparece como a intervenção cirúrgica mais desejada, conforme exemplificam os trechos abaixo:

"Hoje aos meus 25 anos estou fazendo meu tratamento, com um

psicólogo que trata de transexualismo no caso "Disforia de Gênero" como é chamado. E estou muito feliz por tudo isso, e espero que corra tudo bem e eu possa fazer minha cirurgia de "mastectomia", e sem falar nos hormônios masculinos. Quero muito começar está nova fase de minha vida, e enfim poder andar de mãos dadas com minha esposa poder tirar a camisa em dias de calor, não precisa mais usar cintas de compressão." ('BLOG 05' em postagem no ano de 2010).

"Comprei uma barra de exercícios essa semana... Agora que estou bem com flexões, talvez esse seja o ultimo investimento do ano todo @.@' Agora só economizando pra cirurgia pra tirar 'os entrusos'." ('BLOG 09' em postagem do ano de 2012).

Talvez por isso seja bastante comum o compartilhamento da sua experiência por parte daqueles que já realizaram esta cirurgia ou o compartilhamento da historia de outras pessoas (internacionais e nacionais) que já a realizaram. Eles expõem fotos das cicatrizes e do resultado final, contam detalhes de todo o processo desde a tomada de decisão, o primeiro contato com o médico até os cuidados pré e pós-cirúrgicos.

A utilização dos hormônios pode ser considerada como a segunda temática mais recorrente. São postagens que abordam as modificações corporais alcançadas por meio da hormonização por testosterona, da acessibilidade e dos riscos do uso inadequado. Assim como acontece com as cirurgias de mastectomia, essas informações às vezes

aparecem acompanhadas de relatos pessoais ou de reportagens sobre outras pessoas que de alguma maneira expuseram ou tiveram expostas suas histórias em alguma mídia. São recorrentes as postagens informativas e alertas sobre o uso inadequado dos mesmos, conforme exemplifica o trecho abaixo:

"Antes de começar o tratamento hormonal, é importante realizar testes para checar os níveis de hormônios no sangue, a funcionalidade do fígado, níveis de lipídeos, glicose, pressão sanguínea, contagem de células vermelhas, brancas e plaquetas. Isto é importante para evitar que quaisquer problemas de saúde pré-existente sejam despertados ou piorados devido ao tratamento hormonal. Acompanhamento médico e psicológico são imprescindíveis ao se realizar tratamento hormonal. Auto-medicação pode causar sérios efeitos colaterais, que podem inibir os efeitos desejados e até levar a morte." ('BLOG 05' em postagem do ano de 2010).

As mudanças alcançadas com a utilização dos hormônios, marcadas pelo surgimento de pêlos, desenvolvimento de músculos, diminuição da taxa de gordura no corpo e alteração de voz, são contempladas e contadas como uma conquista. Essas mudanças, principalmente o processo de crescimento dos pelos, são ilustradas por fotos. Há também descrições dos seus sentimentos, em geral, de alívio por conseguir “colaborar para que a natureza encontrasse seu caminho” (Comentário de um leitor em postagem no ano de 2010 no Blog ‘BLOG

02'). As postagens e os comentários também se dedicam a esclarecer dúvidas sobre como e onde comprar, a obtenção de receitas médicas e como utilizar (dosagem, frequência). Há também um número expressivo, principalmente nos comentários, de relatos sobre a dificuldade de obter as receitas e os hormônios:

"Parece uma corda sem fim, sem ponta, sei lá. O farmacêutico não me vende os hormônios sem receita (minha tia até tentou com um conhecido mais ele voltou atrás), o médico não da receita sem passar pelo psiquiatra, o psiquiatra precisa ter certeza do diagnóstico. E a minha certeza? Eu só quero os hormônios para seguir com a minha vida" (Comentário em postagem do 'BLOG 04' no ano de 2010).

Segundo João W. Nery e Icaro B. Gaspodini (2014) dificuldades como necessitarem de receita, e muitos endocrinologistas exigirem o laudo psiquiátrico atestando a transexualidade são o que induz os transhomens a iniciar o tratamento hormonal por conta própria. Consequentemente algumas mídias virtuais são utilizadas para troca de informação e contatos a respeito do mercado informal.

Nery e Gaspodini (2014) afirmam que as primeiras mudanças se dão com o corte do cabelo e alteração no vestuário. Logo, essas estratégias que são os primeiros passos para se aproximarem da aparência do gênero masculino também ganham espaço nas postagens dos blogs:

"[...] como ter uma aparência mais masculina? Roupas podem ser uma

questão difícil para alguns, devido ao tamanho das vestimentas masculinas, mesmo os tamanhos menores podem ficar grandes. Nesses casos a saída pode ser usar roupas infantis, que hoje na sua maioria imitam as de adulto ou fazer sob medida. Independente da estatura da pessoa, o ideal são roupas largas e camisas para fora da calça sempre que possível. Isso ajuda a disfarçar o quadril, mesmo que pouco, e as formas ainda arredondadas. Tenha bom senso, largas, mas o suficiente, nada em excesso ajuda. Você não deve parecer um palhaço, ou que pegou as roupas de alguém, o objetivo é ser mais um e não se sobressair. O cabelo é algo muito pessoal, mas um corte mais curto evidencia mais os traços, marcando mais a linha do queixo e adjacências. Tudo depende do gosto e do formato da face. Tome apenas cuidado para não deixar seu rosto mais redondo. Disfarce: homens costumam ter o rosto mais definido e esguio." ('BLOG 05' em postagem do ano de 2010).

Essas postagens são acompanhadas por fotos e relatos de satisfação com o resultado. É comum a presença de links que remetem a produtos como próteses penianas e coletes para esconder as mamas. Nos blogs também há espaço para dar conselhos de comportamentos reconhecidos socialmente como masculinos, como maneira de andar e falar. Os relatos deixam claro que essa adesão às performances daquilo que se entende socialmente como comportamento masculino parece alcançar seu auge

quando a condição anterior às modificações comportamentais não são mais percebidas e/ou mencionadas, sendo reconhecidos como homens.

Quando Butler (2010, 2003a) utiliza o conceito de performatividade, para argumentar que os gêneros são produtos performativos, ela está afirmando que os gêneros também passam pelo crivo do tornar-se. Para a autora somos frutos do discurso que formatam nossos corpos. Assim, o gênero é edificado por meio dos atos reiterativos que os (con)formam. As performatividades de gênero são repetidas constantemente. Mencionados e remencionados nos mais diferentes contextos e circunstâncias; no âmbito da família, da escola, da medicina; na mídia, em toda sua gama de possibilidades; nas regulamentações da justiça ou da religião. No entanto, não alcançam sempre os mesmos resultados. A falha, que é intrínseca às performances, pode ser produtiva. É na fissura da falha, na impossibilidade de reproduzir que habita o espaço para a ressignificação e para a subversão dos gêneros e da sexualidade (BUTLER, 2010).

Os exercícios físicos, principalmente a musculação também ganham certo destaque como estratégia para atingir a masculinização. Os exercícios físicos e a tonificação dos músculos aparecem como uma técnica capaz de criar corpos de “homens”, mas também como mecanismos que possibilitam uma maior inserção no “mundo masculino”. Há relatos de constrangimentos em malhar em academia, entre outros motivos, em virtude da dificuldade de esconder as mamas mesmo com a utilização dos binders e/ou devido à utilização do nome social.

A fim de evitar tais situações alguns deles relatam realizar os exercícios físicos em casa. Por outro lado, em alguns comentários, em um número menor, alguns deles apontam que a musculação como uma técnica para “masculinizar” o corpo não é um mecanismo utilizado por todos os transhomens:

"Meu único interesse é retirar os intrusos. Não quero ficar sarado, odeio musculação. Aliás acho que muitos outros FTM também não curtem. Conheço um montão fora de forma, bem gordinhos até. O homem em mim está de dentro para fora. Do lado de fora só o que me incomoda são os peitos, nem a minha vagina é problema. Afinal, como já disse Valesca Popozuda 'My Pussy é o Poder'." (Comentário de um leitor anônimo do 'BLOG 07' em postagem do ano de 2015).

Aliás é importante assinalar que nem todos os processos de mudanças aqui descritos são desejados por todos os transhomens.

D) Denúncias e reivindicações de direitos

Os blogs também são utilizados como um espaço para realizar denúncias e reivindicar direitos. Uma das lutas cotidianas relatadas nas postagens é a luta pelo uso do nome social. Nas postagens encontramos o reconhecimento e as críticas em relação às limitações do seu uso. O problema é relatado como algo que se arrasta por anos, a começar pela própria família que às vezes se recusa a chamar pelo nome escolhido, negando-lhes o direito do uso do nome social, a passar pela escola, pelo ambiente de trabalho, no atendimento nas áreas da saúde, no atendimento pelos profissionais de segurança pública e assim sucessivamente. Neste sentido os blogs são utilizados para a troca não só das experiências vividas, mas também para compartilhar e receber informações, por

exemplo, sobre as dificuldades de alcance da mudança de registro civil.

Eles reivindicam e questionam a falta de uma legislação específica que garanta seus direitos civis, uma vez que não há lei que garanta o uso do nome social em todos os estados brasileiros e as diversas normas que dispõem sobre o uso do nome social são setorizadas e restritas a instituições da esfera pública, as quais, na prática, nem sempre são exercidas como deveriam. Essa é apenas uma das demandas específicas da população trans que não é contemplada pela legislação atual do Brasil, e não rara às vezes são compartilhados nos blogs, em postagens e/ou em comentários, relatos sobre a necessidade de recorrer judicialmente para garantir a adequação de seu nome ao gênero:

"[...] eu sinceramente não entendo qual a dificuldade de me chamar pelo nome que eu escolhi. Se o Edson Arantes do Nascimento escolheu ser chamado de Pelé e a Maria da Graça Meneghel escolheu ser chamada de Xuxa e todo mundo respeita, qual o problema de respeitar que eu queira ser chamado de Daniel? É um absurdo que eu tenha que gastar o dinheiro que não tenho com um advogado para que eu consiga isso. Sem falar que não é qualquer advogado que aceita o caso, pelo menos não aqui na minha cidade." (Comentário em postagem do 'BLOG 11' no ano de 2014).

Como pude observar em campo, muitas queixas descrevem o despreparo dos profissionais, principalmente das áreas da saúde, para atender a população trans. As

queixas vão além do problema em relação ao respeito do uso do nome social, eles contam que muitas vezes são recebidos com curiosidade ou espanto, parecendo representar que a população trans é completamente inexistente nesses espaços:

"As pessoas não foram os únicos obstáculos, os sistemas, as leis, a medicina, os órgãos públicos... alguns parecem ignorar a existência do homem transexual, ou reúnem meias informações e formam conceitos errados sobre nós. Precisei enfrentar cada uma dessas barreiras com a força da minha vontade de viver, impulsionando, pressionando, doando a energia que me mantinha nessa luta." ('BLOG 02' em postagem no ano de 2010).

Descrevem situações onde não se sentem ouvidos ou compreendidos, e por conta disso alguns dizem sentirem-se ainda mais discriminados e solitários. Essa reivindicação por visibilidade das experiências e demandas da população transhomem nas escritas de alguns é um pouco contraditória, pois a invisibilidade pública também é defendida por eles em postagens e comentários que aconselham que se for possível obter as mudanças de transição por “conta própria”, é preferível manter tudo em segredo para ter uma maior autonomia. Outras vezes “viver uma vida de mentira” é apontada como única opção:

"O transexual vive uma mentira, querendo ou não, é isso que acontece. Até que seja reconhecido socialmente pelo gênero com o qual se identifica, seu nome, sua aparência, seu comportamento, é tudo uma mentira. Assim sendo,

não comentamos sobre a verdade: precisamos preservar a mentira em que vivemos para que ela seja 'comprada' e assim possamos viver da forma que desejamos até que as coisas se ajustem." ('BLOG 04' em postagem no ano de 2011).

Esse conflito de manter-se visível ou invisível também foi evidenciado por Freitas (2014) e Almeida (2012). Almeida (2012) ainda afirma:

Por esse motivo, não sei se homens trans desejam comunidades reais e muito menos formar grupos políticos, ou se a necessidade de encontrar pares se basta nesses encontros pontuais e/ou virtuais de socialização. É possível que o desejo predominante seja de fato o de sumir na multidão, o 'direito à indiferença'. Esse é facilitado pelo fato de que o passing, como dito, é obtido com facilidade. O fato de o público não saber, por um lado, possibilita práticas de camuflagem social que favorecem o conforto e o acesso individual a direitos. Por outro lado, principalmente na visão do ativismo, isso prejudica a luta coletiva, inviabiliza o reclame por direitos. (ALMEIDA, 2012, p. 519).

Essa ambiguidade e/ou divergência de opiniões aparece em muitas postagens. Há aqueles que defendem a invisibilidade e há outros que discursam sobre a importância de se fazerem visíveis, convidando (convocando) aos pares para “lutarem pelo grupo”,

participarem de movimentos e da militância, justificando que é preciso união para reforçar a luta pelos direitos exigidos entendendo que somente juntos podem conseguir e garantir avanços necessários. Utilizam argumentos como apontar que o uso de nome social no SUS e em algumas instituições de ensino só foi conquistado por meio da luta dos movimentos militantes e suas articulações com os governos locais e nacionais para realizar tais conquistas. Outros apontam que a falta de informação por parte da sociedade em geral é um dos maiores obstáculos a serem enfrentados, embora reconheçam alguns avanços:

"Infelizmente a sociedade brasileira não é muito bem informada com relação ao transexualismo e as pessoas muitas vezes não sabem o que é ou confundem com travestismo, com homossexualismo ou até mesmo com hermafroditismo. Por outro lado, felizmente é possível notar uma melhora do conhecimento da sociedade brasileira sobre transexualismo com o tempo. Recentemente, a mídia tem publicado mais informações sobre transexuais, embora as vezes a informação que a mídia passa seja errônea. Contudo, um problema bastante sério é que a sociedade brasileira ainda é bastante conservadora e preconceituosa. No exterior, muitas pessoas acham que, por causa do carnaval, a sociedade brasileira possui mentalidade aberta com relação à transexuais e homossexuais. Mas, na realidade, a aceitação que ocorre durante o carnaval não acontece durante o resto do ano.

Muitas vezes a religião, que deveria ser utilizada para pregar a igualdade entre os indivíduos, é utilizada como justificativa para o preconceito." ('BLOG 10' em postagem no ano de 2013).

A reivindicação de melhorias nas técnicas cirúrgicas e no acolhimento e acompanhamento durante a hormonioterapia também aparece em algumas postagens. No entanto, os comentários nestas postagens sugerem que são poucos transhomens no Brasil que conseguem acesso a estes recursos, seja por que muitos deles não têm o apoio da família ou por que não conseguem encaixar-se no mercado de trabalho em função da transfobia e, portanto não conseguem arcar com as despesas do processo. Nestes casos, no Brasil, a alternativa é o atendimento via SUS e aí alguns se deparam com a complexidade de problemas que envolvem o tema, devido principalmente ao despreparo de alguns profissionais e instituições para receber e lidar com essas demandas. Denunciam por meio de suas experiências o quanto esse processo pode ser desgastante e humilhante e reivindicam uma melhor formação para os profissionais e a ampliação do núcleo de profissionais no SUS nas alta e média complexidades. Eles também sugerem caminhos para obter melhorias na garantia de seus direitos:

"[...]Criar Centros de Referência para LGBT com atendimento jurídico, psicológico e de assistência social, objetivando o acolhimento, orientação, apoio, encaminhamento e apuração de denúncias e de crimes contra LGBTs. Combate a homotransfobia com diversas ações visando à capacitação e sensibilização dos profissionais de

educação, segurança e saúde. Respeito ao nome social em escolas, SUS, em órgãos públicos da administração direta e indireta e da iniciativa privada. Criar (ou ampliar) um programa de prevenção à AIDS e às DST. Promover e apoiar a multiplicação de projetos e experiências de geração de emprego e renda especificamente voltados para @s trans. Incentivar a criação de programas comunitários destinados a acolher trans* adolescentes e da terceira idade, proporcionando-lhes cuidados, ocupação e lazer compatíveis com suas condições físicas e mentais. Criar ala especial para trans* em delegacias e presídios para evitar constrangimentos e exigir serem tratad@s com o nome social. Acesso aos banheiros públicos e em escolas, respeitando a identidade de gênero." ('BLOG 06' em postagem no ano de 2014).*

Como um dos efeitos, essa série de dificuldades gera situações de constrangimento, receio e desmotivação dos usuários. Aqueles que persistem e conseguem algum resultado, utilizam os blogs para contar suas histórias de “peregrinação” e recomendam “caminhos” para alcançarem os seus direitos. Deste modo, os blogs e as mídias virtuais como um todo funcionam como uma importante rede de apoio, onde é possível encontrar informações preciosas, como indicações compartilhadas dos profissionais “amigáveis” (advogados, médicos, psicólogos, entre outros), que se disponibilizam a trabalhar com as demandas da população trans e todas as suas

especificidades. Nos blogs também há bastante espaço dedicado ao compartilhamento e o debate de noticiais sobre pessoas trans ou sobre assuntos que lhes possam interessar, veiculados em outras mídias como jornais, revistas e TV.

E) “Celebriedades”

Em um número significativo aparecem postagens dedicadas às “celebriedades”. Tais publicações chamam atenção pela maneira como os/as blogueiros/as descrevem o ídolo em questão. Essas postagens são dedicadas principalmente aos transhomens que ganharam algum destaque na mídia nos últimos anos e permanecem tendo suas vidas acompanhadas com certa admiração pelos/as blogueiros/as.

Hoje em dia a obsessão por pessoas famosas está em todo lugar, deixando-nos a pergunta: Por que as pessoas gostam tanto de gente famosa? Não é o foco deste trabalho fazer uma análise mais minuciosa desta questão, no entanto farei algumas breves considerações. Os grupos minoritários raramente vêm suas histórias contadas em livros, no cinema ou na televisão. No entanto, a representação de um dado grupo perante à sociedade pelos diferentes meios de comunicação é quase sempre preocupante, pelo pouco cuidado que se tem na veiculação de determinadas informações. Os meios de comunicação são ferramentas poderosas na formação e manutenção da opinião pública, uma vez que muitas pessoas apegam-se às informações de acesso fácil para tomar conhecimento e formar definições sobre, por exemplo, os grupos minoritários. Conseqüentemente, os estereótipos são muito utilizados pelos meios de comunicação para representar e generalizar algumas maneiras de ser, reforçando assim o preconceito e inverdades sobre todo um grupo de pessoas.

Cristiane Zovin (2010) indica que, em menor ou maior grau, todos nos identificamos com alguma figura pública, alguma dita “celebridade”. Para homens e mulheres, independentemente de ser cis ou trans, essas figuras atingem um *status* de modelo de identificação. Porém, ainda segundo Zovin (2010), que analisa em seus estudos a influência das celebridades para o mercado de consumo no Brasil, em alguns casos uma relação mais obsessiva se estabelece e o ídolo pode ser compreendido como um modelo único e confiável a seguir. Há casos em que esse ídolo é acompanhado diariamente para que o fã possa de alguma maneira utilizar essa informação como uma bússola ou como uma cartilha a seguir, tentando reproduzir em sua vida, e isso não é saudável de muitas maneiras. Não acho que seja isso que acontece com os transhomens, mas é expressiva a sua admiração por algumas personalidades:

"Alguém já ouviu falar dele?? O polonês Trans mais comentado! O Oliver! que por sinal fuzei o blog dele e é bem bacana! Fala muito sobre aparência, estética e saúde física, além de claro, as mudanças dele. É sério, ele é muito maneiro cara! comecei a admirá-lo muito! HAHA" ('BLOG 11' em postagem do ano de 2013 falando sobre Oliver Mastalerz).

"Você pode considerar esse cara, Chaz Bono uma das pessoas mais incríveis do mundo. O rapaz, é nada mais, nada menos, que filho da Cher. Aos 45 anos, Chaz é ativista dos direitos LGBT, já escreveu três livros, estrelou o documentário "Becoming Chaz", que acompanhou seu processo de

transição sexual, e atuou em musicais. Ele é um exemplo a seguir, nunca é tarde! Nunca desista!" ('BLOG 10' em postagem no ano de 2011).

"Buck Angel é o cara. Grande história de vida, um transexual norte-americano que trabalhava como modelo antes de passar pela transformação hormonal e agora é ator e produtor de filmes pornô. Ele não só é ator, como é dos bons. Já foi até premiado!!! Se você para dizer como gostaria de ser, não tenho duvida seria assim músculos definidos, careca, cheio de piercings e tatoos, com voz grossa e um bigode de respeito!!!" ('BLOG 09' em postagem no ano de 2011).

"A entrevista segue bem flúida, e me deu uma outra visão do cara, que acabei até gostando muito. Em setembro ele lançará um livro, que tenta explicar mais da sua transição, e claro, tentar reeducar as pessoas a como lidar com isso. Thamyzão, parabéns ai, você realmente ahaza muito, e tá virando um homem incrível, sucesso ai ! =D" ('BLOG 11' em postagem no ano de 2015 sobre a entrevista de Th@mmy Miranda no programa Jô Soares).

Há outros transhomens que são bastante respeitados e comentados como o norte-americano Thomas Beatie, que ficou conhecido no mundo todo por ser o

primeiro trans a engravidar e Rocco Kayiatos, também norte-americano, conhecido por ser o primeiro *rapper* a se assumir transexual. A evolução das mídias e da tecnologia certamente tem grande influencia sobre o aumento da adoração ou simples acompanhamento da vida de pessoas famosas. No caso dos transhomens a publicização da história de vida e/ou de algum sucesso profissional ou pessoal de outros transhomens parece ter um efeito positivo, preenche uma lacuna importante na vida dessas pessoas: a falta de representatividade. Conforme exemplificam os trechos a seguir:

"Acho que no combate a discriminação temos avançado um pouco. Graças eu acho a representatividade na mídia nacional e internacional de homens trans como Buck Angel, Chaz Bono, T@mmy Miranda, João Nery e alguns outros. Esses famosos que colocam a cara a tapa abrem portas para se falar sobre o que passamos dia a dia. Representatividade importa sim!"
(Comentário em postagem do 'BLOG 06' no ano de 2015).

"A comunidade de homens trans ainda busca visibilidade. No Brasil, o tema vem sendo abordado pela grande mídia com a presença do escritor João W. Nery, do ator Léo Moreira Sá e, mais recentemente, do ator Thammy Miranda. Na verdade, a visibilidade é importante para que haja respeito pela identidade de gênero, para que sejam reconhecidos como homens. E também para que consigam

direitos - como a mudança do nome e sexo na documentação - com a finalidade de gozar a cidadania plena" (Trecho da postagem intitulada 'Lista: 10 homens trans que são lindos e que nos fazem babar' do 'BLOG 12' no ano de 2015).

"É muito bom saber que existem transexuais tanto mtf quanto ftm que superaram toda dificuldade e tem sua vida, sua profissão, faz a gente parar de pensar besteira." (Comentário em postagem sobre Oliver Mastalerz do 'BLOG 11' no ano de 2013).

Neste sentido, esses “modelos”, simbolizam uma conquista e para alguns deles, como descrevem as postagens ou os comentários, um senso de identificação, de existência. As celebridades não só inspiram como simbolizam os nossos desejos escondidos (ou não) de beleza, reconhecimento, riqueza, fama, invencibilidade... Segundo Zovin (2010), como efeito, quando acompanhamos suas vidas estamos reforçando o desejo de que um dia as nossas vidas também possam ter a vivacidade e o destaque que as celebridades alcançaram. Elas também podem simbolizar uma tentativa de fuga, de nós mesmos ou de uma realidade que não nos agrada.

Esses modelos idealizados instituem padrões de identificação a serem copiados e reproduzidos, aparentemente fundamentando-se na frágil ideia de uma possibilidade de existência masculina única. Butler (2003a) explicitamente repele a ideia da preexistência de qualquer essencialismo de gênero, ou nesse caso, uma essência masculina. Butler demarca que não há um modelo original a ser copiado, de modo que toda imitação não deixa de ser uma cópia da cópia. Imita-se um modelo

historicamente construído e que, por causa disso, pode variar ao longo da história das sociedades.

No lugar de uma identificação original a servir como causa determinante, a identidade de gênero pode ser reconcebida como uma história pessoal/cultural de significados recebidos, sujeitos a um conjunto de práticas imitativas que se referem lateralmente a outras imitações e que, em conjunto, constroem a ilusão de um eu de gênero primário e interno marcado pelo gênero, ou parodiam o mecanismo dessa construção (BUTLER, 2003a, p. 197).

Logo, o gênero se forma pela repetição performativa, ao longo da vida, de modelos fornecidos pela cultura, em geral modelos utópicos que jamais serão completamente alcançados. Nos blogs fica explícita a importância desses “modelos” para os transhomens, pois eles representam a materialização de suas possibilidades de existir no mundo. É possível perceber que para alguns deles, a história de vida desses personagens serve como um incentivo para não desistirem de seus sonhos em relação ao processo de transição. Essas figuras cuja estética e performance estão livres de características que possam denunciar a transexualidade, com seus corpos definidos e musculosos, são respeitadas como símbolos que conferem humanidade à sua experiência.

F) Relacionamentos e Sexualidades

Nos blogs, questões íntimas e delicadas sobre os relacionamentos amorosos e sexuais dos/das

blogueiros/blogueiras são bastante recorrentes nas postagens. É comum o compartilhamento de suas inseguranças e de relatos sobre a dificuldade de encontrar uma/um parceira/o amoroso e/ou sexual, como exemplificam os trechos abaixo:

"Confesso que tenho medo de namorar e depois ser abandonado. Já é tudo tão difícil que não sei se conseguiria enfrentar essa barra. Um abraço faz falta, mas não é como se fosse fácil conseguir, aqui na minha região pelo menos as minas parecem fugir de mim" ('BLOG 02' em postagem no ano de 2010).

"É muito difícil fazer tantas escolhas sozinho, sem ninguém para te ajudar. Já tentei arranjar uma namorada mas elas sempre terminam quando digo que sou transexual. Se eu mentir vou estar sendo um fdp e se eu contar a verdade ninguém aceita" (Em um comentário no blog 'BLOG 05' em postagem no ano de 2010).

As dificuldades mais expressas pelos transhomens dizem respeito principalmente ao contanto inicial com suas/seus parceiras/parceiros. Contam que não sabem como se apresentar para estas pessoas que ainda desconhecem toda a sua história e chegam a pedir “conselhos” aos leitores. Em geral, a maioria parece optar em resguardar o segredo à espera de um momento mais oportuno para ser revelado, enquanto outros tentam evitar decepções contanto toda a sua história na primeira oportunidade.

Outra “questão complicada”, segundo eles, é a apresentação aos pais das/dos namoradas/namorados. Os momentos que antecedem esse encontro são descritos com bastante apreensão, quase lhes faltam palavras:

"Pqp!!! Hoje vou conhecer os pais da minha namorada, estou com dor de barriga desde ontem. Não dormi, não comi, as mão não param de suar e a cabeça de funcionar. Torçam por mim, para que de tudo certo e que esse seja um momento feliz de nossas vidas. " ('BLOG 05' em postagem no ano de 2010).

Aqueles que já se relacionavam com alguém anteriormente ao início do processo de transição, também compartilham suas histórias explicitando os problemas e as negociações que realizaram com a/o parceira/parceiro. Em muitos desses relatos eles indicam sentirem-se angustiados, desesperados e confusos. É importante sinalizar que quando eles estão em relacionamentos estáveis também expõem mensagens de amor, dedicatórias e reconhecimento da importância da cumplicidade da/do parceira/parceiro. Alguns deles possuem companheiras/companheiros que os acompanham desde antes de iniciar a transformação corporal e são mencionados como fundamentais para a tomada de decisão e como apoio durante todo o processo. Algumas vezes esses/as companheiros/as aparecem como leitores dos blogs:

"Oi tenho uma companheira que possivelmente é ftm ,mais não quer trabalhar isso agora e eu me emocionei ao ver seu blog obrigada pelo seu serviço prestado

a todos que passam por essa grande descoberta. Tenho procurado desesperadamente relatos e informações a respeito de ser FTM, pra poder ajuda-la e seu blog me esclareceu muita coisa" (Em um comentário no 'BLOG 03' em postagem no ano de 2011).

A sexualidade é admitida por eles contemplando um grande espectro de possibilidades, alguns se afirmam héteros, outros gays, outros não se categorizam e essa fluidez também é percebida quando aparecem depoimentos (seja nas postagens ou nos comentários) divulgando que estão se relacionando com outros transhomens, com gays, com mulheres, com travestis. O trecho a seguir exemplifica como aparecem essas afirmações da sexualidade:

"A infância foi sofrida, mas consegui uma saída num mundo de faz de conta, através da fantasia. Durante um ano, na minha adolescência, pela pressão social e necessidade de aprovação, me "travesti" e tentei ser uma mulher. Arranjaram-me um namorado, mas nunca tive uma relação sexual com um homem. O meu desejo era de ter o corpo igual ao dele e não de me entregar a ele. Minha orientação sexual sempre foi hetero, no sentido de desejar as mulheres." (Trecho de uma postagem do 'BLOG 06' no ano de 2012).

Segundo Nery e Gaspodini (2014) devido à histórica confusão entre identidade de gênero e orientação

sexual, os transhomens enfrentam um duplo preconceito por suas experiências, uma vez que evidenciam a falência de sistemas estáticos de classificação da sexualidade, por meio dessa transitoriedade. Os autores também asseguram que grande parte dos transhomens (assim como as demais pessoas) vinculam a ideia de ser ativo com a penetração. No entanto, o posicionamento de alguns é mais flexível, pois assumem gostarem de ser penetrados, sem que isso represente uma ameaça para a sua masculinidade.

Ainda sobre seus relacionamentos amorosos e/ou sexuais, apontam as expectativas e idealizações por parte das/dos parceiras/parceiros de um corpo masculino como um problema. Alguns sugerem que essa expectativa pode estar associada à exposição na mídia de transhomens, sobretudo os internacionais, com corpos musculosos e bem definidos. Desconstruir essa imagem parece ser um desafio para alguns deles, talvez por isso alguns preferiram iniciar seus relacionamentos somente após o início do processo de transição, quando já adquiriram algumas características e por conta disso sentem-se mais seguros para investir nesses relacionamentos.

5.2 A escrita de si nos blogs

*“Escrever é pois
‘mostrar-se’, dar-se a ver, fazer
aparecer o rosto próprio junto
ao outro”*

Michel Foucault

Nessa dissertação, os discursos foram analisados a partir de algumas noções sobre escrita de si, a partir de Foucault, para pensarmos as escritas dos blogs como práticas discursivas capazes de produzir processos de subjetivação, isso é, de constituição de determinados tipos de sujeitos, em meio a relações de saber-poder. Dos

estudos de Foucault sobre “as artes de si mesmo”, sobre as técnicas antigas de domínio de si e dos outros na cultura greco-romana, nos séculos I e II, surge o conceito da escrita de si. Segundo Foucault (2004a), a escrita funcionaria como um dispositivo de confissão, substituindo o olhar do outro, como uma disciplinadora de nossas ações e pensamentos. Neste sentido, a escrita funcionaria exercendo a mesma função regulatória que o olhar do outro exerce em uma sociedade. Em momentos de solidão, a escrita seria um possível olhar capaz de constranger e revelar o que se passa no interior das pessoas. O emprego da escrita (escrever para si e para o outro) foi um exercício muito importante dentro da filosofia do cuidado de si:

O papel da escrita é constituir, com tudo o que a leitura constituiu, um ‘corpo’. E é preciso compreender esse corpo não como um corpo de doutrina, mas sim – segundo a metáfora da digestão, tão frequentemente evocada – como o próprio corpo daquele que, transcrevendo suas leituras, delas se apropriou e fez sua a verdade delas: a escrita transforma a coisa vista ou ouvida em forças e em sangue. (FOUCAULT, 2004a, p.152).

Foucault (2004a) ainda esclarece que a escrita de si é uma das tradições mais antigas do Ocidente, já na antiguidade grego-romana o “eu” não é apenas um assunto sobre o qual escrever, uma vez que a escrita de si colabora singularmente para a constituição de si. Foucault afirma que de todas as formas de askêsis, ou seja do treino de si por si mesmo focado na arte de viver (abstinências, meditações, exames de consciência, memorizações,

silêncio e escuta do outro), a escrita – para si e para o outro – durante muito tempo desempenhou um papel muito significativo. A escrita como exercício pessoal, associada ao exercício do pensamento sobre si mesmo, constitui uma etapa essencial no processo para qual tente toda a askêsis: “a elaboração dos discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais de ação” (FOUCAULT, 2004a, p. 147).

Meu objetivo é pensar de maneira exploratória como os blogs funcionam como recursos do dispositivo de confissão, uma vez que instituem e põem em funcionamento determinadas práticas, modos, regimes de saber/poder/verdade, controle e regulação sobre os transhomens. Ora, mas as escritas encontradas nos blogs são representativas de todos os transhomens? Estão representados ali os transhomens que tem pênis e os que não têm? Os que preferem parecer, comportar-se e vestir-se mais “masculinamente” e os que não se importam com isso? Os que são negros, os que são pardos e os que são brancos? Os transhomens que se depilam e os que não o fazem? Os transhomens que querem fazer transgenitalização ou os que não querem? Os transhomens que gostavam de brincar com bonecas na infância e os que não gostavam? Certamente não. Há todo um espectro de possibilidades de ser transhomens, além do que, eles são diferentes entre si em virtude dos próprios marcadores sociais de diferenças, como etnia, sexualidade, geração, classe social, a raça entre outras.

Os fragmentos de histórias de vidas ali contadas, sobretudo em um primeiro momento, evidenciam que a categorização rígida que se tenta fazer sobre os corpos, sexualidades e modos de vida são insuficientes para dar conta da realidade dessas pessoas. Vejo os blogs dos transhomens não só como uma forma de escrita de si, que ajuda algumas dessas pessoas a organizar de forma coerente sua história permitindo refletir e entender sobre suas próprias experiências, mas como um lugar onde

acontecem aprendizagem, autodescoberta, trocas e socialização. Nesse processo de contar e recontar sobre si e suas vivências eles constroem sentidos e dão visibilidade a estas experiências. E embora estes escritos não sejam representativos da experiência de muitos transhomens, eles dão pistas dos discursos que circulam, são produzidos e reproduzidos por eles. Essas escritas de si e seus desdobramentos presentes nos blogs, nesse espaço onde os limites entre público e privado se fundem, é sim um lugar utilizado pelos transhomens onde se “expressa valores compartilhados, práticas de comportamento, vidas imaginadas e modelos sociais de realização pessoal que apontam para uma abertura às ressignificações do sujeito em processos de subjetivação plurais e dinâmicos” (ÁVILA, 2014, p. 167).

Em alguns blogs, não raramente, observei relatos que descreviam o desconforto que sentiam desde a infância com o próprio corpo. Os/as blogueiros/as em algumas de suas narrativas ainda descrevem essa experiência utilizando termos como a metáfora de ter “nascido em um corpo errado”. Logo, “um ‘corpo errado’ pressupõe a existência de um ‘corpo certo’. Um ‘corpo errado’ precisaria ser consertado. Essa ideia de ‘corpo errado’ que precisa de conserto é uma construção dos discursos biomédicos [...]” (ÁVILA, 2014, p. 156-157). O discurso biomédico é muitas vezes utilizado para explicar e justificar fatos de sua vida. A consideração da transexualidade como doença, a partir da década de 1940, fez com que a vida dessas pessoas começasse a ser entendida e considerada “uma vida com defeito”. Transformou-se em patologia o direito de viver o gênero de uma forma diferente ao que a sociedade estabelecia, conferindo assim uma importância para os órgãos genitais que muitas vezes não é dado a outros traços físicos. A maior parte da classe médica defende ao longo de décadas que essa “incoerência entre sexo e gênero” dessas pessoas não é “solucionável”, uma vez que ambos os elementos

são “imutáveis”. No entanto, o desenvolvimento de técnicas sofisticadas de modificações corporais possibilitou “uma alternativa”, fornecendo hormônios e cirurgia de redesignação sexual, para criar uma “readequação do sexo ao gênero”. Quer dizer, desenvolveram-se estratégias que reforçam a ideia de algo precisa ser modificado na pessoa, pois ela nasceu com um “defeito”.

O maior problema da transexualidade reside no fato de que ela ainda não é aceita socialmente, uma vez que esta sociedade estrutura os corpos sexuados, segundo duas lógicas hegemônicas: pênis/homem/masculino e vagina/mulher/feminino. Sendo assim, quais as possibilidades de estarem presentes nos blogs a “confissão” e as demandas dos transhomens isentos de afirmações, relações e do estigma psicopatológico? Como seres sociais, todas as pessoas precisam de um certo reconhecimento do outro para existir e por causa da rigidez do sistema sexo/gênero, muitos transhomens são capturados por esse vórtice, alguns mais e outros menos, lançando-se à procura de alcançar sua inteligibilidade ao ter o seu corpo e a sua imagem reconhecidos e incluídos de maneira correspondente ao gênero “escolhido”. Para isso eles vão trilhando um caminho que os leva, por um lado, a recorrer à categorização médica como uma forma de acesso aos tratamentos necessários para modificar seu corpo; e por outro, a reproduzir o mais fielmente possível as características que são socialmente atribuídos ao gênero com o qual desejam ser viver e ser reconhecidos. Nesse sentido, Butler (2006a, 2003a) percebe e sinaliza como a atuação das pessoas transexuais para construir a sua identidade enfatiza a performatividade do gênero e a desnaturalização do sexo.

Não encontrei na maioria dos blogs grandes debates ou questionamentos sobre a (des)patologização da transexualidade ou sobre as consequências do diagnóstico para suas vidas. Termos como “transexual”, “trans” e

“transhomens”, por exemplo, são utilizados de maneira recorrente e com muita naturalidade, parecendo representar um Oasis em meio à desolação que foram suas trajetórias até um certo ponto inomináveis.

Nos blogs, alguns transhomens apontam declaradamente compreender a transexualidade como uma categoria transitória, um instrumento de acesso a políticas e instituições que os ajudarão a “eliminá-la”. Eles assumem rejeitar a categoria da transexualidade não pelo seu estigma patologizante, mas por entendem sua condição como um período de vida provisório que será superado após as modificações alcançadas pela alteração do nome no registro civil e pelas mudanças conquistadas junto às tecnologias médicas de modificação corporal. Paralelamente, alguns deles também expressam rejeitar a ideia de serem vistos como diferentes dos demais homens (ALMEIDA, 2012).

É, por exemplo, nesses escritos sobre si, sobre a transexualidade, sobre o dia a dia, que estão não só as experiências de vida do blogueiro, mas a memória coletiva de como é para os transhomens viver com a transexualidade. Os blogs, muito mais que apenas diários, são espaços de troca, de memória, de vivências compartilhadas, de bons encontros. As rotinas de idas e vindas aos médicos, o avanço nas modificações corporais, os obstáculos enfrentados cotidianamente, as derrotas e as vitórias são vivências individuais; no entanto, por se tratarem de experiências semelhantes e partilhadas, passam a configurar um conjunto de memórias coletivas, uma vez que os leitores deixam claro em seus comentários terem sentido a mesma dor, vivido a mesma emoção, conseguido o mesmo resultado, ainda que tenha vivido tudo isso do outro lado do país. Assim, nos blogs a experiência de ser transhomem é vivida de maneira individual e também coletivamente.

O sistema sexo-gênero (RUBIN, 1975), deveria se manter em uma relação “coerente”, segundo as premissas

estabelecidos pelo modelo heteronormativo. Porém, essa estabilidade não consegue se sustentar. Os corpos promovem a desordem nesse modelo criado para regulá-los, fazendo com que ele perca sua força normativa. Os processos de identificação são forjadas para que a coerência seja mantida, fazendo uso de uma série de significações corporais, de atos e gestos que dão uma aparência de essência do corpo, de algo interno a ele, mas que estão de fato em sua superfície (BUTLER, 1993).

Considerando as contribuições de Butler (1993) podemos perceber que nos blogs há dois modelos de identificação utilizados muitas vezes como reguladores do que é ser transhomem, a relação transhomem-celebridades e a relação blogueiro/a-leitor/a. Para Butler (1993), como num jogo, as identificações são desenvolvidas e destituídas, mas uma identificação é sempre e apenas trocada por outra. De tal modo, cada vez que um discurso sugere uma identificação às custas de outra, inevitavelmente produzem-se desentendimentos que levarão à não materialização da norma identificatória em alguns corpos e que suscitarão exclusão.

Deste modo os discursos normativos que envolvem esses modelos idealizados diretamente institui uma maneira “correta” e “coerente” de ser transhomem, uma “linha de chegada”, uma “forma acabada”. No entanto, são atormentados pela falha na performatividade discursiva, impossibilitando sua materialização. Como resultado da não-materialização, a “forma acabada” que se pronuncia salvadora que almeja unificar a todos, torna-se mais um instrumento de imposição e exclusão (BUTLER, 1993).

Os blogs são um palco de muitos eventos e espetáculos. Constituem um importante lugar de experimentações, pois esse é um lugar que permite que os transhomens possam falar, ou melhor, possam escrever sobre si, suas opiniões e seus sentimentos sem ter medo do que a sua família vai achar, sobre o que os seus amigos vão

pensar deles ou sobre o que a sociedade vai concluir a partir daquilo. Aquilo que poderia ser motivo de vergonha tornar-se um motivo que os conectam a outras pessoas, passa a ser um motivo de compartilhamento. Compartilhar suas histórias é um exercício que confere sentidos a tantas dores e rotinas difíceis. Pode-se perceber que essas histórias são contadas com uma expectativa de que alguém as leia, tornando os blogs também um lugar pela busca de um olhar de reconhecimento, que atribua sentido à vida de quem conta sua história, o que é corroborado por Ávila (2014, p. 165) quando afirma que “as práticas de exposição de si por meio de mídias digitais podem ser vistas como uma demanda pelo olhar do outro”.

A experiência social e subjetiva da abjeção como constitutiva de suas vidas, relega os transhomens a viverem o que Butler (2015b; 2006b) intitula de vidas precárias. Em síntese, as vidas precárias seriam aquelas vividas em terreno hostil, aquelas cuja socialização foi marcada pelo rechaço social que lhes impõe uma condição de vulnerabilidade acentuada (BUTLER, 2015b). Butler (2006b) problematiza a condição de vulnerabilidade, como algo constitutivo do(s) sujeito(s). “O corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, agência: a pele e a carne nos expõe ao olhar dos outros, mas também ao toque e a violência” (BUTLER, 2006b, p. 40). Sendo assim, cada um de nós se constitui em virtude da vulnerabilidade social de nossos corpos. Isso porque, desde o início, mesmo antes da individuação em si e em virtude de nossa existência corporal, somos “dados ao outro”, e esta “condição inicial de desapropriação” é uma concepção geral do ser humano (BUTLER, 2006b).

Desde a infância somos “algo que se entrega para ser cuidado”, mas nem toda vida é destinada à proteção que merece. Algumas vidas são muito mais protegidas e o atentado contra a sua santidade basta para mobilizar as “forças da guerra”. Outras vidas não gozam de um apoio tão imediato e zeloso, e não se qualificam a serem

incluídas nas “vidas que valem a pena”. A autora afirma que a perda e a vulnerabilidade parecem ser resultado de nossos corpos socialmente constituídos, sujeitos a outros, ameaçados pela perda, expostos e suscetíveis a outros tipos de violência por causa dessa exposição. (BUTLER, 2006b).

De algum modo, todos vivemos esta vulnerabilidade particular, uma vulnerabilidade para o outro que faz parte da vida corporal, uma vulnerabilidade para uma chamada repentina de outro lugar que não podemos prever. No entanto, esta vulnerabilidade é acentuada sob certas condições sociais e políticas, especialmente naquelas onde a violência é um modo de vida e os meios para que garantam a autodefesa são limitados (BUTLER, 2003b). A autora ainda afirma que estar cientes dessa vulnerabilidade pode se tornar o ponto de partida para soluções políticas, assim como a negação desta vulnerabilidade, através de uma fantasia de domínio, pode nutrir os instrumentos de dominação.

Pensar a condição dos transhomens seguindo estas pistas tracejadas por Butler (2006b) é pensar o corpo como uma arena de embates biopolíticos, situando-se no agenciamento limítrofe de uma vida regrada de cuidados, como lugar público de exposição a riscos tangíveis ou intangíveis que ameaçam a homeostase vital. Leva-nos a refletir que os discursos de bem-estar e promoção de saúde que oferecem como garantia as informações/conhecimentos da ciência, são eletivos, pois dissociam a vulnerabilidade física, corporal, discursiva e política a que algumas corporalidades estão sujeitas devido à não conformidade com as características hegemônicas que sinalizam os corpos “que valem a pena”.

Em seus relatos há repetidas passagens de experiências de discriminação e preconceitos vivenciados desde a infância, desde o momento mais distante memorável em que começaram a negar o gênero que lhe era imposto. Contam sobre os olhares, sobre os

sentimentos de rejeição e, alguns, até sobre as violências físicas sofridas ao longo da vida por experiências sociais variadas de sexismo e homofobia, inclusive intrafamiliar. Tanto sofrimento, tanta dor expostas em palavras que em alguns momentos parecem não dar conta do que desejam expressar. A decisão de reclamar a identidade masculina parece emergir do cansaço psicológico e físico fruto dessas experiências, como possibilidade de alcançar o respeito e reconhecimento social.

Um fato curioso chama a atenção: suas histórias predominantemente são contadas a partir do momento em que receberam o diagnóstico ou a partir do momento em que começaram a realizar a transição. Embora fatos anteriores a esses marcos até apareçam, eles surgem como *flashbacks*⁴² de suas histórias. É como se as suas histórias de vida só merecessem serem contadas e lembradas a partir desse momento de rompimento. É como se esse momento simbolizasse a morte de uma identidade e o nascimento de uma outra. Consequentemente, narrar esse processo nos blogs ajuda a entender a transição e as mudanças que passam a operar em suas vidas e em seus corpos.

Devemos lembrar que para Foucault (2014) o poder não está vinculado à posse, mas sim a circulação, difusão e consumo. Sendo assim, considero importante referir as “técnicas de si” de Michel Foucault para continuarmos a reflexão sobre a escrita de si. Foucault (2014), traz as técnicas de si como:

[...] as técnicas de si, que permitem aos indivíduos realizar, sozinho ou com a ajuda de outros, um certo

⁴² *Flashback* significa voltar rapidamente para algo, em português, mas possui outros significados, depende onde é empregado. Neste caso, *flashback* é um fato acontecido no passado inserido em um momento atual, através da lembrança das pessoas. É uma palavra inglesa que significa retrospecto, narração de fatos precedentes.

numero de operações sobre seus corpos e almas, pensamentos, conduta, seu modo de ser, para transformar a fim de atingir um estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade. (FOUCAULT, 2014, p.266).

Portanto, as técnicas de si são todo o conjunto de técnicas performativas de poder que impelem as pessoas a agirem e a operarem modificações sobre si, sobre o seu corpo, seus pensamento e comportamentos, atrelados a uma atividade de constante vigilância e de adequação permanente aos princípios e “verdades” hegemônicas em circulação da sociedade na sua época. Deste modo, as subjetividades seriam consequência das interações entre as pessoas com os outros e consigo. Ou seja, podemos dizer que para Foucault, as subjetividades são relacionais, se arquetam a partir das relações do sujeito com seu meio; são contextuais e temporais, uma vez que à pessoa é limitada a ser apenas aquilo que ela “pode” ser naquele período histórico, dentre aquilo que lhe é apresentado como possibilidades de ser.

A exposição de imagens de “celebridades” transhomens, sobretudo internacionais, suscita a discussão a respeito dos modelos estéticos corporais que circulam nos blogs. Conforme assegura Butler (2003a), a imitação exaustiva dos modelos normativos não assegura a composição de uma estrutura sólida, mas, ao contrário, resulta na constituição de uma identidade de gênero sempre instável e reforça um sistema excludente. São modelos predominantemente brancos e com corpos bem definidos, os quais aparecem como referência na constituição de suas subjetividades transmasculinas. Mais quais os efeitos políticos de associar a imagem dos transhomens a esses corpos esculturais? Como essas imagens impactam, por exemplo, na identificação dos

transhomens negros ou daqueles que encontram-se com sobrepeso? Quais os efeitos que se processam quanto esse ideal não é obtido ou mesmo quando é impossível de ser alcançado?

Podemos dizer que um dos efeitos dessa exposição na mídia dessas personalidades atende a uma demanda por visibilidade e representatividade de alguns transhomens. Para estes, essa exposição produz um efeito positivo, uma vez que torna visíveis possibilidades de ser e estar no mundo. Eles tornam-se figuras de identificação positivas e desencadeiam sentimentos e fantasias que, fica claro em suas palavras, alimentam seu empenho em realizar as etapas do processo de transição.

No entanto, é evidente que esses corpos não são representativos de um grande número de transhomens. Logo, de que maneira essa corporalidade de uma transmasculinidade branca serve de identificação para os transhomens negros? Como esses corpos “perfeitamente” esculpidos por músculos bem delineados são representativos dos transhomens que encontram-se em condição de sobrepeso? Essa estreita relação com o um corpo *bodybuilding*⁴³, conforme sinalizado por Ávila (2015), levanta uma série de questionamentos sobre a expressa identificação dos transhomens com esses corpos representativos de um ideal de masculinidade inatingível até mesmo para muitos homens cis.

Definir com precisão o momento em que as expressões “culto ao corpo” e “cultura do corpo” apareceram é uma tarefa difícil. Mas nas últimas décadas antropólogos, sociólogos e historiadores vêm utilizando estes conceitos para descrever um comportamento onde o corpo figura como elemento central e definidor de subjetividades. Alimentado por ideologias e por seus atores, o culto ao corpo encontrou sua expressão máxima no *bodybuilder*, expressão utilizada, principalmente em

⁴³ Fisiculturista.

academias, para nomear aqueles que, por meio de exercícios, levantamento de pesos e aparelhos buscam “construir” seu corpo, deixando-o magro, definido, musculoso e rígido. Esse fenômeno explodiu nos Estados Unidos da América durante a década de 1980 e mais tarde na década de 1990, chega ao Brasil (BERGER, 2006).

A busca pelo corpo perfeito fez com que surgisse, além de academias de ginástica e musculação, uma série de tecnologias que nos permitem alterar o corpo. Ávila (2014) lembra-nos de uma questão muito importante durante esse processo: o medo da Aids no início dos anos 1990. O corpo magro e com uma aparência “definindo” era associado imediatamente à sorologia positiva. Frente a isso, os corpos passaram a estar sob vigília constante. Um certo pânico social provocado pelo medo da Aids aumentou os olhares e os cuidados sobre os corpos, consequentemente causando uma evasão em massa para as academias. Estava subentendido, ainda que erroneamente, que ter um corpo “sarado” era ter um corpo “saúdável”, ou seja, um corpo sem Aids. Desde modo, sutilmente foi se estabelecendo um novo discurso, um novo padrão de beleza, que associava saúde, masculinidade, musculosidade. No que tange os transhomens, as imagens compartilhadas nos blogs podem então representar uma tentativa de atribuir “saúde” ao seu corpo, uma vez que o estigma patologizante impõe dúvidas sobre isso (ÁVILA, 2014).

As imagens compartilhadas nos blogs parecem sinalizar uma valorização da construção de um corpo masculino específico, ‘sarado’ e, consequentemente, a desqualificação de corpos que não expressam esse modelo. Não encontrei grandes debates, discussões ou exposições declaradas sobre isso. Mas esse posicionamento rígido de alguns deles que aparece de maneira bastante sutil, pode ser um sinal de um sistema opressor dentro do próprio grupo. Nesse sentido, como efeito, temos um grande

número de transhomens que são excluídos e permanecem invisíveis em meio a essa representatividade.

Não são apenas os transhomens que não se encaixam no modelo “sarado” que têm suas representatividades ocultas e/ou negadas, aqueles que expressam certa ambiguidade na sua autoidentificação também são alvos de críticas. Recentemente na mídia televisiva dois transhomens brasileiros ganharam a atenção do público, em contra partida a ambivalência deles ao se apresentarem transitando entre os gêneros causou bastante desconforto de alguns transhomens. Esse incômodo aparecia nos blogs por meio de comentários, sobretudo dos leitores, dizendo que aquilo era “inaceitável”, que elas/eles “não são realmente trans”. Por outro lado, aqueles que não podem ou não querem ou não se identificam com esses padrões, quase que raramente, se expressavam nos comentários, mostrando resistentemente que há uma diversidade de experimentações de corpo e gênero que vão muito além da rigidez imposta por qualquer categoria classificatória. É justamente nesta diversidade que reside o maior potencial de subversão das relações de poder e dominação heteronormativas e patriarcais.

Ainda sobre o destaque dado aos transhomens tidos como “celebridades”, gostaria de ressaltar que também são discutidos de maneira muito incipiente os modos de vida dos mesmos. Em 2008, o transhomem Thomas Beatie virou notícia mundial sob o título de “o primeiro homem grávido”. Suas declarações em entrevistas eram/são reproduzidas quase como mantras, talvez a mais repetida seja “...nossa situação fará com que todos aceitem as várias possibilidades humanas e definam para si o que é normal” (BEATIE, 2008, p. 01). Anos depois sua história de vida ainda é recontada e lembrada nos blogs suscitando breves comentários e troca de informações sobre paternidade/maternidade. Esse é apenas um exemplo de como eles tomam algumas referências da vida dessas pessoas para refletir sobre si e sobre a sua trajetória.

Há um grande caráter político contido nas escritas e nos debates que se fazem nos blogs. Não podemos minimizar as implicações que as discussões sobre a existência de outros transhomens, sobre comportamento e modificações corporais, sobre o uso do nome social, sobre o direito ao sigilo e a privacidade, sobre as violências e preconceitos sofridos em casa, na escola e no trabalho, a exposição das rotinas médicas, os questionamentos feitos sobre práticas institucionais consolidadas e sobre o atendimento de profissionais da área da saúde, tem na vida dessas pessoas. Elas produzem efeitos. As reflexões sobre as relações de gênero, sobre corpo e sobre sexualidade, por exemplo, passam a ser consideradas e incorporadas na ordem do dia. Mesmo que por um instante, escrever e ler sobre as suas experiências ou sobre as experiências semelhantes de seus pares fazem com que eles (re)pensem e debatam questões tão caras do seu dia-a-dia. Ao discutir sobre as injustiças que interpelam seus corpos eles também expõem seu desejo manifesto por uma sociedade mais democrática e justa.

Nem todos eles compartilham o desejo por uma visibilidade e essa é uma questão política importante. O reconhecimento de si nas categorias “trans” ou até mesmo “transhomem” é descrito por alguns como um momento passageiro. Sobretudo em alguns transhomens que se identificam como heterossexuais fica evidente uma rejeição ao período anterior as modificações corporais e um grande desejo em se manterem invisíveis socialmente após o processo de transição, afirmando-se apenas como homem. Esse posicionamento inflexível parece configurar um problema interno, discutido entre o grupo como fator que desune e desarticula a luta por direitos específicos.

Os avanços políticos nacionais também são escritos, transcritos e debatidos nos blogs. Por exemplo, em fevereiro de 2013, a deputada federal Erika Kokay e o deputado federal Jean Willys apresentaram ao Congresso

Nacional o Projeto de Lei (PL) 5002/2013⁴⁴. O projeto visa garantir o direito do reconhecimento à identidade de gênero de todas as pessoas trans no Brasil, em termos próximos à Lei de Gênero da Argentina, e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973⁴⁵, de modo a tornar desnecessárias a autorização judicial, os laudos médicos ou psicológicos, as cirurgias ou a hormonioterapia. (ÁVILA, 2014; NERY; MARANHÃO FILHO, 2013). A tramitação dessa lei e outras questões políticas são acompanhadas e comentadas pelos usuários da blogosfera, sinalizando a atenção e o interesse de alguns por temáticas políticas.

Realmente não fica claro, tal qual já havia constatado Almeida (2012), qual anseio é mais predominante, o anseio de desaparecer aos olhos públicos ou o desejo de compor um grupo unificado, fortalecendo e compondo uma aliança política para encorpar a luta pelos seus direitos. O que fica expresso nas escritas é a satisfação de encontrar outros transhomens para compartilhar suas vivências singulares ali naqueles encontros pontuais no ambiente virtual.

É fato que o *on line* permite que os transhomens possam experimentar uma nova existência à sua maneira. No entanto, no *off line* acredito que pesam algumas

⁴⁴ Para mais detalhes acesse:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>

⁴⁵ A lei no. 6.015/73 dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios. (Redação dada pela Lei nº 9.708, de 1998). Parágrafo único. A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público. (Redação dada pela Lei nº 9.807, de 1999). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015.htm

dúvidas sobre a sua “escolha de camuflagem social”. Tornar-se/manter-se invisível aos olhos públicos pode sim, por um lado, representar uma escolha que traz alívio e permite a alguns um acesso facilitado à conquista individual por seus direitos. No entanto, por outro lado, suas escritas denunciam uma série de rompimentos com a família e com os amigos, denunciam uma grande dificuldade de convívio social, dificuldades de se estabelecer no mercado de trabalho que sugerem que as condições de possibilidades de uma vida pública são bastante limitadas por conta da vigilância e imposições sociais. Qual o peso que essas impossibilidades de ser debruça sobre os transhomens? Em meio a tantas palavras, as escritas confirmam que os transhomens são plurais em suas vivências, são plurais em suas corporalidades e são plurais nas maneiras como escolhem enfrentar os obstáculos que lhes são impostos.

Segundo Foucault (2004a), a escrita de si é uma técnica de si que “atenua os perigos da solidão”. Concordo com ele, quando reconhece que por meio do ato de escrever, a pessoa se modifica por sua relação com a palavra e, ao narrar-se, sua relação consigo, de modo que “a escrita transforma a coisa vista ou ouvida ‘em forças e em sangue’” (FOUCAULT, 2004a, p.152). Em meio à intrincada rede de comunicação dos blogs, histórias são produzidas, mediadas e interpeladas conduzindo efeitos na construção e transformação dos conhecimentos de si. Sendo assim, o que nos interessa investigar é quais “verdades” operam e difundem-se nessa relação da escrita de si.

As razões que motivam a escrita de si são diversas. Ser o objeto da própria escrita impele a pessoa a realizar um, nem sempre fácil, exercício de introspecção e uma (auto)análise de suas experiências, (in)coerências, desejos, características. Conforme afirma Butler (2015a, p. 18), “quando o eu busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse ‘si mesmo’ já

está implicado numa temporalidade social”, deste modo, o ‘eu’ não contém uma história própria que não seja também a história de uma relação – ou um conjunto de relações – para com um conjunto de normas. A escrita de si é uma maneira, em certa medida, de conhecer a si e, por conta disso, ao mesmo tempo é uma maneira de conhecer o outro. Também pode representar uma herança do dispositivo de confissão empregado intensamente na Idade Média pela tradição cristã, pois “o si é algo sobre o que há matéria a escrever, um tema ou um objeto (um sujeito) da atividade da escritura. [...] é uma tradição já bem estabelecida, já profundamente enraizada, quando Agostinho começa a escrever suas Confissões⁴⁶” (FOUCAULT, 2014, p. 175). A confissão, segundo Foucault (2001), sempre foi apresentada como uma eficiente estratégia de exame de consciência, uma chance de reavaliar os próprios atos e os “erros” para tentar corrigi-los.

No entanto, no caso dos transhomens, penso que, acima de tudo, escrever sobre si é uma forma de dar sentido às suas vivências. Ao escrever, entre tantas coisas, sobre como o seu corpo invariavelmente se defronta com o mundo exterior, eles se dão conta que “esse ‘defrontar-se com’ é uma das modalidades que define o corpo” (BUTLER, 2015b, p. 58). Resumir as suas experiências em palavras, buscar dar sentido ao que muitas vezes parece inominável por meio de um texto é transformar-se em personagem protagonista de sua história, é uma clara expressão de busca por “si mesmo”.

Escrever sobre os preços altos que pagam por ousar serem homens, principalmente, requentam dores, sentimentos de medo, raiva, desesperança e sofrimento. Porém nessas tentativas de expor e conhecer a si mesmos,

⁴⁶ As Confissões de Santo Agostinho foram escritas entre os anos de 397 e 401 e são tomadas como uma das mais importantes referências da escrita autobiográfica.

podemos encontrar um caráter terapêutico na medida em que exteriorizar suas emoções através da escrita imprime um alívio em suas palavras. Em tempos difíceis, a correnteza de vozes que se formam e circulam nos blogs pode transmitir conforto ou ainda incentivos para seguir em frente.

Como eu mencionei anteriormente, os blogs são muito mais que diários *on line*, embora essa ainda seja uma de suas principais utilizações. Como diários *on line* os blogs dos e para transhomens registram uma série de eventos datados e talvez esse seja o seu maior valor, guardar vestígios de acontecimentos históricos que aconteceram em determinado tempo sobre determinadas circunstâncias. Conservar memórias. Eles utilizam esses diários, entre algumas outras possibilidades, como uma forma de prazer, de refletir, de desabafar, de resistir. De prazer porque eles escrevem seus diários sem a pretensão de serem reconhecidos como escritores, reservando-se apenas o direito de saborear o encontro consigo em suas palavras e de deixar uma marca. De refletir, pois os diários lhes permitem olhar novamente com mais atenção sobre uma situação, esse exercício de sintetizar em palavras uma experiência exige um esforço de pensar e repensar sobre o que aconteceu. De desabafar, porque o diário às vezes é considerado como um amigo para que se possa confessar o inconfessável, contar os sentimentos e pensamentos mais profundos sem o medo de ser julgado. De resistir, pois a escrita de si por vezes infla de coragem àqueles que escrevem.

Considero importante ressaltar que como diários os blogs dos e para transhomens são seletivos e descontínuos. Dos diversos episódios de suas vidas, do seu cotidiano, apenas alguns são registrados. Por conta disso, ao ler esses “diários *on line*” pode-se ter a impressão de que a vida dos transhomens gira em torno apenas de sua transexualidade, quando na verdade não é exatamente isso que acontece. Essa conclusão equivocada desconsidera que

na realidade os blogs são um lugar que eles reservam para falar apenas ou principalmente sobre essa parte de suas vidas. Pode-se inferir também que seja uma consequência do silenciamento opressor que lhes é imposto em outros espaços de suas vidas, onde não se permite que falem sobre suas experiências.

O processo de autodescoberta dos transhomens é relatado por eles como algo que gradativamente vai se formar mediado pelas passagens em alguns espaços, como as instituições onde procuram por informações sobre as tecnologias de modificações corporais e os espaços políticos do movimento TLGB. No entanto a internet é, sem dúvida, o espaço apontado por eles como o mais importante nesse processo. Espaços virtuais tais como blogs, sites, Facebook e canais do YouTube, são predominantemente os locais onde eles podem ter contato entre os pares e buscar informações que os ajudem a compreender melhor suas experiências.

A internet também é uma das principais responsáveis pelo aumento significativo da visibilidade pública dos transhomens nos últimos anos. Não só por esse grupo, mas por eles também, os ambientes virtuais têm sido utilizados como ferramentas convenientes em sua trajetória de subjetivação e de exploração de uma rede transnacional de vivências similares (ALMEIDA; MURTA, 2013; ÁVILA, 2015; FREITAS, 2014; NERY; GASPODINI, 2014).

Os blogs (e as demais redes também) permitem aos transhomens obter informações sobre a realidade, perdas e conquistas dos transhomens em diferentes países do mundo. Lança-se a oportunidade de debater e pensar sobre as políticas públicas brasileiras e de como elas deveriam acolher e atender a população trans. Estas informações servem muitas vezes como base para subsidiar a formação de um olhar crítico sobre suas experiências no contexto nacional, impelindo-os a questionar, por exemplo, a qualidade e eficiência dos

serviços de atendimento público e privado das áreas da saúde, de segurança pública e jurídica.

Mas o relacionamento dos transhomens com os blogs transcende a busca por conhecimento, eles não apenas retiram informações, eles também ajudam na manutenção e retroalimentação desses dados. Ao compartilhar suas rotinas, suas descobertas, suas fotos, seus vídeos, seus desabaços, seus relatos de experiências, suas denúncias de violência e preconceito vivenciados, suas histórias de amor, seus inúmeros *links* que redirecionam para sites de vendas de produtos específicos como próteses penianas e *binders*, o compartilhamento de matérias e notícias sobre outros transhomens ou sobre política eles ajudam a manter e fazer dos blogs uma fonte rica de informações sobre si, sobre os processos transexualizador dos transhomens e sobre a vida social dessa população.

Os blogs também ganham destaque quando possibilitam aos transhomens a chance de aproximação com pessoas das mais diversas partes do mundo que percorrem um caminho semelhante ao seu, uma chance de encontrar o reconhecimento de si nas histórias dos outros, uma chance de humanizar a sua própria história. Ainda que pesem algumas críticas⁴⁷ sobre o que é exposto no ambiente virtual feitas, inclusive por alguns transhomens, a maioria dos usuários ainda atribui um número muito maior de benefícios do que de efeitos nocivos. Os blogs são um dos palcos possíveis para a exposição dessa experiência considerada abjeta, e por conta disso, eles são um solo fértil onde se produzem e veiculam regulações e supostas verdades sobre os transhomens. É possível encontrar

⁴⁷ Criticam, por exemplo, que o que pode ser exposto nos ambientes virtuais não seja nada mais além de um *fake*, um grande conjunto de inverdades que ajudam a ocultar a “verdadeira” realidade dos transhomens. Nos blogs, não encontrei debates sobre isso, uma vez que essa crítica parece recair muito mais sobre outras mídias como o Facebook.

tentativas de hierarquizar as transmasculinidades, ao mesmo tempo em que se produzem normas sobre as transmasculinidades, tencionam-se outras em um aparente cabo de guerra sobre as “verdadeiras” possibilidades de ser transhomem.

Em seus escritos Foucault (2004b) afirmava não existir “uma” verdade absoluta, e sim, o que ele intitulou de “jogos de verdade” constituídos historicamente. Para ele, os homens não descobrem “a verdade”, produzem-na, como produzem sua história. Foucault procura compreender os discursos em que o próprio sujeito é posto como objeto de saber possível, tentando compreender quais são “os processos de subjetivação e de objetivação que fazem com que o sujeito possa se tornar, na qualidade de sujeito, objeto de conhecimento.” (FOUCAULT, 2004b, p. 236). Chama de processos de subjetivação, nesse caso, a maneira como o homem se compreende como sujeito legítimo de determinado tipo de conhecimento, isto é, como o sujeito percebe a si mesmo na relação sujeito-objeto. Já os processos de objetivação, tratam do modo como o sujeito pôde se tornar um objeto para o conhecimento. Em seguida, ele aponta a objetivação e a subjetivação como processos complementares que se relacionam por meio dos jogos de verdade (FOUCAULT, 2004b).

Quanto aos jogos de verdade ele esclarece que os compreende “não a descoberta das coisas verdadeiras, mas as regras segundo as quais, a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso.” (FOUCAULT, 2004b, p. 235). Os jogos de verdade são os modos pelo quais os discursos podem ou não se tornar verdadeiros de acordo com as circunstâncias em que são ditos; a maneira pela qual um determinado tipo de objeto se relaciona com o sujeito. No caso dos blogs deparamo-nos com práticas discursivas em que os transhomens tornam-se o objeto privilegiado de pauta e de discursos que podem ser tomados como

verdadeiros ou falsos. Nesses espaços, tais pessoas são compreendidas como objeto de conhecimento e, ao mesmo tempo, por meio da escrita que fazem de si e de suas experiências detentores deste conhecimento. Neste sentido, por meio de trilhas tortuosas, portanto, as subjetividades dos transhomens imersos na blogosfera podem estar sendo tecidas pelos efeitos dos jogos de verdade ali presentes.

A troca, o compartilhamento pressupõe um aprendizado, no caso dos blogs, tanto para aqueles que escrevem como para aqueles que lêem. Conforme assegurava Foucault (2004a) ao falar da escrita de si (mais especificamente quando fala sobre correspondências/cartas), “a escrita que ajuda o destinatário arma aquele que escreve – e eventualmente terceiros que a leiam” (p. 151). Neste sentido, no momento em que escreve sobre si, aquele que escreve pensa sobre si, sobre suas relações, sobre sua maneira de estar no mundo e, de certa forma, se reinventa, ao se organizar como um personagem. E por outro lado, aquele que lê, ao se permitir mergulhar nas histórias de outrem, também se reelabora, ao ressignificar as palavras que leu. A legitimidade que se dá entre o relato e a experiência não é uma novidade. O testemunho sobre uma experiência vivida é valorizado socialmente. Nesse sentido, compreende-se socialmente que contar sobre a sua experiência de transmasculinidade, contar sobre o que passou torna os transhomens “especialistas” no assunto.

Se por um lado os blogs dos e para transhomens são bastante prescritivos, frequentemente indicando modos “certos” de viver a transmasculinidade, por outro são evidentemente espaços de resistência sobre o que é ser transhomem/homem. Muito mais do que uma forma de resistência ao social, escrever pode ser um manifesto de resistência à dor, ao sofrimento, às violências e aos preconceitos vivenciados à flor da pele. O compartilhamento torna os blogs lugares, ainda que virtual, onde se constroem amizades. Além de um grande arquivo

de memórias, são ferramentas que ajudam a construir suas características singulares, pois a escrita de si também é uma forma de subjetivação. Esses blogs também ajudam a modificar o que se pensa sobre os corpos e os gêneros, uma vez que apresentam vestígios do quão plural as pessoas encaixotadas em uma categoria podem ser. E, não menos importante, esses lugares únicos são uma possibilidade de tornar uma viagem que pode ser muito solitária em uma trajetória acompanhada.

6. SE EU FOSSE CONCLUIR (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

6.1 Da necessidade de contar a impossibilidade de dizer

“A rigor, as palavras exercem aqui certo poder que não fica imediatamente claro. Elas agem, exercem certo tipo de força performativa, por vezes são claramente violentas em suas consequências, como palavras que, ou constituem, ou geram violências. Com efeito, às vezes parece que as palavras agem de modo ilocucionário, encenando o feito que nomeiam no próprio momento da nomeação.”

Judith Butler

No percurso de construção desta dissertação, durante meses eu acompanhei as escritas virtuais dos transhomens sobre os seus modos de experienciar a transexualidade. Nos blogs, os transhomens escrevem sobre sua intimidade, suas angústias, seus medos, seus sonhos, suas rotinas, demarcando a blogosfera como um lugar possível para dar forma à escrita de si. Tal qual um grande quebra-cabeça, no qual vão juntando pedaços de suas vidas para contar a sua história.

Os relatos nos blogs possibilitam vivenciar um novo modo de vida, uma vez que, os transhomens podem contar-se de muitas maneiras diferentes. Das tantas formas que poderíamos pensar os blogs, podemos pensá-los como cartas arremessadas dentro de garrafas ao mar, sem destino certo, endereçadas a amigos e estranhos desconhecidos, na busca por reconhecimento.

Por meio de imagens e fotografia, por meio de músicas, poesias e vídeos eles falam sobre eles, talvez

tentando transpor os muros altos e maciços que os cercam. Tentam chegar a outro lugar, tentam sair do lugar e os blogs parecem representar um meio de fuga.

Por que ter um blog? Por que não tê-lo? Por que escrever? Por que ler textos alheios? Nos blogs, fala-se, fala-se, fala-se recorrendo à escrita de si. Um lugar onde as qualidades e os defeitos, as predileções, os desejos são confessados – ou são forçados a confessar? Eu busquei discutir a escrita de si presente nos blogs, que muitas vezes é pensada apenas como uma forma de diário íntimo. Essas escritas, muitos mais do que escritas da intimidade, são ferramentas que veiculam, produzem e reproduzem discursos sobre a transexualidade e sobre os transhomens.

Não menos importantes que os longos relatos e postagens, são os comentários. Afinal, tal qual afirma Foucault (1996), o comentário é um dos artifícios de controle e delimitação dos discursos nas sociedades; por meio dele, incide uma espécie de desnivelamento entre o primeiro texto, discurso que localizasse na origem de certo número de atos novos de fala que o retomam, o transformam ou dele falam, e o segundo texto, discurso que “se diz” na banalidade do dia a dia cotidiano, e que passa com o próprio ato que o pronunciou.

Percebe-se uma grande valorização dos blogs pelos transhomens por entenderem esse espaço como um local no qual se imagina poder tudo dizer. Percebe-se que a maioria deles acredita que as mídias virtuais, tais como os blogs, são lugares livres das coerções que regem os demais âmbitos sociais. Os/as blogueiros/as sabem que não escrevem apenas para si e, de fato, nem esperam que seu relato fique aprisionado, eles/elas desejam tornar seus escritos públicos. Buscam pelo outro, pela sua leitura, pelo seu olhar, pela sua ‘escuta’ atenta.

Foucault (1996) pergunta “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (p. 8). No que tange os blogs, esta pesquisa

mostra que eles estão distantes de configurar uma *escrita esgotada* ou *sem importância*. Pelo contrário, trata-se de uma forma de escrita complexa e importante, atrelada a uma produção discursiva diferenciada pela conservação de verdades socialmente acolhidas e aceitas, diluída em pequenos ou grandes textos ‘leves’, pois possui uma linguagem (quase sempre) de fácil compreensão.

Acredito que esta necessidade (muitas vezes ininterrupta e perseverante) de contar fatos e acontecimentos sobre si e sobre a sua vida é uma maneira que essas pessoas encontraram de se lançarem no campo da visibilidade social, de pedirem a voz. Sem dúvida, essa necessidade de contar é alicerçada na impossibilidade histórica de dizer o que pensam, de criticar, de denunciar, de lutar contra as injustiças que repousam sobre seus corpos abjetos.

Pesquisar um pouco sobre a utilização das mídias virtuais pelos transhomens exigiu avançar por um terreno marcado por tensões, contradições e contestações, uma vez que esta investigação mostrou que os modos de existir dos transhomens são plurais, fluidos e em constante movimento. Tentei trazer, neste trabalho, como alguns transhomens se articulam, mediante os blogs, com o discurso do “ser transhomem”, como acessam e trocam as informações sobre as modificações corporais, sobre o nome social, sobre suas lutas diárias, a permanência na escola, a estabilidade profissional, as relações amorosas e familiares, o companheirismo e a cumplicidade que encontram nas amizades virtuais e as formas que experienciam suas transformações.

Não foi possível encontrar dados suficientes para responder a todas as perguntas suscitadas nessa dissertação. É necessário salientar como principais limitações que enfrentei, que alguns dos blogs encontram-se “abandonados”, desatualizados e dois deles foram desativados no decorrer dessa pesquisa. As características únicas dos blogs, como mencionado anteriormente fazem

deles uma rica fonte de informação, mas reconheço que em outras oportunidades cruzar suas informações com as encontradas em outras mídias virtuais pode gerar reflexões valiosas para pensar as transexualidades masculinas.

Certamente os atravessamentos entre a constituição subjetiva dos transhomens com as questões sociais, raciais e religiosas, também merecem ser mais exploradas e analisadas em pesquisas futuras. Outros desafios que se apresentam nesse campo e que precisam ser mais explorados são sobre os significados e discursos que circulam entre os transhomens que não utilizam mídias virtuais. Se as mídias virtuais são de fato tão importantes na constituição de suas subjetividades tal como apontam alguns blogueiros/as e seus/suas leitores/as, como se subjetivam os transhomens que não têm acesso a essa rede? Como se reconhecem? Quais os modelos que moldam seus corpos? Termino com a certeza que, depois de dois anos de mestrado, entrego uma leitura séria e comprometida, que aponta alguns caminhos para melhor compreender o universo singular dos transhomens.

7. REFERÊNCIAS

AFONSO, C. A. Internet no Brasil: o acesso para todos é possível? **International Development Research Centre**, Canadá, 2000. Disponível em: <http://www.idrc.ca/uploads/userS/10245206800panlacafoant.pdf>. Acesso em: 14 abr 2015.

ALBUQUERQUE, E. D. P. **Linguagem e produção de conhecimento**: uma chave de leitura para as relações intersubjetivas no contexto escolar. 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1998.

ALMEIDA, G. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 256-266, 2012.

ALMEIDA, G.; MURTA, D. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, v. 0, n. 14, p. 380-407, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198464872013000200017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 Ago 2015.

AMARAL, A.; NATAL, G.; VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico na pesquisa em comunicação digital. **Revista Famecos**, 20, p. 34-40, 2008.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-IV-TR**: Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

_____. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

APA. **Diagnostic and Statistical Manual – Mental Disorders.** DSM-I, 1952. Disponível em: <http://dsm.psychiatryonline.org/data/PDFS/dsm-i-pdf>. Acesso em: 28 Set 2015.

ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora**, v.9, n. 1, p. 49-63, 2006.

_____. Normas de gênero e práticas de saúde: análise dos serviços que prestam assistência interdisciplinar a transexuais no Brasil. In: ARILHA, M.; LAPA, T. DE S.; PISANESCHI, T. C. (Org.). **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde.** São Paulo: Oficina Editorial, 2010. p. 274-284.

ATHAYDE, A. V. L. de. Transexualismo masculino. **Arq Bras Endocrinol Metab**, v. 45, n. 4, p. 407-414, 2001.

ÁVILA, S. N. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem:** A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. 2014. 243f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, SC, 2014.

_____. **Transmasculinidades:** A emergência de novas identidades políticas e sociais. Porto Alegre: Multifoco, 2015.

_____; GROSSI, M. P. “Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina”. In: **Fazendo Gênero 9:** Diásporas, diversidade,

deslocamentos, 23 a 26 de agosto de 2010, Florianópolis, 2010. Disponível em:
http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278255349_ARQUIVO_Maria,MariaJoao,Joao040721010.pdf.
 Acesso em: 03 Mai 2015.

_____ ; GROSSI, M. P. Transexualidade e Movimento Transgênero na Perspectiva da Diáspora Queer. In: Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, 5., 2010, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ABEH, 2010. Disponível em:
<http://pt.scribd.com/doc/59733080/TRAN-SEXUALIDADE-E-MOVIMENTO-TRANSGENERO-NA-PERSPECTIVA-DA-DIASPORA-QUEER-Simone-Avila-e-Miriam-Pillar-Grossi>. Acesso em: 04 Mai 2015.

BADINTER, E. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BEATIE, T. **Labor of Love**: is society ready for this pregnant husband?, 2008. Disponível em:
http://www.advocate.com/Society/Commentary/Labor_of_Love/. Acesso em: 15 Out 2015.

BENTO, B. A. M. Da transexualidade oficial às transexualidades. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M.; CARRARA, S. (Org.). **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 143-172.

_____. **A reinvenção corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____ ; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20. n. 2, p. 246-256, 2012.

BERGER, M. **Corpo e identidade feminina**. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) - Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOURCIER, M. Technotesto: biopolitiques des masculinités tr(s)ans hommes. **Cahiers du Genre**, v. 45, p. 59-84, 2008.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOWMAN, C.; GOLDBERG, J. M. Care of the patient undergoing sex reassignment surgery. **International Journal of Trans genderism**, v. 9, n. 3/4, p. 135-165, 2006.

BRAGA, A. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. **UNIrevista**, v. 1, n. 3, p. 1-11, 2006.

BUTLER, J. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of 'Sex'**. New York and London: Routledge, 1993.

Butler, J. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, R. M. M. **Sexualidades transgressoras** – Uma antologia de estudios queer. Barcelona: Icaria editorial, 2002. p. 55-81.

_____. **Problemas de gênero** – feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

_____. Violencia, luto y política (Debate). **Íconos** - Revista de Ciencias Sociales. 17, p. 82-99, 2003b.

_____. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006a.

_____. **Vida precaria:** el poder de la violencia y el duelo. Buenos Aires: Paidós, 2006b.

_____. **Vulnerabilitat, supervivència.** Barcelona: CCCB, 2008.

_____. **Corpos que pesam:** sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado** – Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 110-126.

_____. **O clamor de Antígona** – parentesco entre a vida e a morte. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

_____. **Relatar a si mesmo** – Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015a.

_____. **Quadros de guerra** – Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

CABRERA, Y. Fútbol, piñas y barro. In: TRON, F.; FLORES, V. (Ed). **Chonguitas:** Masculinidades de niñas. Neuquén: La Mondonga Dark, 2013. p. 34-37.

CHAUNCEY, G. **Gay New York:** Gender, Urban Culture, and the Making of the Gay Male World. New York, Basic Books, 1994. P. 1890-1940.

COLL-PLANAS, G. **La voluntad y el deseo.** La construcción social del género y la sexualidad: el caso de lesbianas, gays e trans. Barcelona/Madrid: Egales, 2011.

CONNELL, R. W. **Masculinities:** knowledge, power and social change. Berkeley: University of California Press, 1995.

_____. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (Ed.). **Masculinidad/es: poder y crisis**. Santiago: Ediciones de las mujeres, 1997. p. 31-48.

_____; MESSERSCHMIDT, J. W.
Masculinidade hegemônica: repensando o conceito.
Revista Estudos Feministas, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

DEMETRIOU, D. Z. Connell's Concept of Hegemonic Masculinity: A Critique. **Theory and Society**, v. 30, n. 3, p. 337-361, 2001.

DIAS, A. C. G.; TAILLE, Y. de L. O uso das salas de bate-papo na Internet: um estudo exploratório acerca das motivações, hábitos e atitudes dos adolescentes. **Interação em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 43-51, 2006. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/view/5778/4214>. Acesso em: 27 Ago 2015.

DIZARD Jr., W. **A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DHOLAKIA, N.; ZHANG, D. Online qualitative research in the age of e-commerce: data sources and approaches. Forum: **Qualitative Social Research**, v. 5, n. 2, p. 1-10, 2004. Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/594/-1290>. Acesso em: 05 Mar 2015.

FÉLIX, J. (2012). Entrevistas on-line ou algumas pistas de como utilizar bate-papos virtuais em pesquisas na educação e na saúde. In: MEYER, D. E. E.; PARAÍSO, M. (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 116-134.

FOUCAULT, M. Sexualité et solitude. In: **Dits et Écrits IV**. Paris: Gallimard, 1981/1994. p. 168-180.

_____. **História da Sexualidade II** - O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986/1984.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **O que é um autor?** Lisboa: Ed. Veja, 1997.

_____. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2001/1985.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____. **Ditos & Escritos: V** – Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ditos & Escritos: V** - Ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. p. 258-280.

_____. **História da Sexualidade III**: O cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. **Ditos & Escritos: IX** – Genealogia da ética, Subjetividade e Sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREITAS, R. V. **Homens com T maiúsculo**: processos de identificação e construção do corpo nas transmasculinidades e a transversalidade da internet. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

FREITAS, H.; JANISSEK-MUNIZ, R.; ANDRIOTTI, F. K.; FREITAS, P.; COSTA, R. S. Pesquisa via Internet: características, processo e interface. **Revista Eletrônica Gianti**, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2004.

GIBSON, W. **Neuromancer**. New York: Ace Books, 1984.

GILMORE, D. Culturas de la masculinidad. In: A. CARABÍ; J. M. ARMENGOL (Eds.). **La masculinidad a debate**. Barcelona: Icaria, 2008.

GUIZZO, B. S. **Identidades de gênero e propagandas televisivas**: um estudo no contexto da educação infantil. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

HALBERSTAM, J. **Masculinidad Femenina**. Barcelona/Madrid: Egales, 2008.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (Org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

HEARN, J. "Is Masculinity Dead?" A critical Account of the Concepts of Masculinity and Masculinities. In: MAC, M.; GHAILL, M. (Ed.). **Understanding Masculinities**:

Social Relations and Cultural Arenas. Buckingham: Open University Press, 1996. p. 202-217.

_____. From Hegemonic Masculinity to Hegemony of Men. **Feminist Theory**, v. 5, n. 1, p. 49-72, 2004.

HINE, C. **Virtual ethnography**. London: Sage, 2000.

JESUS, J. G. Trans-formações: poder e gênero nos novos tempos. **Anais do 18º Congresso Brasileiro de Psicodrama**. Brasília: Federação Brasileira de Psicodrama, 2012.

_____. (Org.). **Transfeminismo: teorias & práticas**. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014.

_____; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Cronos**, v. 11, n. 2, p. 8-19, 2010. Disponível em:
<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/2150/pdf>. Acesso em: 12 Nov 2015.

JUNGBLUT, A. L. A heterogenia do mundo on-line: algumas reflexões sobre virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço. **Horizontes Antropológicos**, v. 10, n. 21, p. 97-121, 2004. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832004000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 Ago 2015.

KIM, J. H. Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural. **Horizontes Antropológicos**, v. 10, n. 21, p. 199-219, 2004. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&-

pid=S010471832004000100009&lng=pt&nrm=iso.
Acesso em: 10 Ago 2015.

KIMMEL, M. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas". **Horizontes Antropológicos**, v. 9, n. 4, p. 103-107, 1998. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/kimmel-a-producao-simultanea-de-masculinidades-hegemonicas-e-subalternas.html>. Acesso em: 13 Jun 2015.

_____. Los estudios de la masculinidad: una introducción. In: A. CARABÍ & J. M. ARMENGOL (Eds.). **La masculinidad a debate**. Barcelona: Icaria, 2008.

KOYAMA, E. Transfeminist Manifesto. In: DICKER, R.; PIEPMEIER, A. **Catching a Wave: Reclaiming Feminism for the Twenty-First Century**. Northeastern University Press, 2003. p. 244-259.

KOZINETS, R. V. The field behind the screen: using netnography for marketing research in online communities. **Journal of Marketing Research**. v. 39, n. 1, p. 61-72, 2002.

KOZINETS, R. V. **Netnografia** – realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LEBOVIC, G. S.; LAUB, D. R. Metoidioplasty. In: EHRLICH, R. M.; ALTER, G. J. (Eds.) **Reconstructive and Plastic Surgery of the External Genitalia**. Philadelphia: WB Saunders, 1999. p. 355-360.

LEMOS, A. L. M. **A arte da vida**. Webcams e diários pessoais na internet. Trabalho apresentado no GT Comunicação e Sociedade Tecnológica do X COMPÓS na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 04 a 07 de

junho de 2002, 2002. Disponível em:
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/37b5da563c6bc5ec6f2697de38bffd-84.pdf>. Acesso em: 07 Jul 2015.

LISPECTOR, C. **A Paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1964.

LOBO, L. **Segredos públicos**: os blogs de mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação** – Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MÂNICA, G. **Quando se perfaz um dispositivo confessional, a palavra escrita se desvela e o corpo revela-se**: Análise de discursos sobre a corporeidade de anoréxicas que fundam weblogs vinculados ao movimento Pró-anorexia (Pró-Ana). 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

MARTIN, P. Y. Why Can't a Man Be More like a Woman? Reflections on Connell's Masculinities. **Gender and Society**, v. 12, n. 4, p. 472-474, 1998.

MARTINS, A. S. Netnografia Etnografia no Mundo Virtual. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 12, n. 1, p. 19-27, 2013.

MENDES, C. M. A Pesquisa On-line: Potencialidades da Pesquisa Qualitativa no Ambiente Virtual. **Hipertextus revista digital** (UFPE), v. 2, n. 1, p. 01-09, 2008.

MILL, D. **Educação a distância e trabalho docente virtual**: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade Mídia. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MILL, D.; FIDALDO, F. Espaço, tempo e tecnologia no trabalho pedagógico: redimensionamentos na Idade Mídia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 88, n. 220, p. 421-444, 2007.

MISKOLCI, R. O armário ampliado - notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. **Gênero**, v. 9, n. 2, p. 171-190. Niterói: IEG, 2009.

_____. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos**, v. 12, n. 2, p. 09-22, 2011.

MONTARDO, S.; ROCHA, P. Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura. **E-Compós** - Revista da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v. 4, n. 1, p. 1-22, 2005. Disponível em <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/55>. Acesso em: 19 Abr 2015.

MONTARDO, S. P.; PASSERINO, L. M. Estudo dos blogs a partir da netnografia: possibilidades e Limitações. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 4, n. 2, p. 1-10, 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/14173>. Acesso em: 27 Ago 2015.

MORTON, H. Computer-Mediated Communication in Australian Anthropology and Sociology. **Social Analysis**

Journal of Cultural and Social Practices, v. 45, n. 1, p. 3-11, 2001.

NASH, M. G.; FERREIRA, W. R. **Michaelis Dicionário de Expressões Idiomáticas**: inglês – português. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

NERY, J. W.; MARANHÃO FILHO, E. M. de A. Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências. **História Agora**, v. 16, n. 2, p. 60-80, 2013.

NERY, J. W.; GASPODINI, I. B. Transhomens no ciberespaço: articulação e visibilidade. In: VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura. **ABEH**: Porto Alegre, 2014.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. **Na malha da rede**: os impactos íntimos da internet. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

_____. Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas. **Psicologia. Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 2, p. 193-202, 2002.

_____. Sociabilidade virtual: separando o joio do trigo. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 50-57, 2005.

_____. Internet: Uma nova plataforma de vida. In: NICOLACI-DA-COSTA, A. M. (Org.). **Cabeças Digitais**: O cotidiano na Era da Informação. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio / Edições Loyola, 2006. p. 19-39.

_____; DI LUCCIO, F. Blogs: De Diários Pessoais a Comunidades Virtuais de

Escritores/leitores. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 1, p. 132-145, 2010.

NORIEGA, G. N. Los “hombres” y el conocimiento. Reflexiones epistemológicas para el estudio de los “hombres” como sujetos genéricos. **Desacatos**, n. 15-16, p. 13-32, 2004.

_____. **La diversidad sexual y afectiva: Un nuevo concepto para una nueva democracia**. México: Mimeo, 2005.

_____. “Los ‘hombres’ en los estudios de género de los ‘hombres’: un reto desde los estudios queer”. In: CARLOS, R. J.; GRISELDA, U. (Org).

Masculinidades: el juego de género de los hombres en el que participan las mujeres. México: Plaza y Valdés - Universidad de Guadalajara, 2008. p. 43-57.

OLIVEIRA, P. P. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID 10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PELUCIO, L.; CERVI, M. Traições, Pequenas Mentiras e Internet: conjugalidades contemporâneas e usos de mídias digitais. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, v. 1, n. 3, p. 25-51, 2013.

PIÑEROBA, J. A. N. **Transexualidad, intersexualidad y dualidade de género**. Barcelona: Ediciones Bella Terra, 2008.

POLIVANOV, B. Etnografia Virtual, Netnografia ou Apenas Etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**, v. 1, n. 3, p. 61-71, 2013. Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/viewFile/4621/3243>. Acesso em: 11 Set 2015.

PRECIADO, B. **Manifiesto contra-sexual**: prácticas subversivas de identidad sexual. Madrid: Pensamiento Opera Prima, 2002.

_____. **Multitudes queer**. 2004. Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/Multitudes-queer>. Acesso em: 17 Mai 2015.

PRINS, B.; MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002.

RAMÍREZ RODRÍGUEZ, J. C. Ejes estructurales y temáticos de análisis del género de los hombres. Una aproximación. In: RAMÍREZ RODRÍGUEZ, J. C.; VÁZQUEZ, G. U. (Org.). **Masculinidades**. El juego de género de los hombres en el que participan las mujeres. México: Academia de Ciencias Jalisciense, Academia Mexicana de Estudios de Género de los Hombres, 2009. p. 85-112.

RICH, A. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. **Signs**, v. 5, n. 4, p. 631-661, 1980.

_____. **Nacida de mujer**. Barcelona: Noguer, 1987.

_____. Notas para uma política de localização. In: MACEDO, A. G. (Org.). **Gênero, desejo e identidade**. Lisboa: Cotovia, 2002/1984. p. 15-34.

ROMÃO-DIAS, D. **Nossa plural realidade**: um estudo sobre a subjetividade na era da Internet. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2001.

ROSSI, T. J. N. **Novas formas de defesa na era dos excessos**. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2004.

RUBIM, A. A. C. A contemporaneidade como idade mídia. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, v. 4, n. 7, p. 25-36, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v4n7/03.pdf>. Acesso em: 14 Nov 2014.

RUBIN, G. The traffic in Women: Notes on the "Political Economy of Sex". In: REITER, R. (Ed.). **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-209.

SÁ, S. **O samba em rede** – Comunidades virtuais, dinâmicas identitárias e carnaval carioca. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

SALES, S. R. **Orkut.com.escol@**: currículos e ciborguização juvenil. 2010. 230f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Ciências da Educação. Belo Horizonte, MG, 2010.

_____. Etnografia+netnografia+análise do discurso: articulações metodológicas para pesquisar em educação. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Org.) **Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 113-134.

_____ ; PARAÍSO, M. A. Escola, Orkut e juventude conectados: falar, exibir, espionar e disciplinar. Campinas. **Pro-Posições**, v. 21, n. 2, p. 225-242, 2010.
Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n2/v21n2a14.pdf>. Acesso em 12 Dez 2014.

SANTOS, L. F. O. **Tornar-se homem**: Dramaturgias em torno das apresentações de si, das emoções e dos afectos em palcos offline e online. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Educação e Psicologia. Universidade de Minho: Braga, 2009.

SANTOS, M. F. L; ARÁN, M. **A construção do dispositivo da transexualidade**: saberes, tessituras e singularidades nas vivências trans, 2011. Disponível em: <http://nugsexdiadorim.files.wordpress.com/2011/12/a-construc3a7c3a3o-do-disposi-tivo-datransexualidade-saberes-tessituras-e-singularidades-nas-vivc3aancias-trans1.-pdf>. Acesso em: 02 Fev 2015.

SCHITTINE, D. **Blog**: comunicação e escrita íntima na internet. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SCHPUN, M. R. (Org.). **Masculinidades** São Paulo: Boitempo, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOLEY-BELTRÁN, P. **Transexualidad y la Matriz Heterossexual**: un estudio crítico de Judith Butler. Bellaterra, Barcelona, 2009.

SUTCLIFF, P. A.; DIXON S.; AKEHURST R. L.; et al. Evaluation of surgical procedures for sex reassignment: A

systematic review. **Journal of Plastic, Reconstructive & Aesthetic Surgery**, v. 62, n. 3, p. 1-13, 2007.

TEIXEIRA, F. do B. Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 501-212, 2012.

TREVISAN, J. S. **Seis balas num buraco só**: a crise do masculino. Rio de Janeiro: Record, 1998.

TURKLE, S. **Life on the Screen**: identity in the age of the Internet. New York: Simon and Schuster, 1995.

VIGOYA, M. V. Teorías feministas y estudios sobre varones y masculinidades. Dilemas y desafíos recientes. **La manzana de la Discordia**, v. 2, n. 4, p. 25-36, 2007.

Disponível em:

<http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/A2N4/art2.pdf>. Acesso em: 02 Out 2014.

VOJNIAC, F. Desconstruindo falas do falo. Resenha de: Nordestino: Uma Invenção do Falo. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 664-667, 2003.

WESTON, J. **Old freedoms and new technologies**: the evolution of community networking. The Information Society, 13, p. 195-201, 1997.

ZOVIN, C. **Celebridades**: A influência nos padrões de consumo no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

8. ANEXO 1: PARECER E PROPOSTA DE RESOLUÇÃO / PC/CFM/Nº 39/97

ASSUNTO: Cirurgia transgenital

RELATORES: Dr. Júlio Cezar Meirelles Gomes e Lúcio Mario da Cruz Bulhões (Comissão de Estudos sobre Transexualismo)

HISTÓRICO

O presente parecer originou-se de uma iniciativa da diretoria do Conselho Federal de Medicina, a qual, preocupada com artigos sobre cirurgia de transexualismo publicados na imprensa leiga, designou uma comissão - composta pelos conselheiros Júlio César Meirelles Gomes e Lúcio Mário da Cruz Bulhões - com a finalidade de organizar um debate sobre o tema transexualismo, concretizado na Sessão Plenária de 10/8/95, bem como elaborar relatórios sobre a matéria, com vistas à possibilidade de tornar ética a proposta terapêutica conhecida como cirurgia de transgenitalismo, a saber: neocolpovivoplastia e neofaloplastia, já praticadas em diversos países e no Brasil ainda restritas ao âmbito acadêmico/experimental.

Após o primeiro debate, ocorrido na sede do Conselho Federal de Medicina em 10/8/95, com a presença do prof. Ronaldo Pamplona da Costa, prof. Jalma Jurado e deputado José Coimbra, a comissão buscou novos elementos de doutrina e promoveu em Salvador/BA, em 19/3/97, por ocasião do I ENCM - Encontro Nacional dos

Conselhos de Medicina, do ano de 1997, outro debate sobre o tema, com a presença da dra. Ana Daniela Leite e Aguiar, representante da OAB/DF - Seção de Direitos Humanos, prof. Jalma Jurado e prof. Ronaldo Pamplona. Neste encontro houve a apresentação do tema, mediante palestras fartamente ilustradas, e a promoção de debates sobre a questão, após o que a Plenária manifestou-se, por maioria, favorável ao procedimento cirúrgico, ressalvados o embasamento legal a ser apreciado a posteriori e a compreensão de que o procedimento proposto constitua uma forma especial de tratamento médico, com fundamento técnico e adequação legal.

A questão do transexualismo, segundo nosso entendimento, deve ser enquadrada no âmbito das intersexualidades não-orgânicas - como também sugere o professor Jalma Jurado, estudioso da matéria e autor de técnicas cirúrgicas transgenitais.

CLASSIFICAÇÃO DOS ESTADOS INTERSEXUAIS

O próprio trabalho do prof. Jurado, apresentado no debate do I ENCM - Salvador, referenda os elementos de definição técnica do estado intersexual:

"Existem variadas classificações tentando englobar todas as possibilidades clínicas, porém a de Klebs (1876), com algumas modificações, permite boa compreensão, facilidade diagnóstica e propostas terapêuticas. Utiliza como primeiro critério a histologia presente nas gônadas:

1. HERMAFRODITISMO (as gônadas são histologicamente normais e ocorrem ambivalências morfológicas).

A. 1- VERDADEIRO: há concomitância dos dois tecidos gonadais (masc. e fem.) no mesmo indivíduo. São raros os casos na literatura; vivem como homens ou mulheres inférteis, com sexo genital ambíguo uni ou bilateral (de um lado masc. e de outro, fem.).

B.2- FALSO OU PSEUDO-HERMAFRODITISMO: só há um tipo de gônada presente (ovário ou testículo) e ocorre ambigüidade somática de dois tipos:

B.1- Feminino - o pseudo-hermafroditismo feminino (presença de ovários) é a forma de intersexualidade mais comum (50%), causando grandes problemas para o afetado, família e sociedade, principalmente se for mantido no sexo masculino, pois neste caso a função sexual ativa será precaríssima.

B.2- Masculino - o pseudo-hermafroditismo masculino (presença de testículos) tem graus variados de feminização somática. A mais intensa é a síndrome de Morris (soma feminino), com testículos presentes em hérnias inguinais.

2. GÔNADAS DISGENÉTICAS: é um estado intersexual produzido por gônadas mal diferenciadas surgidas de alterações numéricas nos cromossomos sexuais, como a síndrome de Klinefelter e a de Turner.

3. HERMAFRODITISMO PSÍQUICO - disforia do gênero ou transexualismo, termo introduzido por Benjamin - As gônadas têm histologia normal, mas atrofiam-se pela contínua auto-ingestão de hormônios do sexo oposto.

Nestes casos, temos os sete níveis de diferenciação sexual concordantes, excetuando o SEXO PSÍQUICO, FUNCIONAL E CEREBRAL. O indivíduo só se identifica

com o sexo oposto, não aceitando em nenhuma hipótese manter-se na condição disfórica; não tem absolutamente funcionalidade sexual ativa, apresenta ereção insuficiente, masturbação ausente e repulsa ou desejo de castração do próprio genital, além de busca desesperada por auxílio científico. Seu hipotálamo induz ao comportamento e aparência física do outro sexo."

FUNDAMENTOS

De fato, constitui competência singular do Conselho Federal de Medicina estudar a fundo a questão da cirurgia transgenital corretivo e oferecer à sociedade uma proposta ética conciliatória entre a possibilidade plástica e os impedimentos legais que vedam a mutilação do ser humano, vista como a simples supressão de Órgão ou funções, conforme o artigo 129 do Código Penal:

"Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

§ 2º

III - perda ou inutilização de membro, sentido ou função;"

O impedimento ético estaria configurado no artigo 42 do Código de Ética Médica, que literalmente veda ao médico: "Praticar ou indicar atos médicos desnecessários ou proibidos pela legislação do País", não fosse a licitude evidenciada no artigo 199 da Constituição Federal, parágrafo quarto, que trata das condições e requisitas que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento; a isso, alia-se o fato de que a transformação da genitália

constitui a etapa mais importante no tratamento de transexualismo.

Ao Conselho Federal de Medicina convém, destarte, examinar com propriedade os dispositivos contidos no artigo supracitado, bem como, da Lei n° 9.434, de 4/2/97, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplantes ou tratamento, a qual, em seu artigo 9° explicita ser "permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos ou partes do próprio corpo vivo para fins de transplante ou terapêuticos". Ora, o que se impõe, então, é reconhecer e fundamentar como opção terapêutica uma cirurgia que se dispõe a remodelar a genitália externa de acordo com o sexo psíquico. Para tanto, é forçoso reconhecer em caráter preliminar, como pré-requisito, a existência de múltiplas definições de identidade sexual, além do simples sexo cromossômico ou genético surgido na oogênese e traduzido pela formulação 44xx e 44xy, fêmea e macho.

Destacamos parte da matéria contida no jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, de janeiro de 1997, sobre o assunto, que se mostra ilustrativa e oferece robustos elementos de convicção:

"Levando em consideração que há cirurgias mutiladoras, mas não antiéticas, que se baseiam na necessidade de recuperação da saúde lato senso, alvo de toda a atenção do médico, bem como procurar dar ao paciente uma condição de saúde psíquica não caracteriza um ato médico desnecessário, é que o Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF), em sessão plenária realizada em 19 de maio de 1994, aprovou parecer do conselheiro Pedro Pablo Magalhães Chacel sobre consulta acerca da legalidade e eticidade da cirurgia transexual, decidindo que o médico ao praticar uma cirurgia transexual em tese não

comete infração ao Código de Ética Médica, não lhe competindo, entretanto, fornecer ao paciente atestado de mudança de sexo, ao mesmo tempo que o médico deve ser alertado que do ponto de vista criminal a lesão corporal é crime de ação pública, independente de uma denúncia, podendo ser instaurado processo de autoridade judicial."

Jalma Jurado, reconhecida autoridade no âmbito da cirurgia experimental de transgenitalismo no Brasil, dispõe que: "Use a ciência médica reconhecer o termo tratamento há compatibilização legal para a cirurgia do transexual em nossa Carta Magna, bastando leis de reassentamento civil" e esclarece ainda, no tópico seguinte, que "a transgenitalização não extirpa órgãos ou abole função, pelo contrário adapta a genitália autodesfuncionalizada para a cópula em anatomia apta à função coeundi. Apenas as gônadas, atrofiadas pelo bombardeio hormonal, são removidas pelo seu potencial cancerígeno". E mais, "acreditamos, s.m.j., que a cirurgia do transexual devidamente padronizada e regulamentada é um procedimento ético, legal e de ressocialização humana".

Este tipo de cirurgia é praticada com o propósito de beneficiar um paciente portador de sexo psicológico feminino, desejoso de fazer a cirurgia de conversão da genitália; caso contrário, propenso ao auto-extermínio em face do grave conflito entre fenótipo e consciência de opção sexual, uma espécie de pulsação interior feminina".

O motivo essencial da cirurgia é a intenção da beneficência, princípio basilar da ética, a busca da integração entre o corpo e a identidade sexual psíquica do interessado, enquanto outros princípios envolvidos no exame ético da questão são a autonomia e a justiça: a autonomia porque contempla o direito da autodeterminação, inclusive em dispor do próprio corpo, configurando o preceito da não-sacralidade da vida e,

portanto, o direito de dispor de todo ou parte do próprio corpo; a justiça porque envolve a cidadania, o direito de a pessoa não ser discriminada no pleito à cirurgia, já acessível à população de classe média e média alta.

O que se mostra primordial é reconhecer a prevalência do sexo psíquico sobre o sexo genético como fator de integração do ser humano na sociedade, isto é, a prevalência do homem como animal político acima do homem reprodutor. Em segundo lugar, convém considerar a irreversibilidade do quadro psíquico à luz dos conhecimentos médicos atuais e a compreensão médica do desajuste daí decorrente, ostensivo e ruidoso, lesivo à condição humana, muito além do desajuste genético, que em regra é silencioso e transcorre abaixo da linha d'água; isto é, sem expressão clínica.

Enfim, esta cirurgia deve ter pelo menos o dom de abrir as portas de um cárcere inefável e libertar o pássaro da sensualidade.

Quanto à prevalência do sexo psíquico sobre o genético e a classificação do homem como animal político acima do animal reprodutor, convém citar que a reprodução como fator de perpetuação da espécie não é tão primordial como o era no período pré-científico, além da técnica da clonagem ora disponível, que reproduz o ser vivo sem o concurso do macho reprodutor! Assegurada a sobrevivência da espécie humana nos tempos atuais, impõe-se, como imperativo existencial, a busca da felicidade. Há quem considere a sexualidade humana como um atributo tão valioso que não deva se restringir à reprodução.

Portanto, a questão ética primordial para o CEM como setor avançado da sociedade médica e tutor dos interesses

sociais da medicina é definir como tratamento a correção cirúrgica da genitália externa e dos caracteres sexuais secundários, visando recompor a unidade biopsicomorfológica do ser humano, muito acima da simples função reprodutora. Essa dicotomia não foi provocada pela mão do homem, nem por caprichos de índole sexual das minorias oprimidas, mas pela própria natureza em sua infortunística fisiológico de má formação. E pode, no caso, corrigir o homem aquilo que a natureza, por descuido, deformou. Por que não?

A questão em pauta é a inaparência da parte mais agravada no conflito de formação, que é o sexo psíquico, latejante, secreto e desconfortável, de dentro para fora; inafeito à reconstrução ou à plástica modeladora, daí a correção daquilo que vem a ser uma impropriedade do organismo, aparente e mutável, como a genitália externa.

A proposta que se apresenta é, sanadas as dúvidas sobre o caminho legal para a sua execução e na ausência de quaisquer impedimentos normativos (aberto o caminho técnico com segurança e propriedade), tornar ética a sua possibilidade em nosso país, democratizar o acesso a esse procedimento para as minorias sexuais oprimidas e discriminadas. Mais do que isto, injustiçadas, vez que já existe em outros países a possibilidade técnica, legal e ética de alcançar essa cirurgia desde que haja lastro financeiro. Não é justo que a única barreira seja o poder econômico.

A atuação do médico pode e deve ser considerada um ato ético perfeito e justo.

Até prova em contrário, o médico alcançou em sua plenitude a recomendação ética de restaurar a beleza, o brilho e a própria alegria de viver de um cidadão aturdido e

massacrado por uma genitália aberrante, estranha aos designios insondáveis de sua alma.

A questão tem relevância social? Tem, mas uma relevância que não se exprime em números, mas em gravidade. É impossível para a Medicina, impregnada dos princípios da bioética, admitir que o ser humano se torne refém do próprio corpo, que o corpo seja o cativo do indivíduo e não um instrumento de sua vontade na busca do prazer, princípio e fim da condição humana. Convém buscar nas palavras magistrais de Fernando Pessoa, poeta português, com identidade sexual ambígua, o mérito dessa aflitiva condição de hóspede privado:

"Reconheço sem ilusão a natureza do fenômeno. É uma inversão sexual fruste. Páira no espírito. Sempre, porém, nos momentos de meditação sobre mim, me inquietou, não tive nunca a certeza, nem a tenho ainda, de que essa disposição do temperamento não pudesse um dia descer-me ao corpo. Não digo que praticasse então a sexualidade correspondente a esse impulso; mas bastava o desejo para me humilhar. Somos vários desta espécie, pela história abaixo - pela história artística sobretudo. Shakespeare e Rousseau são dois exemplos, ou exemplares, mais ilustres. E o meu receio da descida ao corpo dessa inversão do espírito - radica-mo a contemplação de como nesses dois desceu - completamente no primeiro, e em pederastia; incertamente no segundo, num vago masoquismo."

A questão do assento legal da cidadania não constitui competência normativa do Conselho Federal de Medicina pelo que, se tanto, caberia recomendações junto ao Congresso Nacional para subsidiar a discussão e um possível reordenamento da matéria, oferecendo razões técnicas e biológicas para a sua compreensão (art. 307 do Código Penal – "Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou

alheio, ou para causar dano a outrem: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.")

Nosso parecer alcança, com mais propriedade e pertinência, as formas de hermafroditismo falso ou verdadeiro, como deformações grotescas da genitália que comprometem o lastro psicológico do sexo, além do comprometimento irreversível da função reprodutora, portanto, formas passíveis de correção cirúrgica, sem controvérsia. A questão se desloca para os casos intersexuais, objeto direto da nossa atenção normativa.

Por definição, transexual é o indivíduo que se identifica como pertencente ao sexo oposto e experimenta grande frustração ao tentar se expressar através do seu sexo genético. Caldwell, em 1949, definiu como "síndrome de psicopatia sexual". R. Harry R. Benjamin, em 1953, cunhou o termo transexualismo, para distinguir de homossexualismo, na medida em que se caracteriza pela repulsa, pela rejeição à própria genitália semelhante ao sexo desejado e que gera o desconforto supremo da inadequação entre partes vivas.

Matéria extraída do jornal do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, de janeiro de 1997, pertine à questão e merece transcrição no trecho onde história a participação do Conselho Federal de Medicina na licitude ética da cirurgia transexual:

"O Conselho Federal de Medicina (CFM) já se manifestou a respeito dos aspectos éticos e legais da cirurgia transexual, através de consultas a ele dirigidas, aprovando o Parecer-Consulta nº 28/75, do conselheiro Clarimesso Machado Arcuri, que à época assim se pronunciou: 'O problema da transexualidade reside na não aceitação da

identidade sexual, na busca desesperada pela transformação sexual pela ação cirúrgica ou obtida por hormônios; na procura incansável pela harmonia entre o sexo psicossocial e a atividade sexual desejada, como se pertencesse ao sexo oposto' e conclui ser a cirurgia não de mudança de sexo, pois muda-se a genitália e não o sexo do indivíduo, resultando em mutilação grave e ofensa à integridade corporal. O sexo biológico é imutável.

O segundo Parecer-Consulta aprovado pelo CFM é o de nº 12/91, do conselheiro Hilário Lourenço de Freitas Júnior, que conclui ser a cirurgia transexual, para indivíduos com genitália interna e externa definidas e cromatina sexual compatível, proibida pelas leis brasileiras, capituladas no artigo 129, parágrafo 2º, incisos III e IV do Código Penal e incorporado ao Código de Ética Médica, artigo 42, Capítulo III - Responsabilidade Profissional, que estabelece ser vedado ao médico 'praticar ou indicar atos médicos desnecessários ou proibidos pela legislação do País'."

Do parecer do prof. Jalma Jurado buscamos alguns conceitos de transexualismo e elementos de distinção dos estados assemelhados:

"O FENÔMENO TRANSEXUAL - Ao aceitarmos que a perfeita saúde biopsicossocial do homem é função da realização sexual plena, iniciada em tenra idade até a velhice, é intuitiva a existência do Hermafroditismo psíquico. Se nosso raciocínio for inverso, continuaremos a ver na marginalidade ética, moral e social os transexuais.

Os desvios de comportamento sexual ocorrem, existem e permanecerão em sociedades primitivas, organizadas ou avançadas. É uma opção humana fora do controle, regras, punições e leis adotadas. Entende-se que os auto-

identificados no seu sexo, aptos funcionalmente, também exibam e atuem nas características do outro sexo. São os homossexuais, bissexuais, travestis, exibicionistas ou psicopatas, etc., que devem ser diagnosticados e receber cuidados profissionais adequados, que jamais inclua 'mudança de sexo' ou transgenitalização cirúrgica. No passado, programas que os incluíram na transgenitalização foram desastrosos. As várias etapas diagnósticas convencionadas, em vários centros médicos do mundo, podem reconhecê-los e orientá-los.

As friagens endócrino-psicológicas executadas por um período de dois anos, permitem o diagnóstico claro de transexualismo masculino ou feminino. As estatísticas (imprecisas) admitem entre 1/20.000 a 1/100.000 transexuais por habitante (na proporção de 6 homens para 1 mulher). Eles passam a vida se autotransformando (mutilando-se às vezes), utilizando ilicitamente hormônios e materiais aloplásticos, marginalizando-se obcecados pela compulsão de pertencer ao sexo oposto. Somente a transgenitalização cirúrgica e o reassentamento civil reverterão a síndrome. O VI Simpósio Internacional de Disforia do Gênero calcula entre 3 a 6 mil norte-americanos os candidatos ao tratamento, e entre 30 a 60 mil os que se auto-enquadram nessa condição.

Os avanços morais, legais, sociais e religiosos e as modernas terapêuticas regulamentaram o tratamento do transexualismo em mais de 40 centros mundiais, sob padronização médica. Há comunicados e trabalhos em culturas tradicionais como a chinesa (6) e muçulmana (decretos religiosos 'fatwa'), autorizando a cirurgia.

Deve ficar claro que na forma mais comum de transexualismo, o masculino, as ciências médica e jurídica não ousam transformá-los em corpos femininos (inexistirá genitália interna e reprodução), nem colaboram para o erro

essencial de pessoa', ou de capacitar um ser humano para uma função que a natureza 'não previu'. A ação cirúrgica se faz pela adaptação da morfologia genital à auto-identificação pretendida (estão descritas múltiplas técnicas que resultam em excelente morfologia e funcionalidade genital)."

O Conselho Federal de Medicina não pode é ficar indiferente à questão. Pode até ser contrário à eticidade da proposta cirúrgica, como o foi até a presente data, em parte apoiado na convicção sobre o impedimento legal, em parte atrelado a preconceitos sociais. É preciso que o Conselho Federal de Medicina tenha o "timing", a sensibilidade histórica, para proposições inovadoras que lhe são pertinentes, isto é, para abrir caminho no presente em direção ao futuro e favorecer os avanços na Medicina em consonância com as aspirações da sociedade e sem afrontar a lei. Fazê-lo antes que a sociedade leiga o faça, antes que a sociedade faça justiça pelas próprias mãos. Não pode o Conselho Federal de Medicina ir a reboque de movimentos legalistas ou ficar à mercê de vertentes eleitoreiras. Citamos no quadro abaixo as principais características dos transexuais, a título de definição da clientela-alvo, segundo classificação de estudiosos:

"Quadro 1

principais características dos transexuais

- Intenso desconforto com o sexo anatômico
- Desejo de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundários do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto

- Permanência deste distúrbio de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos
- Ausência de transtorno mental, como esquizofrenia"

A seleção de pacientes para este tipo de procedimento cirúrgico deve ser a mais rigorosa possível, em face da complexidade do ato e sua irreversibilidade. O quadro n° 2 apresenta os critérios utilizados pela Fundação Harry Benjamin/EUA:

"Quadro 2

Crítérios de seleção para a cirurgia

- Ausência de psicopatologia
- Ausência de história criminal
- Suporte social adequado
- Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia"

CONCLUSÃO

A proposta que temos a frente contraria pareceres deste Colegiado elaborados sob os auspícios da Constituição Federal em época anterior a 1988; por outro lado, estudos genéticos de ponta indicam, na atualidade, bases orgânicas para os desvios de identidade sexual, como ademais os costumes e hábitos sociais sofreram transformação nos

grandes centros do País nas duas últimas décadas. Além disso, temos hoje, disponível, uma técnica segura e eficaz, apenas não reversível, que oferece ao indivíduo a possibilidade de transformação da genitália e dos caracteres sexuais secundários. Pelo exposto, propomos ao Plenário do Conselho Federal de Medicina a adoção dos procedimentos acima, a título de cirurgia experimental para os casos de transexualismo, obedecidos os critérios de seleção e na forma da Resolução anexa:

Brasília, de abril de 1997.

Comissão de Estudos sobre Transexualismo

Dr. Júlio Cezar Meirelles Gomes Dr. Lúcio Mário da Cruz
Bulhões

Aprovado em sessão plenária em 09/05/97

9. ANEXO 2: RESOLUÇÃO CFM Nº 1.482 /97

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, n.
181, 19 set. 1997. Seção 1, p. 20.944

[Revogada pela Resolução CFM nº
1.652/2002](#)

O Conselho Federal de Medicina, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958 e,

CONSIDERANDO a competência normativa conferida pelo artigo 2º da Resolução CFM nº 1.246/88, combinado ao artigo 2º da Lei nº 3.268/57, que tratam, respectivamente, da expedição de resoluções que complementem o Código de Ética Médica e do zelo pertinente à fiscalização e disciplina do ato médico;

CONSIDERANDO ser o paciente transexual portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenotipo e tendência à auto mutilação e ou auto-extermínio;

CONSIDERANDO que a cirurgia de transformação plástico-reconstrutiva da genitália externa, interna e caracteres sexuais secundários não constitui crime de mutilação previsto no artigo 129 do Código Penal, visto que tem o propósito terapêutico específico de adequar a genitália ao sexo psíquico;

CONSIDERANDO a viabilidade técnica para as cirurgias de neocolpovulvoplastia e ou neofaloplastia;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 199 da Constituição Federal, parágrafo quarto, que trata da remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como o fato de que a transformação da genitália constitui a etapa mais importante no tratamento de transexualismo;

CONSIDERANDO que o artigo 42 do Código de Ética Médica veda os procedimentos médicos proibidos em lei, e não há lei que defina a transformação terapêutica da genitália in anima nobili como crime;

CONSIDERANDO que o espírito de licitude ética pretendido visa fomentar o aperfeiçoamento de novas técnicas, bem como estimular a pesquisa cirúrgica de transformação da genitália e aprimorar os critérios de seleção;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução CNS nº 196/96;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na Sessão Plenária de 10 de setembro de 1997,

RESOLVE:

1. Autorizar, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo;

2. A definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados:

- desconforto com o sexo anatômico natural;
- desejo expresso de eliminar os genitais, perder as

características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;

- permanência desse distúrbio de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos;
- ausência de outros transtornos mentais.

3. A seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico-psiquiatra, cirurgião, psicólogo e assistente social, obedecendo aos critérios abaixo definidos, após dois anos de acompanhamento conjunto:

- diagnóstico médico de transexualismo;
- maior de 21 (vinte e um) anos;
- ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia;

4. As cirurgias só poderão ser praticadas em hospitais universitários ou hospitais públicos adequados à pesquisa.

5. Consentimento livre e esclarecido, de acordo com a Resolução CNS nº 196/96;

6. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 10 de setembro de 1997.

WALDIR PAIVA MESQUITA – Presidente

EDSON DE OLIVEIRA ANDRADE - 2º Secretário

Publicada no D.O.U. de 19.09.97 Página 20.944

10. ANEXO 3: RESOLUÇÃO CFM Nº 1.652, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2002

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, n.
232,2dez.2002. Seção 1, p 80

Revogada pela Resolução CFM nº 1.955,
DE 12-08-2010

Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a
Resolução CFM nº 1.482/97.

O Conselho Federal de Medicina, no uso das atribuições
conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957,
regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de
1958, e

CONSIDERANDO a competência normativa conferida
pelo artigo 2º da Resolução CFM nº 1.246/88, combinado
ao artigo 2º da Lei nº 3.268/57, que tratam,
respectivamente, da expedição de resoluções que
complementem o Código de Ética Médica e do zelo
pertinente à fiscalização e disciplina do ato médico;

CONSIDERANDO ser o paciente transexual portador de
desvio psicológico permanente de identidade sexual, com
rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e ou auto-
extermínio;

CONSIDERANDO que a cirurgia de transformação
plástico-reconstrutiva da genitália externa, interna e
caracteres sexuais secundários não constitui crime de
mutilação previsto no artigo 129 do Código Penal, visto

que tem o propósito terapêutico específico de adequar a genitália ao sexo psíquico;

CONSIDERANDO a viabilidade técnica para as cirurgias de neocolpovulvoplastia e ou neofaloplastia;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 199 da Constituição Federal, parágrafo quarto, que trata da remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como o fato de que a transformação da genitália constitui a etapa mais importante no tratamento de pacientes com transexualismo;

CONSIDERANDO que o artigo 42 do Código de Ética Médica veda os procedimentos médicos proibidos em lei, e não há lei que defina a transformação terapêutica da genitália in anima nobili como crime;

CONSIDERANDO que o espírito de licitude ética pretendido visa fomentar o aperfeiçoamento de novas técnicas, bem como estimular a pesquisa cirúrgica de transformação da genitália e aprimorar os critérios de seleção;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução CNS nº 196/96;

CONSIDERANDO o estágio atual dos procedimentos de seleção e tratamento dos casos de transexualismo, com evolução decorrente dos critérios estabelecidos na Resolução CFM nº 1.482/97 e do trabalho das instituições ali previstas;

CONSIDERANDO o bom resultado cirúrgico, tanto do ponto de vista estético como funcional, das

neocolpovulvoplastias nos casos com indicação precisa de transformação o fenótipo masculino para feminino;

CONSIDERANDO as dificuldades técnicas ainda presentes para a obtenção de bom resultado tanto no aspecto estético como funcional das neofaloplastias, mesmo nos casos com boa indicação de transformação do fenótipo feminino para masculino;

CONSIDERANDO que o diagnóstico, a indicação, as terapêuticas prévias, as cirurgias e o prolongado acompanhamento pós-operatório são atos médicos em sua essência;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na Sessão Plenária de 6 de novembro de 2002, resolve:

Art. 1º Autorizar a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo.

Art. 2º Autorizar, ainda a título experimental, a realização de cirurgia do tipo neofaloplastia e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo.

Art. 3º Que a definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados:

1) Desconforto com o sexo anatômico natural;

2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;

- 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos;
- 4) Ausência de outros transtornos mentais.

Art. 4º Que a seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, obedecendo os critérios abaixo definidos, após, no mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto:

- 1) Diagnóstico médico de transgenitalismo;
- 2) Maior de 21 (vinte e um) anos;
- 3) Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia.

Art. 5º Que as cirurgias para adequação do fenótipo feminino para masculino só poderão ser praticadas em hospitais universitários ou hospitais públicos adequados para a pesquisa.

Art. 6º Que as cirurgias para adequação do fenótipo masculino para feminino poderão ser praticadas em hospitais públicos ou privados, independente da atividade de pesquisa.

Parágrafo 1º - O Corpo Clínico destes hospitais, registrado no Conselho Regional de Medicina, deve ter em sua constituição os profissionais previstos na equipe citada no artigo 4º, aos quais caberá o diagnóstico e a indicação terapêutica.

Parágrafo 2º - As equipes devem ser previstas no regimento interno dos hospitais, inclusive contando com

chefe, obedecendo os critérios regimentais para a ocupação do cargo.

Parágrafo 3º - A qualquer ocasião, a falta de um dos membros da equipe ensejará a paralisação de permissão para a execução dos tratamentos.

Parágrafo 4º - Os hospitais deverão ter Comissão Ética constituída e funcionando dentro do previsto na legislação pertinente.

Art. 7º Deve ser praticado o consentimento livre e esclarecido.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CFM nº 1.482/97.

EDSON DE OLIVEIRA ANDRADE
Presidente do Conselho

RUBENS DOS SANTOS SILVA
Secretário-Geral

11. ANEXO 4: PORTARIA MS/GM Nº 1.707, DE 18 DE AGOSTO DE 2008

Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 19 ago. 2008. Seção I, p. 43

[Revogada pela Portaria MS/GM Nº 2.803, de 19-11-2013](#)

Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições, que lhe confere os incisos I e II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição e,

Considerando que a orientação sexual e a identidade de gênero são fatores reconhecidos pelo Ministério da Saúde como determinantes e condicionantes da situação de saúde, não apenas por implicarem práticas sexuais e sociais específicas, mas também por expor a população GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) a agravos decorrentes do estigma, dos processos discriminatórios e de exclusão que violam seus direitos humanos, dentre os quais os direitos à saúde, à dignidade, à não discriminação, à autonomia e ao livre desenvolvimento da personalidade;

Considerando que a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, instituída pela Portaria nº 675/GM, de 31 de março de 2006, menciona, explicitamente, o direito ao atendimento humanizado e livre de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero a todos os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando que o transexualismo trata-se de um desejo de viver e ser aceito na condição de enquanto pessoa do sexo oposto, que em geral vem acompanhado de um mal-estar ou de sentimento de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico, situações estas que devem ser abordadas dentro da integralidade da atenção à saúde preconizada e a ser prestada pelo SUS;

Considerando a Resolução nº 1.652, de 6 de novembro de 2002, do Conselho Federal de Medicina, que dispõe sobre a cirurgia do transgenitalismo;

Considerando a necessidade de regulamentação dos procedimentos de transgenitalização no SUS;

Considerando a necessidade de se estabelecerem as bases para as indicações, organização da rede assistencial, regulação do acesso, controle, avaliação e auditoria do processo transexualizador no SUS, e

Considerando a pactuação ocorrida na Reunião da Comissão Intergestores Tripartite - CIT do dia 31 de julho de 2008, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador a ser empreendido em serviços de referência devidamente habilitados à atenção integral à saúde aos indivíduos que dele necessitem, observadas as condições estabelecidas na Resolução nº 1.652, de 6 de novembro de 2002, expedida pelo Conselho Federal de Medicina.

Art. 2º Estabelecer que sejam organizadas e implantadas, de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Saúde dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, as ações para o Processo Transexualizador no âmbito do SUS, permitindo:

I - a integralidade da atenção, não restringindo nem centralizando a meta terapêutica no procedimento cirúrgico de transgenitalização e de demais intervenções somáticas aparentes ou inaparentes;

II - a humanização da atenção, promovendo um atendimento livre de discriminação, inclusive pela sensibilização dos trabalhadores e dos demais usuários do estabelecimento de saúde para o respeito às diferenças e à dignidade humana;

III - a fomentação, a coordenação e a execução de projetos estratégicos que visem ao estudo de eficácia, efetividade, custo/benefício e qualidade do processo transexualizador; e

IV - a capacitação, a manutenção e a educação permanente das equipes de saúde em todo o âmbito da atenção, enfocando a promoção da saúde, da primária à quaternária, e interessando os pólos de educação permanente em saúde.

Art. 3º Determinar à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde - SAS/MS que, isoladamente ou em conjunto com outras áreas e agências vinculadas ao Ministério da Saúde, adote as providências necessárias à plena estruturação e implantação do Processo Transexualizador no SUS, definindo os critérios mínimos para o funcionamento, o monitoramento e a avaliação dos serviços.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GOMES TEMPORÃO

12. ANEXO 5: RESOLUÇÃO CFM Nº 1.955, DE 12 DE AGOSTO DE 2010

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 3
set.2010, Seção 1, p.109-110

Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. (Publicada no Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília-DF, n. 232, 2 dez.2002. Seção 1, p.80/81).

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e

CONSIDERANDO a competência normativa conferida pelo artigo 2º da Resolução CFM nº.246/88, publicada no DOU de 26 de janeiro de 1998, combinado ao artigo 2º da Lei nº 3.268/57, que tratam, respectivamente, da expedição de resoluções que complementem o Código de Ética Médica e do zelo pertinente à fiscalização e disciplina do ato médico;

CONSIDERANDO ser o paciente transexual portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio;

CONSIDERANDO que a cirurgia de transformação plástico-reconstrutiva da genitália externa, interna e caracteres sexuais secundários não constitui crime de mutilação previsto no artigo 129 do Código Penal

brasileiro, haja vista que tem o propósito terapêutico específico de adequar a genitália ao sexo psíquico;

CONSIDERANDO a viabilidade técnica para as cirurgias de neocolpovulvoplastia e/ou neofaloplastia;

CONSIDERANDO o que dispõe o parágrafo 4º do artigo 199 da Constituição Federal, que trata da remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como o fato de que a transformação da genitália constitui a etapa mais importante no tratamento de pacientes com transexualismo;

CONSIDERANDO que o artigo 14 do Código de Ética Médica veda os procedimentos médicos proibidos em lei, e o fato de não haver lei que defina a transformação terapêutica da genitália in anima nobili como crime;

CONSIDERANDO que o espírito de licitude ética pretendido visa fomentar o aperfeiçoamento de novas técnicas, bem como estimular a pesquisa cirúrgica de transformação da genitália e aprimorar os critérios de seleção;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução CNS nº 196/96, publicada no DOU de 16 de outubro de 1996;

CONSIDERANDO o estágio atual dos procedimentos de seleção e tratamento dos casos de transexualismo, com evolução decorrente dos critérios estabelecidos na Resolução CFM nº 1.652/02 e do trabalho das instituições ali previstas;

CONSIDERANDO o bom resultado cirúrgico, tanto do ponto de vista estético como funcional, das

neocolpovulvoplastias nos casos com indicação precisa de transformação do fenótipo masculino para feminino;

CONSIDERANDO as dificuldades técnicas ainda presentes para a obtenção de bom resultado tanto no aspecto estético como funcional das neofaloplastias, mesmo nos casos com boa indicação de transformação do fenótipo feminino para masculino;

CONSIDERANDO que o diagnóstico, a indicação, as terapêuticas prévias, as cirurgias e o prolongado acompanhamento pós-operatório são atos médicos em sua essência;

CONSIDERANDO o Parecer CFM nº 20/10, aprovado em 12 de agosto de 2010;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na sessão plenária de 12 de agosto de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo.

Art. 2º Autorizar, ainda a título experimental, a realização de cirurgia do tipo neofaloplastia.

Art. 3º Que a definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados:

1) Desconforto com o sexo anatômico natural;

- 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
- 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos;
- 4) Ausência de outros transtornos mentais.

Art. 4º Que a seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, obedecendo os critérios a seguir definidos, após, no mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto:

- 1) Diagnóstico médico de transgenitalismo;
- 2) Maior de 21 (vinte e um) anos;
- 3) Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia.

Art 5º O tratamento do transgenitalismo deve ser realizado apenas em estabelecimentos que contemplem integralmente os pré-requisitos estabelecidos nesta resolução, bem como a equipe multidisciplinar estabelecida no artigo 4º.

§ 1º O corpo clínico destes hospitais, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina, deve ter em sua constituição os profissionais previstos na equipe citada no artigo 4º, aos quais caberá o diagnóstico e a indicação terapêutica.

§ 2º As equipes devem ser previstas no regimento interno dos hospitais, inclusive contando com chefe, obedecendo aos critérios regimentais para a ocupação do cargo.

§ 3º Em qualquer ocasião, a falta de um dos membros da equipe ensejará a paralisação de permissão para a execução dos tratamentos.

§ 4º Os hospitais deverão ter comissão ética constituída e funcionando dentro do previsto na legislação pertinente.

Art. 6º Deve ser praticado o consentimento livre e esclarecido.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CFM nº 1.652/02.

ROBERTO LUIZ D'AVILA
Presidente

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-Geral

13 . ANEXO 6: PORTARIA MS/GM Nº 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 21 nov. 2013. Seção 1, p.25-30

Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 2001.71.00.026279-9/RS, que versa sobre a implantação no SUS de cirurgias de readequação sexual;

Considerando a decisão judicial proferida no dia 13 de setembro de 2013 em sede de execução na referida Ação Civil Pública, que determinou ao Ministério da Saúde o cumprimento integral, no prazo de 30 (trinta) dias, das medidas necessárias para possibilitar a realização no Sistema Único de Saúde (SUS) de todos os procedimentos médicos para garantir a cirurgia de transgenitalização e a readequação sexual no Processo Transexualizador, conforme os critérios estabelecidos na Resolução nº 1.652 de 2002 do Conselho Federal de Medicina (CFM);

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), em especial a instituição da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde

(RENASES) e da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME);

Considerando a Portaria nº 1.820/GM/MS, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários(as) da saúde e assegura o uso do nome social no SUS;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que prioriza a organização e implementação das Redes de Atenção à Saúde (RAS) no país;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e a implementação da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 2.836/GM/MS, de 1º de dezembro de 2011, que institui no âmbito do SUS, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;

Considerando a Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para Pessoas com Sofrimento ou Transtorno Mental com Necessidades Decorrentes do Uso de Crack, Álcool e Outras Drogas no SUS;

Considerando a recomendação do Relatório nº 54 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), de 7 de dezembro de 2012, no qual recomenda a incorporação de novos procedimentos relativos ao processo transexualizador no âmbito do SUS;

Considerando a Resolução nº 2, de 6 de dezembro de 2011, da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que estabelece estratégias e ações que orientam o Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no âmbito do SUS;

Considerando a necessidade de identificar, estruturar, ampliar e aprimorar a rede de atenção à saúde e a linha de cuidado de transexuais e travestis;

Considerando a necessidade de atualizar o processo de habilitação dos serviços que prestam assistência aos usuários(as) com demanda para o Processo Transexualizador;

Considerando a necessidade de estabelece padronização dos critérios de indicação para a realização dos procedimentos previstos no Processo Transexualizador, de transformação do fenótipo masculino para feminino e do feminino para o masculino;

Considerando a necessidade de aprimorar a linha de cuidado no Processo Transexualizador, em especial para pacientes que desejam a readequação para o fenótipo masculino, pelo SUS;

Considerando a Resolução nº 1.955, de 3 de setembro de 2010, do Conselho Federal de Medicina (CFM), que dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652 de 2002; e

Considerando a necessidade de apoiar os gestores do SUS na regulação, avaliação e controle da atenção especializada e na formação de profissionais de saúde, no que concerne ao Processo Transexualizador, resolve:

Art. 1º Fica redefinido e ampliado o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º São diretrizes de assistência ao usuário(a) com demanda para realização do Processo Transexualizador no SUS:

I - integralidade da atenção a transexuais e travestis, não restringindo ou centralizando a meta terapêutica às cirurgias de transgenitalização e demais intervenções somáticas;

II - trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional;

III - integração com as ações e serviços em atendimento ao Processo Transexualizador, tendo como porta de entrada a Atenção Básica em saúde, incluindo-se acolhimento e humanização do atendimento livre de discriminação, por meio da sensibilização dos trabalhadores e demais usuários e usuárias da unidade de saúde para o respeito às diferenças e à dignidade humana, em todos os níveis de atenção.

Parágrafo único. Compreende-se como usuário(a) com demanda para o Processo Transexualizador os transexuais e travestis.

Art. 3º A linha de cuidado da atenção aos usuários e usuárias com demanda para a realização das ações no Processo Transexualizador é estruturada pelos seguintes componentes:

I - Atenção Básica: é o componente da Rede de Atenção à Saúde (RAS) responsável pela coordenação do cuidado e por realizar a atenção contínua da população que está sob sua responsabilidade, adstrita, além de ser a porta de entrada prioritária do usuário na rede; e

II - Atenção Especializada: é um conjunto de diversos pontos de atenção com diferentes densidades tecnológicas para a realização de ações e serviços de urgência, ambulatorial especializado e hospitalar, apoiando e complementando os serviços da atenção básica de forma resolutiva e em tempo oportuno.

Art. 4º A integralidade do cuidado aos usuários e usuárias com demanda para a realização das ações no Processo Transexualizador no Componente Atenção Básica será garantida pelo:

I - acolhimento com humanização e respeito ao uso do nome social; e

II - encaminhamento regulado ao Serviço de Atenção Especializada no Processo Transexualizador.

Art. 5º Para garantir a integralidade do cuidado aos usuários e usuárias com demanda para a realização das ações no Processo Transexualizador no Componente Atenção Especializada, serão definidas as seguintes modalidades:

I - Modalidade Ambulatorial: consiste nas ações de âmbito ambulatorial, quais sejam acompanhamento clínico, acompanhamento pré e pós-operatório e hormonioterapia, destinadas a promover atenção especializada no Processo Transexualizador definidas nesta Portaria e realizadas em estabelecimento de saúde cadastrado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) que possua condições técnicas, instalações físicas e recursos humanos adequados conforme descrito no anexo I a esta Portaria; e

II - Modalidade Hospitalar: consiste nas ações de âmbito hospitalar, quais sejam realização de cirurgias e acompanhamento pré e pós-operatório, destinadas a promover atenção especializada no Processo Transexualizador definidas nesta Portaria e realizadas em estabelecimento de saúde cadastrado no SCNES que possua condições técnicas, instalações físicas e recursos humanos adequados conforme descrito no anexo I a esta Portaria.

Art. 6º A RAS é responsável pela integralidade do cuidado ao transexual e travesti no âmbito do SUS.

Art. 7º Fica definido que, para fins de habilitação no Componente Atenção Especializada no Processo Transexualizador, os gestores de saúde interessados deverão cumprir as Normas de Habilitação previstas no anexo I, conforme modalidade assistencial ambulatorial e/ou hospitalar do estabelecimento de saúde a ser habilitado, e encaminhar à Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade (CGMAC/DAET/SAS/MS):

I - documento que comprove aprovação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) ou, quando for o caso, no Colegiado de Gestão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF) sobre o Processo Transexualizador, conforme definidos nesta Portaria; e

II - formulário de vistoria, devidamente assinado pelo gestor de saúde, para habilitação do estabelecimento de saúde no Componente Atenção Especializada no Processo Transexualizador, conforme anexo II a esta Portaria, seja para modalidade ambulatorial e/ou hospitalar.

Art. 8º Ficam incluídas na Tabela de Habilitações do SCNES as seguintes habilitações referentes ao

Componente Atenção Especializada no Processo Transexualizador:

Art. 9º Os estabelecimentos habilitados em Unidade de Atenção Especializada no Processo Transexualizador, conforme Código 30.01, até a presente data, nos termos do anexo IV da Portaria nº 457/SAS/MS, de 19 de agosto de 2008, continuam habilitados e terão o prazo máximo de 12 (doze) meses contado da data de publicação desta Portaria para se adequarem às novas habilitações conforme descrito nos arts. 3º a 8º, sob pena de revogação da referida habilitação pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Os estabelecimentos abaixo descritos mantêm-se habilitados em Unidade de Atenção Especializada no Processo Transexualizador e terão o prazo máximo de 12 (doze) meses contado da data de publicação desta Portaria para adequação conforme descrito no "caput" deste artigo:

Art. 10. Os procedimentos da modalidade ambulatorial e hospitalar serão realizados exclusivamente nos estabelecimentos de saúde habilitados nos Códigos 30.01, 30.02, 30.03 respectivamente.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de saúde serão habilitados considerando os arts. 3º a 8º para realização do Componente Atenção Especializada no Processo Transexualizador, seja na modalidade ambulatorial e/ou hospitalar, desde que cumpridas as exigências estabelecidas por esta Portaria e:

I - para habilitação no Código 30.02, cumprir as exigências do anexo I e encaminhar formulário de vistoria do anexo II, ambos da modalidade ambulatorial;

II - para habilitação no Código 30.03, cumprir as exigências do anexo I e encaminhar formulário de vistoria do anexo II, ambos da modalidade hospitalar;

III - para habilitação nos Códigos 30.02 e 30.03, cumprir as exigências do anexo I e encaminhar formulário de vistoria do anexo II, ambos das modalidades ambulatorial e hospitalar.

Art. 11. Os estabelecimentos de saúde autorizados a prestarem assistência a transexuais e travestis no âmbito do SUS submeter-se-ão à regulação, controle e avaliação dos seus respectivos gestores de saúde.

Art. 12. O acesso aos procedimentos cirúrgicos de que trata esta Portaria será regulado por meio da Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade (CNRAC), quando houver ausência ou insuficiência do recurso assistencial no Estado de origem, cabendo ao Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (DRAC/SAS/MS) adotar as providências cabíveis para sua operacionalização.

Art. 13. Fica alterada na Tabela de Serviço/Classificação do SCNES a denominação da classificação 001 do serviço 153 - Atenção Especializada no Processo Transexualizador conforme descrita abaixo, incluindo a classificação 002 e as respectivas equipes mínimas de Classificação Brasileira de Ocupação (CBO):

Art. 14. Ficam incluídos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS os procedimentos a seguir:

§ 1º Os procedimentos de Código 03.01.13.004-3 - Acompanhamento do usuário(a) no processo Transexualizador exclusivo nas etapas do pré e pós-operatório e Código 03.01.13.003-5 - Acompanhamento de

usuário(a) no Processo Transexualizador exclusivamente para atendimento clínico de que trata este artigo são excludentes entre si.

§ 2º Em relação ao cuidado dos usuários e usuárias no Processo Transexualizador:

I - a hormonioterapia que trata esta Portaria será iniciada a partir dos 18 (dezoito) anos de idade do paciente no processo transexualizador; e

II - os procedimentos cirúrgicos de que trata esta Portaria serão iniciados a partir de 21 (vinte e um) anos de idade do paciente no processo transexualizador, desde que tenha indicação específica e acompanhamento prévio de 2 (dois) anos pela equipe multiprofissional que acompanha o usuário(a) no Serviço de Atenção Especializada no Processo Transexualizador.

Art. 15. O SUS realizará, em caráter experimental, os procedimentos de vaginectomia e neofaloplastia com implante de próteses penianas e testiculares, clitoroplastia e cirurgia de cordas vocais em pacientes em readequação para o fenótipo masculino, nos termos da Resolução nº 1.955, de 3 de setembro de 2010, do Conselho Federal de Medicina (CFM), que dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652 de 2002.

Parágrafo único. Os procedimentos descritos no "caput" somente poderão ser realizados em estabelecimentos definidos como hospitais de ensino, habilitados para realização da Atenção Especializada no Processo Transexualizador, bem como a partir da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelo paciente.

Art. 16. Os procedimentos descritos nesta Portaria poderão ser realizados somente nos estabelecimentos de saúde habilitados pelo Ministério da Saúde para prestar Atenção Especializada no Processo Transexualizador, conforme normas de habilitação estabelecidas nos anexos a esta Portaria.

Art. 17. Os recursos financeiros para o custeio das atividades de que trata esta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Parágrafo único. A aprovação do repasse de recursos financeiros de que trata esta Portaria ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério da Saúde.

Art. 18. Ficam aprovadas, na forma dos anexos a esta Portaria, as normas de habilitação e formulários de vistoria do Processo Transexualizador no âmbito do SUS:

I - anexo I: Normas de Habilitação de Serviço de Atenção Especializado no Processo Transexualizador, nas modalidades ambulatorial e/ou hospitalar; e

II - anexo II: Formulário de Vistoria do Gestor para Habilitação de Serviço de Atenção Especializada no Processo Transexualizador, na modalidade ambulatorial e/ou hospitalar.

Art. 19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais na competência seguinte.

Art. 20. Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 1.707/GM/MS, de 18 de agosto de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 159, Seção 1, do dia 19 de agosto de 2008, p. 43; e

II - a Portaria nº 1.579/GM/MS, de 31 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 147, Seção 1, do dia 1 de agosto de 2013, p. 48.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA